

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM

ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO ACADÊMICO

ABELAR SANTANA MORAIS

**URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM CUIABÁ CONQUISTA E FORMAÇÃO DO
TERRITÓRIO URBANO: O CASO DO CÓRREGO DO CAJU.**

VÁRZEA GRANDE

2022

Ficha catalográfica elaborada por Douglas Rios (CRB1/1610)

Biblioteca Silva Freire – Univag Centro Universitário

M828u

Morais, Abelar Santana.

Urbanização Contemporânea em Cuiabá Conquista e Formação do Território Urbano: O Caso do Córrego do Caju / Abelar Santana Moraes. - - Várzea Grande-MT: Univag; PUC-Campinas, 2022.
124 fls.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Busnardo Filho

Dissertação (Mestrado) Univag/PUC-Campinas, Curso de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo – Área de concentração: Arquitetura, Cidade e Território - Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Local – Várzea Grande-MT, 2022.

1. Cidades contemporâneas.
2. Fenomenologia do território e do lugar.
3. Córrego urbano.

CDU 72
CDD 720

ABELAR SANTANA MORAIS

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM CUIABÁ CONQUISTA E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO: O CASO DO CÓRREGO DO CAJU.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG (Centro Universitário de Várzea Grande/MT) em associação com a PUC- Campinas (Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Arquitetura, Cidade e Território.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Local

Mestrando: Abelar Santana Morais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3328539421050683>

Orientador: Prof^o Dr^o Antonio Busnardo Filho

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2235013674233375>

VÁRZEA GRANDE

2022

ATA DE DEFESA

Ata da defesa de dissertação do(a) aluno(a) ABELAR SANTANA MORAIS, Nº de matrícula 098100421 do Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG em associação com a PUC-Campinas. No dia 15 do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 10 horas, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho de pesquisa, intitulada "URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM CUIABÁ CONQUISTA E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO: O CASO DO CÓRREGO DO CAJU", como requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Arquitetura, Cidade e Território", na linha de pesquisa "desenvolvimento local e territorial". Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) professor(a) doutor(a) Antonio Busnardo Filho, após expor as normas regulamentares do trabalho final pediu para o(a) aluno(a) iniciar a apresentação de sua pesquisa. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do(a) mestrando(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

aprovado (X) aprovado (a) com restrições () Reprovado(a) ()

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Banca Examinadora deu por encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pelo presidente, avaliadores e discente.

Várzea Grande, 15 de dezembro de 2022



Prof. Dr. Antonio Busnardo Filho
Presidente
CPF:943452958-15



Profª Drª Giseli Dalla Nora
1º membro avaliador
CPF: 97318337149



Abelar Santana Morais
Discente
CPF:088.692.398-02



Manoel Lemes da Silva Neto
2º membro avaliador
CPF: 040.739.358-79

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai, Ramiro (Em memória), pedreiro e mestre de obras, que em sua dedicação e competência em seu trabalho, sempre foi inspiração, principalmente, quando solicitava a mim para que lesse os projetos executivos das plantas apresentadas a ele pelos engenheiros e arquitetos com os quais trabalhava.

Agradeço a minha saudosa e querida mãe, Iolanda (Em memória), mulher forte e corajosa, empregada doméstica, que em sua simplicidade sempre me dizia: “Não tenho nada de bens para lhe dar, mas me esforço muito, no meu trabalho para que você possa dedicar-se aos estudos”.

À minha esposa, pela parceria, quer quando embarcava comigo nas leituras, que às vezes realizava em voz alta para a melhor fixação, quer quando discutia filosofia e urbanismo comigo. Obrigada por compreender o meu momento com os diferentes autores, historiadores e urbanistas, e por ser o meu suporte emocional nos meus momentos de incerteza quanto às análises da dissertação.

Aos meus filhos: Núbia, Nicolas e Norton, e minha enteada Ninna, pela credibilidade e incentivo. Muitas vezes deixei a convivência com vocês para me aprofundar nos estudos, mas sei que vocês compreenderam e me apoiaram neste meu período, tão rico, de estudo no mestrado.

Às mulheres da minha família, minhas oito irmãs: Iara, Ieda, Ione, Inar, Ivonir, Noemi, Nelina e Marli, por sempre me apoiarem e rezarem por mim, aos meus dois irmãos: Alvandir e Altamir, homens ímpares, por quem tenho respeito e admiração, sei que fizeram o melhor que podiam para educar a mim, durante o período de minha adolescência. Principalmente o Alvandir, por despertar meu interesse em projetar, desde aquele período em que trabalhei no seu escritório de projetos de engenharia e arquitetura.

Aos profissionais da educação do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), que muitas vezes me ouviram falar da minha dissertação, seja nas rodas de conversa após as aulas, seja em momentos em que eu apresentava um trabalho. Gratidão por compartilharem comigo suas histórias de vida.

Aos meus colegas Mestre Eduardo Mazarino e ao Engenheiro Mecânico Victor Zanata, colegas de trabalho, muitas vezes me ouviram, singelamente, narrar sobre minha dissertação motivando-me, para que eu continuasse estudando afinal precisava responder àqueles questionamentos da dissertação, muitas vezes não me entendiam, mas me emprestavam seus ouvidos, para que continuasse na busca por compreender sobre a formação do território e do lugar, num olhar de urbanista.

Aos professores e professoras que colaboram de forma direta ou indiretamente para o meu aprendizado nas aulas dos seminários promovidos pela Pós- Graduação do UNIVAG/PUC.

Ao meu orientador, Professor Doutor Antonio Busnardo Filho, pelo acolhimento e por ter permitido que eu conhecesse um pouco mais sobre Augustin Berque, Walter Benjamin, Milton Santos, Maria Adélia. Por acreditar em minha pesquisa, e por ter me ensinado a olhar a formação do território e do lugar sob o prisma da humanidade.

Ao professor Doutor Manoel Lemes da Silva Neto, pelas contribuições atentas de suas leituras, uma análise crítica e com orientações para a melhoria da dissertação, olhar de urbanista humanista.

À professora Doutora Gisele Dalla Nora, por sua análise construtiva da dissertação, pontuando as fragilidades estruturais e textuais da dissertação, fazendo-me perceber que é possível refletir questões urbanísticas com seu olhar de Geógrafa.

À Professora Doutora Jeane Rosin, pelo olhar sensível e profissional da educação, inspiradora e motivadora, para que eu permanecesse nos estudos, acreditando na minha pesquisa desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo, capaz de fazer com que eu revisse pontos da dissertação que precisavam de cuidados e mereciam uma reflexão sob olhar de urbanista.

À Professora Doutora Jane Victal, pelas contribuições que enriqueceram o meu projeto de pesquisa.

À Professora Doutora Rosana Ravache, que em suas aulas sobre a história da formação de Mato Grosso, permitiu que eu revisitasse meu trabalho sob outro olhar, entendendo a produção dos espaços territorial e urbano, a fim de que pudesse compreender esse espaços.

Aos Professores Doutores Metello, Rodrigo, Maira, por compartilhar comigo tanto conhecimento e sabedoria, por gentilmente apresentar autores e obras, a fim de destacar uma das mais importantes características da busca de conhecimento histórico e urbanístico da formação da cidade, do lugar e do território.

Ao Mestre José Eduardo Fernandes por compartilhar seu conhecimento sobre território e territorialidade Chiquitano nas conversas que tivemos nos encontros de doutoras, doutores e mestres que fazíamos no grupo de amigos durante o ano de 2021 e início de 2022. A seriedade com que sempre me tratou, quando lhe falava sobre minha pesquisa, e por gentilmente apontar novos olhares, cedendo-me seu livro e tratando comigo sobre fenomenologia do lugar.

RESUMO

A pesquisa de mestrado, inscreve-se na linha de Pesquisa Desenvolvimento Territorial e Local. Tendo por objeto de pesquisa a formação do território de Cuiabá e do lugar, córrego do Caju, localizado no bairro Morada da Serra na cidade de Cuiabá/MT. Nosso objetivo geral visa compreender o fenômeno da formação do território e do lugar, e como esse fenômeno se articula em cidades contemporâneas como Cuiabá/MT e mais especificadamente ao lugar compreendido como área de preservação, no entorno do córrego do Caju. Ao considerar que método é a trajetória a ser percorrida na pesquisa, nos valem do método fenomenológico a fim de entender a formação territorial do espaço urbano anteriormente mencionado e atrelado a este, algumas narrativas de moradores locais e algumas entrevistas localizadas em jornais da época do nascimento de Cuiabá e seus bairros. Buscamos Milton Santos para compreender o conceito de território usado e historicizado, na análise desse espaço geográfico conhecido como Cuiabá. Conceitos, estes, que se inter-relacionam e que precisam ser compreendidos para que se possa formular um entendimento sobre o território como categoria de análise. Tendo, pois, o território historicizado como categoria de análise, poderemos compreender o espaço geográfico formado em nosso redor. A formação do território de Cuiabá, sofreu grandes transformações, nas décadas de 20, 40 e 70, sendo que nesta última houve alteração na mudança do eixo de crescimento, no sentido norte, o que fez nascer a região do grande CPA, Morada da Serra. Com base na pesquisa realizada, verificamos que as pessoas que hoje habitam o bairro Morada da Serra sofreram influências devido ao passado histórico, e hoje, elas ressignificam esse espaço urbano, habitam de forma plena exercendo a cidadania, mesmo que às vezes não percebam, também atribuem novo sentido a existência deles naquele lugar, constroem-se a si mesmos enquanto seres modificados e modificadores daquele espaço territorial.

Palavras-chave: Cidades contemporâneas. Fenomenologia do território e do lugar. córrego urbano.

ABSTRACT

The master's research is inscribed in the research line Territorial and Local Development. The object of the research is the formation of the territory of Cuiabá and the place, the Caju stream, located in the Morada da Serra neighborhood in the city of Cuiabá/MT. Our general objective is to understand the phenomenology of place, and how this phenomenon is articulated in contemporary cities like Cuiabá/MT and more specifically the place understood as a preservation area around the Caju stream. Considering that the method is the path to be followed in the research, we used the phenomenological method in order to understand the territorial formation of the urban space mentioned above and, linked to this, some narratives from local residents and some interviews located in newspapers from the time of the birth of Cuiabá and its neighborhoods. We looked to Milton Santos to understand the concept of territory used and historicized in the analysis of this geographic space known as Cuiabá. These concepts are interrelated and need to be understood in order to formulate an understanding of territory as a category of analysis. Having, therefore, the historicized territory as a category of analysis, we will be able to understand the geographic space formed around us. The formation of the territory of Cuiabá underwent great transformations in the 1920's, 1940's and 1970's. In the latter, there was an alteration in the change of the growth axis, northward, which gave birth to the region of the great CPA, Morada da Serra. Based on the research carried out, we verified that the people who today inhabit the Morada da Serra neighborhood suffered influences due to the historical past, and today, they resignify this urban space, they inhabit in a full way exercising citizenship, even if sometimes they do not realize it, they also attribute new meaning to their existence in that place, they construct themselves as modified and modifying beings of that territorial space.

Keywords: Contemporary cities. Phenomenology of territory and place. Urban stream.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DE CUYABA.....	48
Figura 2 - CICLO DE CAÇA de Índios e MINERAÇÃO	48
Figura 3 – Figura representativa de leitura da Ata de Fundação do Arraial de Cuiabá	50
Figura 4 - Mapa de Cuiabá entre 1770 a 1775	51
Figura 5 - Representativa da Elevação do Arraial de Cuiabá à Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.....	53
Figura 6 - Escudo definido pela Regência de Portugal e Gov. da Capitania de São Paulo	53
Figura 7 - Brasão representativo do Estado de Mato Grosso	54
Figura 8 - Plano da Villa do Cuyaba - Capital da Capitania de Mato Grosso - 1777	57
Figura 9 - Mapa da evolução urbana de Cuiabá.....	63
Figura 10 - Composição de mapas - COMPLEXO DO CPA - MORADA DA SERRA	68
Figura 11 - Primeira habitação no CPA I.....	69
Figura 12 - Vista aérea do Complexo Habitacional do CPA.....	70
Figura 13 Foto de tipologia habitacional no CPA II	70
Figura 14 - Evolução do perímetro urbano de Cuiabá	71
Figura 15 - Lei número 1.537 de 25-04-1978 - Câmara Municipal de Cuiabá.....	72
Figura 16 - Densidade Populacional por Região.....	73
Figura 17 Mapa da Hidrografia no perímetro urbano de Cuiabá.....	74
Figura 18 CPA - MORADA DA SERRA - Área de Estudo - Córrego do Caju	75
Figura 19 Composição de imagens - Realidade no entorno do córrego do Caju	77
Figura 20 Obras em Cuiabá - década de 40.....	83
Figura 21 - Conjunto Habitacional - Construídos em 1948 as margens da Av. Getúlio Vargas ..	84
Figura 22 - JORNAL - O Estado de Mato Grosso.....	85
Figura 23 - Grande Hotel - uma das obras para modernizar Cuiabá.....	86
Figura 24 - Evolução do perímetro urbano de Cuiabá de 1938 a 2004 - MT	87
Figura 25 - Catedral e Palácio Alencastro - Centro de Cuiabá na década de 50 e 60	90
Figura 26 - Mapa da Evolução Urbana de Cuiabá do Século XVIII a 2010.....	92
Figura 27 - Mapa dos Córregos que margeiam o bairro Morada da Serra	94
Figura 28 - Fotos do córrego do Caju	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro representativo da realidade das Cidades e Lugares na Capitania de Mato Grosso	56
Quadro 2 - Descrição das categorias de homens livres e escravos.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPA – Centro Político Administrativo

COHAB – Companhia Habitacional

COHAB/MT – Companhia Habitacional de Mato Grosso

PIN – Plano de Integração Nacional

DPD – Diretoria de Plano Diretor

IPDU – Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

CER - Comissão Estadual de Estradas de Rodagem

SUMÁRIO

Introdução	14
Justificativa	16
Objetivos.....	17
Metodologia	18
Fundamentação Teórica.....	20
CAPÍTULO 1.....	20
Orientação Fenomenológica	20
CAPÍTULO 2.....	44
2.1 Território uma história da formação de Cuiabá uma ocupação urbana a caminho em 303 anos.....	44
2.2 A formação do Território – Cidade de Cuiabá.....	46
2.3 A formação do Lugar – CPA (Morada da Serra) – córrego do Caju	63
2.4 População do Complexo do CPA I, II, III e IV (Hoje com o nome Morada da Serra)	72
CAPÍTULO 3.....	81
3.1 Marco regulatório da formação do lugar córrego do Caju	81
CAPÍTULO 4.....	103
4. Conclusões, novo ponto de compreensão da formação do território.....	103
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

A velha Cuiabá dos tempos provinciais de ruas estreitas e vielas tortuosas, mal calçadas uma com lajes de cristal outras cheias de valos e buracos, vai se transformando aos poucos. O modernismo do cimento armado a originalidade do estilo das novas construções vai absorvendo a verdura dos quintais, escondendo envergonhada a triste vetustez da arquitetura do passado colonial, humilhada entre os edifícios de três e vinte andares (MENDES, 1977, p.31).

A percepção do fenômeno da produção de um espaço urbano se processa de forma diferente entre os vários atores sociais imbricados neste processo. A formação do território da cidade de Cuiabá, e do lugar CPA (Morada da Serra), córrego do Caju, se processou a várias mãos e até chegar aos dias de hoje, ainda se observa que, alguns atores sociais se percebem alijados desse processo, porém, embora tenham essa percepção fizeram parte ora como elemento constitutivo ativo e ora como elemento usado nesse processo.

O processo de produção do território urbano contemporâneo de Cuiabá e Morada da Serra e o surgimento do lugar às margens do córrego do Caju caminhou a passos diferentes no decorrer da história e este processo de ocupação e formação da cidade, do lugar, passou por diferentes fases e diferentes momentos. Temos que as fases cruciais, para a formação desse território, se deram em períodos de tempo entre o século XVIII, década de 20, 30, 40, 50 e 60, do século XX.

A partir da década de 70, houve um grande crescimento das áreas urbanas, motivadas pelo êxodo rural e por políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. Devido ao adensamento das cidades foram sendo ocupados novos espaços urbanos redesenhando suas paisagens. Esse novo desenho surgiu ora como parte de um planejamento urbano, ora como fragmento mesmo, espaços remanescentes onde não se podiam construir edificações.

As áreas verdes cumprem um papel social e ambiental na salubridade dos centros urbanos, contudo, compreendemos, que em todas as cidades deve haver normativas registradas em leis para uma correta implantação desses espaços verdes.

Já os fragmentos urbanos surgem de um planejamento intencional que deixa claro e evidente a segregação na cidade.

Propomos neste projeto de pesquisa, tendo como referência o território urbano, compreender como ele surgiu, se foi objeto de planejamento ou área remanescente que não poderia ser objeto de edificação.

Nossa pesquisa terá por recorte o espaço localizado no Bairro Morada da Serra, na Cidade de Cuiabá, Mato Grosso, limitando-se no entorno do córrego do Caju, mais especificamente uma área compreendida como sendo área de proteção ambiental (APP), embora em todas as literaturas lidas não se tem por certo que de fato seja uma APP.

Durante o período de graduação, no desenvolvimento da atividade para obter a graduação na disciplina TDAUP II, apresentei uma proposta de intervenção urbana na criação de um parque linear neste local, acima citado, e percebi que precisava pesquisar mais sobre esses fragmentos urbanos para compreender o impasse que acontece entre o crescimento da cidade e a urbanização planejada.

Dentre os envolvimento dos urbanistas no cotidiano das cidades, há contribuição no planejamento dos espaços urbanos públicos, que garantem à população uma melhor qualidade de vida. Nesta prática do planejamento, está a requalificação urbana como um dos fatores mais desafiadores para o urbanista, visto que cabe a ele planejar um reordenamento do espaço urbano público já vivenciado, para transformá-lo em uma nova maneira de ocupação desses espaços com o objetivo de oportunizar aos moradores e entorno uma nova vivência, e assim elevar a cidade a condições mais sustentáveis e dinâmicas da vida hodierna.

A dissertação está distribuída em quatro capítulos. No primeiro tratamos de fazer uma incursão sobre a orientação fenomenológica para termos uma compreensão de como se processa a fenomenologia da percepção, para ingressarmos com este olhar, na análise do fenômeno da formação do território e do lugar.

O segundo capítulo, fizemos uma composição histórica da formação do território de Cuiabá e do lugar Morada da Serra (córrego do Caju), a partir das

versões de vários historiadores locais, que ainda residem em Cuiabá, e que teceram seus textos a partir de experiências vividas presencialmente de alguns fatos históricos, recentes como o processo de transformação do espaço urbano de Cuiabá na década de 60 e 70.

No terceiro capítulo trazemos informações sobre a produção do espaço urbano ocorridos na década de 70, com a formação do bairro do CPA (Morada da Serra) e as consequências dessa formação no sufocamento do córrego do Caju, onde se localiza nossa área de estudo.

No quarto capítulo nos propusemos a relatar algumas falas de moradores do lugar às margens do córrego do Caju. Importante observar que não foi possível fazermos entrevistas com os moradores, devido ao momento mundial que passávamos com a pandemia do COVID-19, que se estendeu até meados de 2022, e por não termos podido ingressar com solicitação junto ao Conselho de Ética da Pós-Graduação do UNIVAG, para fazermos visita e entrevista in loco, nos utilizamos de conversa que tivemos com alguns moradores num almoço de família e amigos, de uma colega de mestrado. Também nos valem de entrevistas, dadas por moradores do lugar, em jornais e sites, quando da comemoração dos 40 anos de fundação do bairro do CPA (Morada da Serra).

JUSTIFICATIVA

Desde a fundação do Bairro CPA (Centro Político Administrativo), hoje como o nome Morada da Serra, onde o córrego do Caju está situado, em seu entorno foram ficando remanescentes de áreas verdes originais e que os governos estadual e municipal entenderam, como área de proteção permanente. Porém, com o crescimento do bairro, a população não tinha esta compreensão a respeito daquele “pedaço” de terra que estava “abandonada”, naquele lugar. Por necessidade de moradia, a população ocupou aquele espaço, no entorno do Córrego do Caju.

Com isto posto, pretendemos investigar este fenômeno urbano surgido desde a década de 70 como consequência da expansão do perímetro urbano de Cuiabá devido ao aumento demográfico. Dessa forma definimos como tema de

pesquisa a urbanização contemporânea em Cuiabá conquista e formação do território urbano: o caso do córrego do Caju.

Questões indagadoras:

- 1) A população do entorno do Córrego do Caju, hoje, é formada por moradores nativos de Cuiabá e por migrantes de outros estados do Brasil. Isso ocorreu desde a década de 1970 a 1980, e continuou nos anos seguintes; essa miscigenação de raças e mistura cultural fez surgir ali outros tipos de vivência e outras experiências culturais. Esta mistura de gentes influenciou e fez surgir um novo fenômeno do lugar, no entorno do córrego do Caju?
- 2) O estado em que o córrego se encontra atualmente, exprimido entre os conjuntos habitacionais, sofrendo todo tipo de agressão antrópica, levando-o a total poluição e sua morte. Como ajudá-lo ou como resgatá-lo, se é que cabe, neste momento histórico da cidade de Cuiabá, algum resgate da história vivida e experimentada dos povos que habitavam o local no entorno do Córrego do caju?

OBJETIVOS

15.1 Objetivo Geral

Compreender a fenomenologia do lugar, como se processa sua formação e como se articula esse fenômeno em cidades contemporâneas como Cuiabá, mais especialmente o lugar compreendido como área de preservação no entorno do Córrego do Caju.

15.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender o conceito de território urbano e como o fenômeno da formação do território de Cuiabá influenciou o surgimento do lugar córrego do Caju;

- b) Analisar e avaliar o impacto social urbano que este lugar / território urbano suscita nos moradores do entorno do Córrego do Caju.

METODOLOGIA

O presente projeto inscrever-se na linha de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial e Local*. Propõe-se adotar como suporte metodológico a abordagem qualitativa de método bibliográfico, com base na proposição de estudo de caso, pois acredita-se que este é o mais adequado para atingir os objetivos propostos.

Faremos pesquisa bibliográfica em livros, teses e dissertações que tratam da história da fundação da cidade de Cuiabá e do lugar córrego do Caju, bem como analisaremos jornais e revistas que versam sobre fatos narrativos dessa história do passado recente.

Com base no método filosófico fenomenológico, defendido por Edmund Husserl, e do filósofo Martin Heidegger que trata sobre o sentido do habitar, e a partir das orientação fenomenológica de Merleau-Ponty que trata da fenomenologia da percepção, bem como de Augustin Berque que trata do fenômeno do território, do lugar e da paisagem iremos analisar este território chamado Cuiabá, e Córrego do Caju para compreendermos seu significado e o significado que a população dá a este território, a esta nova paisagem e a esse fragmento urbano vivido e experimentado, por essa população que hoje habita este lugar.

Baseados nas reflexões de Milton Santos, sobre o território usado, iremos buscar compreender como se dá o processo de formação do território e como podemos compreender o espaço urbano a partir de sua conceituação sobre o território, lugar historicizado e como esse fenômeno do espaço urbano influencia na maneira como as pessoas habitam determinado território e lugar.

Sobreposição de mapas antigos e científicos (atuais) para percebermos a evolução do território e como se dá o processo da construção da sua história. Analisar comparativamente fotografia antiga e atuais para a confirmação da alteração da paisagem no espaço / perímetro urbano.

Será realizado levantamento bibliográfico, compondo um elenco de livros, artigos e teses, de diferentes autores referente aos temas a serem estudados como território, espaço urbano e lugar, dando ênfase, sobretudo, aos marcos legais e também aos relatos históricos dos sujeitos imbricados no contexto histórico.

Conforme Gatti (2002), o método não é somente uma questão de rotina de passos e etapas a serem seguidos, mas sim a vivência de um problema, em termos de

pontos de vista e metas, porque ele passa a existir a partir do embate de ideias, perspectivas, teorias e práticas.

Os métodos nascem do embate de ideias, perspectivas, teorias, com a prática. Eles não são somente um conjunto de passos que ditam um caminho. São também um conjunto de crenças, valores e atitudes. Há que se considerar o aspecto interiorizado do método, seu lado intersubjetivo, e até em parte, personalizados pelas mediações do investigador. [...] os métodos, para além da lógica, são vivências do próprio investigador com o que é pesquisado. Não são externos, independentes de quem lhe dá existência no ato de praticá-lo (GATTI, 2002, p.54-55).

Ao tomar como referência as considerações do pesquisador, e objetivando a execução da investigação proposta, a pesquisa é denominada de pluri-metodológica, pois se vale tanto de aspectos quantitativos, quanto qualitativos. Porque conforme nos aponta Gaskell, Bauer e Allum (2002), estes elementos se complementam.

Daremos ênfase a pesquisa qualitativa porque para Arruda (2005, p.230) “[...] os números não se explicam sozinhos, ainda que submetidos a uma série de malabarismo”. Ou seja, há necessidade da ligação do quantitativo ao qualitativo, uma vez que não existe apenas uma única técnica capaz de agrupar todos os aspectos do objeto desta investigação.

Como resultado, esperamos que além do espaço físico, possamos despertar em nossos legisladores a importância e a necessidade de cuidarmos de nossas Áreas de Preservação Permanente. Afinal, acreditamos que preservar essas APP's retornando-as aos seus aspectos naturais trará melhoria na qualidade de vida da população.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

ORIENTAÇÃO FENOMENOLÓGICA

Tomaremos como base para a compreensão e a construção da pesquisa proposta, o método fenomenológico, considerando o pensamento dos filósofos Edmund Husserl (2006), Martin Heidegger (2015) e Maurice Merleau-Ponty (2018), posteriormente Augustin Berque (2015) que escreve sobre o fenômeno do território, do lugar, a partir do conceito de *écoumène*.

Esses autores nos auxiliarão a construir um conhecimento do fenômeno Cuiabá e córrego do Caju, em uma inter-relação dialética, para entendermos a história da formação da cidade de Cuiabá e a expansão de seu perímetro urbano, que promoveram alterações em sua paisagem, até chegar ao lugar às margens do córrego do Caju. Deixamos claro, que a dialética, no contexto de uma pesquisa fenomenológica, busca compreender a inadequação entre o objeto e a certeza da consciência, sobre ele, e a sua realidade/verdade, não condizente com a certeza; ou seja, como poderia ser o córrego do Caju e como, de fato, é; ou ainda, a consciência que se tem da área do córrego e o relato do lugar.

Compreendemos, portanto que a contribuição da fenomenologia, principalmente a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty, como método nos auxiliará na construção de um conhecimento do território, do lugar e da *écoumène*. *Écoumène* é um conceito utilizado por Augustin Berque que o define como um meio de total interação entre a pessoa (ser humano) e o espaço geográfico, territorial onde esse homem se humaniza e onde este espaço, agora historicizado influencia o homem, o ser. Isto nos possibilitará compreender o que percebemos, apreendemos, como o território historicizado, a origem e formação da cidade de Cuiabá, e do córrego do Caju exercem a inter-relação com os diferentes atores sociais (ser) que habitaram e que habitam esse território e lugar enquanto cenários de suas vidas.

Temos ciência de que enfrentamos um desafio na aplicação desse método fenomenológico; mantê-lo fiel à proposição inicial da fenomenologia, a busca da construção do conhecimento genuíno, sem, contudo, se perder no significado da própria fenomenologia, chegando a conceitos simplistas os quais se distanciem da essência de sua concepção, é um risco.

Ao dialogar, a partir dos fundamentos da fenomenologia conceituados por Edmund Husserl (2006), sobre o conhecimento do, ou das coisas, que provém da inter-relação entre o que o mundo nos apresenta, e o que nós, enquanto sujeitos no mundo, devolvemos como conhecimento, em uma inter-relação dialética¹, hermenêutica², intencional e intuitiva, é a construção de um conhecimento que nos permitirá compreender este fenômeno cidade, lugar, e assim, compreender como os atores sociais (seres) na cidade Cuiabá e lugar Córrego do Caju formaram seu conhecimento e construíram seus traços culturais como “ser no mundo” (MARTIN HEIDEGGER, 2006).

Assim nos explica Edmund Husserl (2006):

O conhecimento natural começa pela experiência e permanece na experiência. Na orientação teórica que chamamos “natural”, o horizonte total de investigações possíveis é, pois, designado com uma só palavra: o mundo. As ciências dessa orientação originária são, portanto, em sua totalidade, ciências do mundo, e enquanto elas predominam com exclusividade, há coincidência dos conceitos “ser verdadeiro”, “ser efetivo”, isto é, ser real e – como todo real se congrega na unidade do mundo – “ser no mundo” (HUSSERL, 2006, p. 33).

A primeira experiência com a cidade de Cuiabá e córrego do Caju permitiu a deambulação em sofismas sobre este território e este lugar. Este primeiro contato, trouxe uma primeira sensação sobre esta cidade Cuiabá, pois, imaginava-se uma cidade rica em seu histórico de “cidade do ouro” e de respeito aos seus cidadãos, mas, isso não se confirmava com o passar do tempo de convivência.

A partir do momento em que começamos a habitar nesta cidade e a desenvolver uma nova experiência de existência neste território, houve um

¹ **Dialética:** É uma palavra com origem no termo em grego *dialektiké* e significa a arte do diálogo, a arte de debater, de persuadir ou raciocinar. É um debate em que há ideias diferentes a partir de pontos de vista sobre um mesmo tema, mas que pretendem estabelecer a verdade através de argumentos fundamentados (ABBAGNANO, 2007).

² **Hermenêutica:** A arte técnica de interpretação de textos, leis ou narrativas escritas sobre determinado assunto (ABBAGNANO, 2007).

despertamento para conhecer melhor sua história, sua gente, sua expressão cultural, arquitetônica e urbanística, e assim construir um conhecimento sobre este território.

Dessa forma, neste ato contínuo de convivência, habitando este território, foram formulados novos conhecimentos que nos fizeram refletir na unidade entre Cuiabá e sujeito, como diz Husserl (2006, p. 33), “ser no mundo”.

Esta intuição, que pode também ser entendida como a primeira sensação (Husserl, 2006) leva o sujeito a desejar entender esse processo de inter-relação com o mundo dado, objetivando a construção do conhecimento, neste caso, do conhecimento de sua história de vida no lugar escolhido para habitar.

Valendo-nos da fenomenologia, enquanto método, precisamos, num primeiro estágio de reflexão, entender a intuição como primeira fonte para o conhecimento do mundo dado, vivido e experimentado pelo sujeito, conforme propõe Husserl (2006) - a intuição, enquanto fonte primária do conhecimento, que possibilita ao sujeito perceber o fenômeno como ele se oferece ao conhecimento, como primeira impressão de algo. Assim, fenomenologia é

Em grego, *faínestai* significa alguma coisa como: mostrar-se, tornar visível. Em primeiro lugar, ninguém deve confundir a “fenomenologia” com aquilo que se poderia chamar, sem grande desenvoltura, de filosofia completa do autor. Essa filosofia completa é, antes de tudo, da dupla “orientação”, a orientação “natural” e a orientação “fenomenológica”, compromissos que nunca devem ser confundidos. E por “orientações” é preciso entender direções de pesquisa radicalmente distintas, comandadas por tópicos muito diferentes, que nem se dirigem ao mesmo sentido da palavra “objeto”. A fenomenologia é apenas um dos lados de nosso universo intelectual, que não suprime o outro, aquele que se desdobra na direção “natural”. [...] A seria um método “descritivo” que se encarregaria de fornecer as “verdades” que a ciência nos omite, mas no mesmo sentido em que a ciência as diz: ela seria um saber sobre o “mundo existente”, sobre o mundo “concreto”, como já foi de bom tom se referir àquela parcela da realidade que se furtava à “abstração” científica, ou que era pura e simplesmente desconsiderada pela ciência, sempre siderada apenas pelas “leis gerais” (EDMUND HUSSERL, 2006, p. 16 – 17).

Com o tempo, Husserl, percebe que a “intuição” sozinha não dava conta de uma completa compreensão do fenômeno, concluindo que era preciso “ver” e “perceber como”, para a concepção de uma unidade do real, o mundo em si.

Propõe, então, que a intuição humana não pode apreender um objeto integralmente, de maneira definitiva, uma vez que existem outras informações que possivelmente estão veladas, ocultas, fazendo com que o que se intenciona

ver, e por isso vê, não coincida exatamente com os dados iniciais que se apresentam.

Por exemplo, quando se caminha pela primeira vez por um lugar desconhecido – neste caso, pode ser o bairro Morada da Serra, o que se imagina é um lugar agradável para se caminhar; mas, ao se vislumbrar de relance o trecho de um córrego, é possível inferir que ali foi um lugar de agrupamento de pessoas, um possível espaço de moradia. No entanto, somente a inferência intuitiva desse fato não é o suficiente para a construção e a compreensão desse fenômeno. É preciso “ver” outras possibilidades que o local ainda não revelou, como pressuposto. Daí as características hermenêutica da fenomenologia, em Edmund Husserl (2006), deve ser entendida a partir do princípio de que há sempre algo pressuposto relacionado à existência do sujeito na sua facticidade, ou seja, inserido no mundo e constituído dentro de suas influências do tempo e do ser vivido e experimentado na sua existência.

Afinal, a produção do conhecimento pelo homem (ser) está situada, desde o começo, em uma produção “engajada”, “encarnada” no mundo natural. Se entendermos que existe algo de pressuposto, quando iniciamos a refletir sobre o mundo dado; essa é a existência do ser. Neste sentido, a existência, situa-se no aqui e agora, como consequência do conhecimento sobre o território e ou lugar, sobre o mundo dado.

A partir da fenomenologia apresentada por Husserl (2006), compreendemos que ela seja uma atitude hermenêutica e dialética, primeiramente negativa, no sentido de que o filósofo não pretende começar sua reflexão como se fosse uma consciência a-cósmica, a-histórica, sem nenhum laço social ou vínculo existencial. Mas sim uma hermenêutica positiva, que se caracteriza pelo fato de o filósofo considerar sua própria existência, com os traços essenciais e existenciais implicados no processo de inter-relação com o mundo dado, natural absolutamente pré doado à sua reflexão. Portanto, devemos nos esforçar por colocar, às claras, as informações de tal forma que consigamos captar desta essência do território ou do lugar a significação metafísica ou ontológica que se nos apresenta.

Todo o território ou lugar, antes de ser habitado, tem sua história, sua essência de formação; não se deve ignorar este fato, mas buscar conhecer o

território e ou lugar é a isso que se refere quando se fala que arquitetos e urbanistas devem ter uma atitude intuitiva, hermenêutica e dialética na busca de conhecimento do território e do lugar onde pretendam projetar, seja um prédio, conjunto habitacional ou um novo bairro.

O lugar enquanto Figura poética vai repercutir no sujeito que o vivência. O sujeito do conhecimento fica carregado de impressões, assim como o lugar é carregado de informações, sinais, fenômenos manifestados, portanto, faz-se necessário uma assimilação das coisas às quais se busca conhecer, para assim alcançar a essência das próprias coisas, da própria relação entre sujeito e objeto por ele visado.

Também compreendemos que a fenomenologia em Husserl se caracteriza pela dialética do pensamento, entendida como a mudança metódica de perspectiva que permite ao ser, que se esforça por atingir o sentido, ultrapassar sistematicamente as perspectivas unilaterais e os horizontes limitados que tenha em relação ao mundo natural visto e percebido.

E quanto ao caráter dialético da fenomenologia, compreendemos que esse princípio constitui o complemento indispensável do princípio intuitivo. E justamente porque, à primeira vista e a mais das vezes, os fenômenos não se mostram de imediato e que há necessidade de uma fenomenologia, pois estar oculto, é o conceito complementar do fenômeno. Por isso o método fenomenológico, na concepção de Edmund Husserl (2006) nos permite “descobrir” sistematicamente o que outrora e inicialmente apresentava-se “recoberdo”, e nesse exercício hermenêutico e dialético fazer aparecer para que se possa construir um conhecimento do mundo dado e devolver a ele esse conhecimento formulado.

Dessa forma entendemos que o sujeito implicado no desejo de se compreender como pertencente a um determinado lugar caracteriza-se pela experiência e pela vivência dos espaços públicos urbanos que convergem para a ideia incorporada de “sujeito do conhecimento”.

Mas para entendermos melhor a experiência do vivido, na visão de Husserl nos valem dos conceitos de experiência do vivido e de vivência aqui

utilizando como referência direta à teoria de Walter Benjamim, conforme explicado por Serpa:

A noção de experiência [...] é uma das noções capitais da teoria de Walter Benjamim. A ela se junta a noção de vivência [...]. A experiência está relacionada à memória, individual e coletiva, ao inconsciente, à tradição. A vivência relaciona-se à existência privada, à solidão, à percepção consciente, ao choque. Nas sociedades modernas, o declínio da experiência corresponde a uma intensificação da vivência (Muricy apud SERPA, 2020, p. 18).

A fenomenologia de Husserl nos possibilita a compreensão de valores culturais acolhidos como padrão pela coletividade e assumidos pelo sujeito na produção da sua existência. Assim como pode auxiliar na desconstrução desses valores culturais ao permitir assimilar a qualidade do modo, da maneira como o sujeito vai se inserindo no lugar e assim construindo seu sentimento de pertencimento. A fenomenologia nos permite, então construir um conhecimento desse sujeito num determinado lugar e que não se repetirá em outros sujeitos em lugares diferentes.

Martin Heidegger (2015) afirmava que o homem habita entre sua obra e a palavra “logos”, e, uma vez que a palavra concede acesso ao mundo, sua obra, seu fazer dá sentido ao mundo. Compreendemos que o mundo existente é definido, pela totalidade das obras e das coisas construídas por esse ser no mundo. O ser vive entre a terra e o céu, entre o seu nascimento e sua morte, entre a alegria e a dor, entre o trabalho e a palavra, e essa diversidade e multiplicidade de intervalos onde o ser está é o mundo, é sua temporalidade. Isto permite dizer que o ser vive em um “entre-dois”, entre o vivido e o experienciado e entre a realidade e o imaginário.

Assim, percebemos que para Martin Heidegger (2015) a vida humana se desvela, se faz presente concretamente no mundo, e as coisas que constituem um lugar são reveladas ao ser no mundo e nominadas pelo poder da palavra, pelo poder do “logos”, do ser encarnado nesse imediatismo de sua presença. E esta presença do ser no mundo que constitui o seu habitar pleno na construção de sua existência vai deixando rastros de sua historicização.

Nas palavras do poeta cuiabano Manoel de Barros (1916 – 2014) em sua poesia Prefácio:

Assim é que elas foram feitas (todas as coisas) – sem nome. Depois é que veio a harpa e a fêmea em pé. Insetos errados de cor caíam no mar. A voz se estendeu na direção da boca. Caranguejos apertavam mangues. Vendo que havia na terra dependimentos demais e tarefas muitas – os homens começaram a roer unhas. Ficou certo pois não que as moscas iriam iluminar o silêncio das coisas anônimas. Porém, vendo o Homem que as moscas não davam conta de iluminar o silêncio das coisas anônimas – passaram essa tarefa para os poetas (MANOEL DE BARROS, 2022)

Nesta poesia, Manoel de Barros, é possível perceber a reverberação do pensamento de Martin Heidegger no sentido de nos trazer à luz, informando de maneira poética, que há uma sintonia muito firme entre o mundo existente e a criação ou nomeação das coisas pelo homem, quando este cria o seu mundo e constrói sua própria existência e faz história.

Essa concepção, em que não existe uma separação entre a condição humana e a manifestação fenomenológica do mundo, é elucidada através da ligação do homem com a água, que, ao seu modo, na expressão de sua existência ocorre nos mares, nos rios, nas lagoas e nos córregos e em lugares diversos do mundo e das cidades, criação puramente humana, como um intervalo de tempo, como soleira da dimensão urbana, integra os elementos fundantes do ambiente e os da subjetividade da existência humana, aqui queremos dar ênfase ao homem urbano. Que constrói seu modo de habitar um lugar, um território juntamente com todos os outros elementos que compõem o ambiente natural criando seu mundo através do poder de sua palavra.

Compreendemos que o caráter fenomenológico na abordagem de Martin Heidegger reside na importância da facticidade entre o ser e o mundo, ou seja, da intrínseca e inseparável relação entre ambos.

Essa relação sempre será temporal, isso porque a cada novo tempo, se assim compreendemos que os tempos mudam, os seres vivos também, portanto, o viver e o existir num determinado lugar e tempo mudam com o discurso e com a palavra, na construção ou na renovação do mundo, do lugar e do ser.

Martin Heidegger (2015) nos afirma que:

Assim como os demais fenômenos temporais da linguagem: “modos de ação ou aspectos” e “graus de tempo”, os tempos não surgem porque a fala “também” se pronuncia a respeito de processos “temporais”, isto

é, que vem ao encontro “no tempo”. Seu fundamento também não reside em que o falar transcorre “num tempo psíquico”. Como toda fala sobre..., de... e para... funda-se na unidade ekstática da temporalidade, a fala é, em si mesma, temporal. Os modos de ação ou aspectos estão enraizados na temporalidade originária da ocupação, quer esta se relacione ou não com o intratemporal. Com a ajuda do conceito vulgar e tradicional do tempo, de que se vale forçosamente a ciência linguística, nunca se pode colocar o problema da estrutura existencial e temporal dos modos de ação ou aspectos. Porque, no entanto, toda fala é sempre um falar sobre **entes**, mesmo que, primária e predominantemente, não tenha o sentido de enunciado teórico, a análise da constituição temporal da fala e a explicação dos caracteres temporais das estruturas linguísticas só podem ser abordadas em se desenvolvendo o problema do nexa fundamental entre ser e verdade, com base na problemática da temporalidade. (MARTIN HEIDEGGER, 2015, p.436, 437).

Percebemos, nessa afirmação de Martin Heidegger, que de certo modo há uma relação entre Fenomenologia e Existencialismo, ao explorar, por meio da fenomenologia, o que é o ser. Identificamos isso quando Heidegger teoriza em seu principal texto: *Ser e Tempo*, publicação primeira em 1927.

A fonte em que Martin Heidegger bebeu para formular sua teoria sobre o ser e o tempo, e trazer sua contribuição para o método Fenomenológico é a mesma fonte que Edmund Husserl se serviu, ou seja, na tese de Franz Brentano, porém, Heidegger buscou na tese desse autor suas análises voltadas para o estudo do ser em relação ao mundo natural. Enquanto Heidegger desenvolve sua compreensão sobre os mais diversos sentidos da palavra “ser”, buscou nas obras de Aristóteles, em que sintetizou a questão do Ser, mas não um ser qualquer ou Ser em si, enquanto ente definido ou delineado; porque um Ser, ao contrário dos outros seres ou entes, é capaz de indagar sobre o seu próprio Ser e seu próprio existir. Chegando à conclusão que:

“[...] A compreensão do ser é em si mesma uma determinação de ser da presença. O privilégio ôntico que distingue a presença está em ela ser ontológica” “[...] é por isso que se deve procurar, na analítica existencial da presença, a ontologia fundamental de onde todas as demais podem originar-se” (HEIDEGGER, 2015, p.48-49).

Portanto, em sua tese, Martin Heidegger, afirmava que sobre a questão do Ser não se deveria questionar acerca dos problemas do conhecimento, como propunha Edmund Husserl, mas sim acerca de si mesmo.

No entendimento de Heidegger dá-se então, um novo entendimento do Ser, e da construção do conhecimento que esse produz a partir de sua presença, pois este Ser é o único que por si mesmo é capaz de perguntar e já saber

a resposta sobre seu mundo e sobre os entes que compartilham com ele o mesmo espaço e tempo. É interessante observar, que nesse novo olhar, Martin Heidegger utilizará novos termos, como *Dasein*³,

[...] aceitando-se a tradução de *Dasein* por presença, [...] ela adquire um papel importante na obra tardia de Heidegger, [...] importante é, ademais, ter em mente que o tão discutido termo *Dasein* é intensamente conjugado por Heidegger, sobretudo na segunda parte de *Ser e Tempo*. Na tradução de *Dasein* não está em jogo uma única palavra ou um único termo técnico, mas a **complexa conjugação da presença humana em seus vários níveis de realização finita** (grifo nosso) (HEIDEGGER, 2015, p. 29).

Como podemos perceber, Heidegger utiliza com muita propriedade o termo *Dasein* no sentido de presença humana, presença do ser no tempo e sua imbricada relação com os entes que compõem um determinado espaço. Assim, na visão de Heidegger esse *Dasein* será sempre uma relação complexa e levará ao ser a possibilidade de nominar, versar, construir conhecimento a partir dessa relação na temporalidade.

No transcurso de toda a reflexão de Martin Heidegger, o termo *Dasein* será extremamente decisivo principalmente em seu texto sobre *Ser e tempo* (2015), é entendido como decisivo por indicar a condição existencial do ser, ou seja, uma presença do ser no mundo na convivência com os outros entes.

Quando, olhamos para a história da formação do território denominado Cuiabá, e mais especificamente para o lugar chamado de córrego do Caju, com a lente da fenomenologia desenvolvida por Martin Heidegger começamos a compreender alguns pontos dessa imbricada história do território e do lugar. Pois, é sabido que os primeiros habitantes desse território, foram os índios, predominantemente da etnia Bororo, e que a maneira como eles construíram sua existência como ser e pre-sença neste espaço/território desenvolveram seus traços culturais e que estes perpetuaram no tempo, tanto que deram características únicas para a formação cultural do hoje chamado povo cuiabano.

Quando os bandeirantes passaram por essas terras, trazendo em sua bagagem escravos, estes quando conseguiam fugir das garras de seus “donos”, se refugiavam no lugar onde hoje é conhecido como córrego do Caju. E, no exercício de construção do seu existir, também implementaram, tanto no

³ **Dasein**: Em português são usados para traduzir o sentido Heideggeriano: *Dasein*, **ser-aí** e **presença**. Ele significa, na origem, existência real, tanto das coisas finitas quanto a de Deus (HEIDEGGER, 2015, p. 29).

território Cuiabá quanto especificamente no lugar córrego do Caju, as características culturais de seu modo de se relacionar com o espaço tempo em que viviam e o embeberam com características culturais trazidas da sua mãe África. Com isso esse território e lugar, fizeram com que essas características se perpetuassem também nos traços culturais do povo cuiabano. Isso se percebe no modo como as pessoas ocupam o território e o modo como elas se relacionam com o lugar.

Ao deambular pelo bairro Morada da Serra percebemos esses traços culturais nas construções que circundam o córrego do Caju, constituídos por pé direito baixo, sistema de ventilação pequeno e quintais bastante arborizado com vegetação típica do serrado. Isso pode ser verificado na Figura 11 disposta no capítulo 3 desta dissertação.

Martin Heidegger, propõe que ao investigarmos a existência do ser no mundo, devemos fazê-lo a partir da dimensão ontológica do existir, que se mostra na experiência direta com o que nos cerca. E essa dimensão do “ir sendo”, “do habitar”, “do aí”, configura a experiência de ser em relação direta e concreta com as coisas em um corpo, em uma determinada espacialidade e numa dada temporalidade; portanto, quando olhamos, analisamos ou discutimos sobre o fenômeno córrego do Caju, que, devido ao tipo de ocupação ou de habitação que as pessoas fazem ao seu redor, e ao crescimento da cidade, tornou-o um córrego urbano. E quando refletirmos sobre ele, devemos fazê-lo a partir da ação antrópica sofrida por ele. Ação humana nefasta sobre a realidade existencial do córrego do Caju.

Quando analisamos o habitar dos moradores do entorno do córrego do Caju e suas palavras / falas a respeito do córrego, vemos surgir um desejo, um sonho, em que uma se avizinha a uma nova realidade, de resgatar o córrego das “garras urbanizadoras” para desvelar um novo/velho córrego; límpido, com suas águas fluidas, com capacidade de renovar a vida e a dignidade dos moradores do entorno do córrego.

A existência humana, se desenrola de forma concreta, e os entes que compõem um lugar vão se revelando à medida que constroem sua presença, historicizando o lugar. Essa consciência de que não deve haver separação entre a condição do ser e a manifestação do mundo é elucidada através dessa relação

imbricada entre o ser os entes e o lugar, num intervalo de tempo, presente, que servem como base da dimensão urbana, pois integra todos esses elementos do ambiente e da subjetividade da construção da existência do ser. Aí reside o caráter fenomenológico da reflexão de Martin Heidegger na facticidade⁴ na relação entre o ser, os demais entes e o mundo, ou seja, da relação intrínseca e inseparável entre ser, entes e mundo.

Essa relação entre o mundo e o ser, e entre o ser e o mundo favorece o processo de caráter hermenêutico, característico de uma atitude fenomenológica, permitindo que o ser apreenda as coisas como realmente se apresentam ao ser e ao mundo, sem os inconvenientes da ciência cartesiana, que elimina as verdades do fenômeno ao propor generalizações. Dessa forma, por este processo não se alcança uma constituição final do objeto, ente, que é sempre capaz de se revelar, a cada novo tempo, com uma nova presença, novo olhar como algo novo.

Isso porque, quando fazemos nossa hermenêutica em relação ao córrego urbano nominado de Caju, e da relação dos diferentes seres que habitaram e que se interrelacionaram com ele, devemos perceber que outrora, sem uma ação antrópica predadora, o córrego era apenas um ente que fluía naquele lugar de forma natural e pura.

E quando os seres, principalmente humano, começam a se relacionar com o ele fazem-no, de forma inicial, com o objetivo de sua própria sobrevivência; mas, depois, com o processo de urbanização, acabam poluindo seu leito e como consequência prejudicando sua própria qualidade de vida ao manterem-se vivendo em seu entorno.

Refletindo, dessa maneira, percebemos que o caráter fenomenológico de Martin Heidegger reside, portanto, na real importância da facticidade da relação entre o ser (homem / mulher) e o mundo, sendo assim uma relação intrínseca e inseparável entre ambos, pois entendemos que os cursos d'água são fundamentais para o desenvolvimento das cidades. Foi ao lado de rios que os

⁴ **Facticidade:** Qualidade do que é factual. No heideggerianismo, significa a situação característica da existência humana que, lançada ao mundo, está submetida às injunções e necessidades dos fatos pelo qual cada homem se encontra sempre já comprometido com uma situação não escolhida.

aglomerados humanos se estabeleceram, na sua origem e até hoje. A exemplo da cidade de Cuiabá que surgiu serpenteando o rio Cuiabá.

Por sua vez, Merleau-Ponty (2018) afirma que “[...] a fenomenologia [...] repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade” (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 1).

Dessa forma, Merleau-Ponty parte do princípio de que o corpo é a nossa primeira morada:

O corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles. Na evidência deste mundo completo em que ainda figuram objetos manejáveis, na força do movimento que vai em direção a ele, e em que ainda figuram o projeto de escrever ou de tocar piano, [...] encontra a certeza de sua integridade (MERLEAU-PONTY, 2018, p.122).

O corpo é, portanto, nossa principal forma de entrar em contato com os objetos e é o principal instrumento da convivência na inter-relação com o mundo real, e também é o meio de apreensão do espaço. É com ele que damos vida ao lugar de acordo com suas possibilidades de ação. No movimento de interação do corpo com o espaço se define a matriz de ações habituais e nos encaminha para a construção da cultura, do cotidiano, da modelação da paisagem. O lugar suscita as ações que lhes cria, presentificando o corpo e define as ações necessárias à sua criação, ao mesmo tempo em que define o gesto. Neste sentido pode-se pensar o gesto como o arquétipo da relação corpo-espaço. Cada lugar tem “impresso” em si os gestos da sua existência. Neste caso, o que acontece(u) com o córrego do caju? Pensemos.

Afirma Merleau-Ponty que:

A existência pessoal é intermitente, e, quando essa maré reflui, a decisão só pode dar à minha vida uma significação forçada. A fusão entre a alma e o corpo no ato, a sublimação da existência biológica em existência pessoal, do mundo natural em mundo cultural, é tornada ao mesmo tempo possível e precária pela estrutura temporal de nossa experiência (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 125).

Na visão de Merleau-Ponty, o corpo é que cria o mundo, o lugar. O corpo é em si mesmo um lugar ou o lugar primeiro da existência do eu, do ser, e sua interação com o espaço e com o mundo, não só o constrói como o significa. A partir da palavra, do “logos” do ser, ele cria, nomeia o mundo e as coisas. Surge o poder criador da palavra. Assim, permitir que o corpo ocupe, interaja com o

espaço é o que faz surgir o lugar. Daí a ideia de que o corpo tem memória, constrói uma lembrança do lugar, pois o lugar começa a fazer parte do corpo numa inter-relação de pertença.

Essa inter-relação forma uma engrenagem simbiótica e sinérgica com o mundo e com o espaço dando origem ao lugar. Muitas vezes essa origem é encontrada no movimento intencional e proposital do corpo, que muitas vezes difere da intencionalidade, da mente.

Dessa forma, Merleau-Ponty concebe a radicalidade da tomada de consciência de nossa relação dependente com o mundo e, a partir de nossos logoi, faz aparecer esse mundo e sua “presença inalienável”. Podemos verificar que:

A fenomenologia é o estudo das essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade”. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. [...] mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivido” (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 1).

Para Merleau-Ponty (2018) a orientabilidade e a expressividade do espaço nessa inter-relação com o corpo são características essenciais, pois o espaço no qual há o movimento do corpo nunca é inexpressivo.

Quando olhamos para o lugar córrego do Caju, no bairro Morada da Serra em Cuiabá, percebemos o movimento dos corpos que ali construíram esse lugar. Pois está expresso nos traços culturais; nesse lugar específico, a interação dos corpos que habitaram o lugar e construíram a história daquele lugar e naquele lugar, ficaram impregnados na fala, no habitar e nas adaptações das construções feitas pelos novos moradores.

Merleau-Ponty (2018) em sua tese denominada Fenomenologia da Percepção, nos fala que:

[...] a sensação, uma vez introduzida como elemento do conhecimento, não nos deixa a escolha da resposta. Um ser que poderia sentir – no sentido de coincidir absolutamente com uma impressão ou com uma qualidade – não poderia ter outro modo de conhecimento (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 35).

Por exemplo, quando ouvimos o som de água corrente, caminhando por algum campo, nos vem à mente a impressão de que há um córrego ou um rio fluindo suas águas, isso concorre para que possamos intuir o fenômeno do córrego com suas águas em movimento. Essa primeira sensação não nos exige conhecimento da física do movimento e nem da acústica, para que possamos formular, em nosso cérebro, uma primeira impressão da existência de um córrego e do movimento de suas águas. Nem precisamos saber sobre a frequência das ondas do som produzidos pela fluidez da água, muito menos da reflexão do som, porque não são essas informações que nos conduzirão a perceber o fenômeno, e sim, a nossa primeira impressão dele.

Ao verificar as reflexões de Merleau-Ponty, compreendemos que a expressividade do movimento do corpo - entende-se aqui por ser - e a orientação corporal pelo espaço resultam em habitação e formação cultural no lugar e do lugar, portanto intuímos que o primeiro habitar do sujeito é o seu corpo, e esse corpo na experiência cotidiana do vivido, como sujeito no espaço forma, constrói, define as características do lugar, com suas ações e deslocamentos; como consequência dessa relação surge a cultura, um procedimento de reconhecimento e de significação e factibilidade do logoi. Portanto, tanto o lugar, quanto o corpo existencial são fenômenos imbricado e ambíguos ao mesmo tempo.

Merleau-Ponty (2018) sinaliza que:

Cada presente pode pretender fixar nossa vida, é isso que o define como presente. Enquanto ele se faz passar pela totalidade do ser e preenche um instante da consciência, nós nunca nos libertamos dele inteiramente, o tempo nunca se fecha inteiramente com ele, que permanece como uma ferida por onde nossa força se escoia. [...] O que nos permite centrar nossa existência é também o que nos impede de centrá-la absolutamente, e o anonimato de nosso corpo é inseparavelmente liberdade e servidão. Assim, para resumir, a ambiguidade do ser no mundo se traduz pela ambiguidade do corpo, e esta se compreende por aquela do tempo (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 126).

Se, compreendemos que existe uma ambiguidade entre corpo (presença) e tempo, podemos perceber que o tempo não pode ser entendido como de forma tripartite: passado, presente e futuro.

Mas o que é o tempo para Merleau-Ponty? Seria igual ao que Martin Heidegger pensava sobre o tempo? Em Heidegger, o tempo é um espaço

compreendido entre o passado, presente e futuro. Meio no qual o **ser** está desenrolando, construindo sua existência. Já para Merleau-Ponty (2018) o tempo é:

[...] o tempo não é um processo real, uma sucessão efetiva que eu me limitaria a registrar. Ele nasce de minha relação com as coisas. Nas próprias coisas, o porvir e o passado estão em uma espécie de preexistência e de sobrevivência eternas; [...] aquilo que para mim é passado ou futuro está presente no mundo. Frequentemente se diz que, nas próprias coisas, o porvir ainda não é, o passado não é mais, e o tempo desmorona (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 552).

Para que possamos compreender essa reflexão de Merleau-Ponty sobre o tempo, é necessário que compreendamos que o mundo dado, é totalmente incapaz de trazer o tempo, não é porque de um modo ele seja muito estreito, não é que precisemos acrescentar a ele um lado de passado e um lado de futuro. Na reflexão de Merleau-Ponty o passado e o futuro existem em demasia no mundo, eles existem no presente, e aquilo que falta ao próprio ser para que ele seja temporal é o não-ser do alhures, do outrora e do amanhã. Portanto, para Merleau-Ponty afirma que o mundo objetivo é excessivamente pleno para que nele haja tempo.

Para Merleau-Ponty não temos como separar o tempo, entre passado, presente e futuro pois é uma sequência contínua de fatos e acontecimentos da ação antrópica do ser no mundo. Então,

O tempo supõe uma visão sobre o tempo. Portanto, ele não é como um riacho, ele não é uma substância fluente. [...] Não é o passado que empurra o presente nem o presente que empurra o futuro para o ser; o porvir não é preparado atrás do observador, ele se premedita em frente dele, como a tempestade no horizonte. Se o observador, situado em um barco, segue a corrente, pode-se dizer que com a corrente ele desce em direção ao seu porvir, mas o porvir são as paisagens novas que o esperam no estuário, e o curso do tempo não é mais o próprio riacho: ele é o desenrolar das paisagens para o observador em movimento. Portanto, o tempo não é um processo real, uma sucessão efetiva que eu me limitaria a registrar. Ele nasce de minha relação com as coisas. Nas próprias coisas, o porvir e o passado estão em uma espécie de preexistência e de sobrevivência eternas; a água que passará amanhã está neste momento em sua nascente, a água que acaba de passar está agora um pouco mais embaixo, no vale. Aquilo que para mim é passado ou futuro está presente no mundo. [...] Se separarmos o mundo (tempo) objetivo das perspectivas finitas que dão acesso a ele e o podemos em si, em todas as suas partes só podemos encontrar “agoras” (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 551 – 552).

Na visão de Merleau-Ponty esse “agora” é parte constitutiva do presente, ou seja, o presente é uma soma de “agoras”; entretanto se esse agora não estiver presente na consciência do ser, não terá nenhum caráter temporal e não poderá acontecer a sucessão de fatos e ou acontecimentos.

Quando fala sobre sua compreensão a respeito do “tempo” Merleau-Ponty (2018) usa um exemplo para nos dar clareza quanto a sua reflexão, e entendimento sobre o tempo:

Esta mesa traz traços de minha vida passada, inscrevi nela as minhas iniciais, nela fiz manchas de tinta. Mas por si mesmos estes traços não remetem ao passado: eles são presentes; e, se encontro ali signos de algum acontecimento ‘anterior’, é porque tenho, por outras vias, o sentido do passado, é porque trago em mim essa significação. Se meu cérebro conserva os traços do processo corporal que acompanhou uma de minhas percepções, e se o influxo nervoso passa novamente por esses caminhos já percorridos, minha percepção reaparecerá, terei uma nova percepção, enfraquecida e irreal, se se quiser, mas em caso algum essa percepção, que é presente, poderá indicar-me um acontecimento passado, a menos que sobre meu passado eu tenha uma outra visão que me permita reconhecê-la como recordação [...] (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 553 e p.554).

Esses agora compõe o presente. Pois só podemos viver e construir nossa existência no presente.

Quando nos propomos a refletir sobre como os moradores do entorno do córrego do Caju à luz dessa teoria de Merleau-Ponty, percebemos é que agora, ele se encontra em situação deprimente, quase nem podendo ser classificado ou nomeado como córrego, pois está totalmente desfigurado de sua condição primeira. E essa paisagem de agora, do córrego do Caju, é que precisa ser entendida e construído um novo conhecimento dele. É aqui e agora que nós somos desafiados a construirmos uma nova maneira de conviver com o córrego. Essa paisagem que hoje vemos, enquanto fenômeno que é, reúne uma certa subjetividade pura, porém efêmera como uma realidade que não representa necessariamente a constituição do córrego. A subjetividade, neste caso, é dada pelos novos moradores, nesse processo perceptivo em que há sempre algo novo que se revela.

Esse processo é característico de uma atitude fenomenológica pois permite que os indivíduos imbricados no processo, apreendam as coisas como realmente são, sem os inconvenientes da ciência, que por vezes elimina a verdade do fenômeno quando propõe generalizações.

Ao analisar dessa maneira a realidade do córrego do Caju, hoje, e a relação que os moradores do entorno têm com ele, percebemos um processo que não alcança uma constituição final dessa paisagem, pois neste momento

presente, neste “agora”, o córrego é capaz de se revelar, a cada novo olhar, como algo novo ou em potência para mudança.

Mas, isso é a nossa percepção de pesquisador, talvez não seja a mesma dos moradores do entorno do córrego do Caju. Por isso, a necessidade de ter uma interlocução com os moradores do entorno do córrego, mas principalmente uma interlocução com os moradores mais antigos do lugar ao se propor uma ação transformadora para aquele lugar. Pois, somente eles poderão, a partir da recordação e se esse influxo nervoso passar novamente por esses caminhos já percorridos, uma percepção da realidade do lugar aparecerá para eles e para mim, pesquisador, teremos uma percepção enfraquecida e irreal, mas que poderá auxiliar-nos em propor mudanças e ou a revitalização urbanística para o entorno do lugar córrego do Caju.

Mas o que é, de fato o lugar, ou esse lugar onde se situa o córrego do Caju? O lugar nada mais é do que o cenário onde o desenrolar da vida acontece, em que surge a existência, lugar em que o mundo do sujeito encarnado é construído. E o corpo vivido e experimentado neste cenário, define o lugar, ou reconhece-se no lugar num sentimento de pertencimento entendendo-se como sujeito e assimilando-o a partir da identificação e de uma familiaridade com o lugar vivido. E estar presente neste cenário é sinônimo de estar situado, pertencente ao lugar, e a orientação do corpo vivenciando sua experiência de existência está intrinsecamente comprometida com sua afinidade com o espaço.

O corpo se projeta e coexiste com o lugar, com o espaço, com o mundo, e, para Merleau-Ponty então reside o grande nó entre o corpo e o lugar, pois ambos estão densamente inter-relacionados de tal forma que não se pode separar nenhum deles: o corpo, e o sujeito encarnado. E como esse sujeito nunca é, nunca existe sem estar em um lugar, sem ocupar um espaço e o lugar nunca é, nunca existe sem o corpo, sem o sujeito encarnado mostrando uma simbiose.

Dessa maneira, depreendemos que a relação do lugar córrego do Caju e a qualidade desse lugar é demonstrada pelo corpo, pelo sujeito encarnado movimentando-se, e existindo nesse lugar. Se aceitarmos a ideia de que o corpo é a primeira habitação, lugar do sujeito, o lugar córrego do Caju é também uma

extensão do corpo desse sujeito encarnado existindo naquele lugar, e deveria despertar esse sujeito para o cuidado com o lugar córrego do Caju.

E, se o córrego do Caju é lugar, e está em movimento e, é movimento pelo movimento que eterniza sua história, sua existência neste lugar serviu de cenário para produção da existência de vários sujeitos, corpos que habitaram e também dos que hoje habitam suas margens, estes não podem abdicar da sua história e nem esquecê-lo, como se ele não existisse e não fizesse parte de seus próprios corpos de sua própria história. Logo, a deterioração em que o córrego se encontra hoje, como um lugar, concretiza-se pela deterioração da existência dos corpos como sujeitos que o margeiam, no desenrolar de suas existências “corpo/presença/ser x lugar/tempo/agora”.

Pois, de acordo com o pensamento de Merleau-Ponty (2018, p. 105),

Ver é entrar em um universo de seres que se mostram, e eles não se mostrariam se não pudessem estar escondidos uns atrás dos outros ou atrás de mim. Em outros termos: olhar um objeto é vir habitá-lo e dali apreender todas as coisas segundo a face que elas voltam para ele. Mas, na medida em que as vejo, elas permanecem moradas abertas ao meu olhar e, situado virtualmente nelas, percebo sob diferentes ângulos o objeto central de minha visão atual (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 105).

Se eu posso vir morar/habitar o objeto que vejo, posso compreendê-lo e apreender dele e, por consciência da sustentabilidade, e convivência com os moradores do entorno, propor ou construir coletivamente uma nova e renovada ação no sentido de buscar a constituição primeira do córrego, de forma que ele retorne a uma vida renovada, e com isso renove a própria experiência de vida dos moradores do entorno.

Assim, Merleau-Ponty toma emprestado de Heidegger o conceito de habitar, que nas palavras de Martin Heidegger, afirma que “habitar é bem mais do que demorar-se junto as coisas”, e que “não habitamos porque construímos. Ao contrário, construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam” (HEIDEGGER, 1954, p.3).

Quando optamos em nos debruçar sobre o método fenomenológico e utilizá-lo como método para nossa pesquisa, entendíamos que em qualquer fenomenologia não há a *priori*, o dito como algo importante, mas devemos

sempre analisar também o não dito, sobre os entes participantes do processo de construção da existência. Desde os primeiros entes concretos vistos pelo sujeito em interação e, portanto, existentes para ele, até a formação da sua imaginação, esses, com certeza, exercem um papel fundamental na construção da sua percepção do mundo dado.

Existe uma ativa entrega dos entes e uma constante construção do conhecimento, formação de lembranças, memorização do momento “agora” e que nessa relação darão origem à surpresa, a valorização das sucessivas interações na formação e humanização do lugar. Assim quando olhamos a paisagem do lugar, e que enquanto Figura paisagística repercute no sujeito e na sua vivência.

Porém, temos que ter consciência de que a paisagem, nunca é a mesma para todos os sujeitos; porque ela depende do ponto de vista do observador e demanda uma atitude dialética na sua observação, depende, também, da intensidade da subjetividade e envolvimento do sujeito com o lugar, da intensidade da percepção, da ação e do logos – daquilo que o lugar suscita como gestos fundadores. A paisagem sempre será lugar de surpresa ou de monotonia, e a possibilidade de outro observador reconhecer traços, amostras desconhecidas, anteriormente, da mesma paisagem isso repercutirá de forma diferente em sujeitos diferentes.

Milton Santos (1988), a partir da ideia de “forma e conteúdo”, nos propõe que tenhamos uma atitude questionadora diante do tempo e das coisas, na busca por compreendermos sua totalidade e na análise do espaço, numa atitude dialética, estamos na verdade exercitando uma atitude fenomenológica. Veja:

O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (MILTON SANTOS, 1988, p 10).

A paisagem, como ela se apresenta no mundo dado requer uma leitura multidisciplinar, sem lugares e olhares definidos, sem busca de causa e efeitos, pois, pode ser uma abstração; contudo, através da interação com o objeto, ou como nos fala Heidegger (2018) com o ente, este pode e deve ser analisado buscando as informações que ela nos oferece enquanto ente presente na

existência do ser no mundo. Neste momento de interação, entre o ser e a paisagem a fenomenologia deixa o tempo em suspenso e a paisagem se apresenta em um espaço entre o logos, o gesto e a facticidade; também suspensa na sua primeira percepção.

Esta paisagem, córrego do Caju é, portanto, interpretada como um texto; escrito e reescrito por vários sujeitos em momentos históricos distintos. E para se ter um entendimento de como e o porquê o córrego, hoje, se encontra depredado, e para podermos fazer uma descrição minuciosa dele é necessário se ter uma atitude desvelamento de sua essência, no sentido de habitá-lo, destruindo os estereótipos e estabelecendo com ele uma nova relação de empatia que poderá ser uma nova forma de apreensão do lugar, podendo ser o princípio de nova construção da paisagem tendo os sujeitos como componentes da paisagem/lugar córrego do Caju.

Isso suscita uma constante reconstrução dessa relação entre sujeito e mundo, para que se produza no sujeito uma nova experiência das variações das suas pré-disposições para assimilar o que a paisagem/lugar entrega. Não enquanto um simples objeto ou característica externa, mas exatamente e explicitamente em uma inter-relação ininterrupta que tem por dependência o diálogo com o ser e o ente, em que tudo se estrutura dentro de um pano de fundo que é o mundo, e assim, por intermeio do “logos” esse ser, imbricado na paisagem/lugar, criará um novo mundo, um novo lugar, uma nova ou renovada paisagem.

Como nos afirma Merleau-Ponty (2018, p. 315) em sua fenomenologia da percepção:

O homem é um *sensorium* comum perpétuo, que é tocado ora de um lado e ora de outro. Com a noção de esquema corporal, não é apenas a unidade do corpo que é descrita de uma maneira nova, é também, através dela, a unidade dos sentidos e a unidade do objeto. Meu corpo é o lugar, ou antes a própria atualidade do fenômeno de expressão [...], nele a experiência visual e a experiência auditiva, por exemplo, são pregnantes uma da outra, e seu valor expressivo funda a unidade antepredicativa do mundo percebido e, através dela, a expressão verbal [...] e a significação intelectual. Meu corpo é a textura comum de todos os objetos e é, pelo menos em relação ao mundo percebido, o instrumento geral de minha “compreensão” (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 315).

Compreendemos a concepção formulada por Merleau-Ponty (2018, p. 315) que “o homem é um *sensorium* comum perpétuo” e é ele quem dá sentido

não somente aos entes naturais, que coabitam o mesmo espaço e tempo “agora” com ele, mas ainda a construção de um conhecimento e formulação de uma cultura a partir da palavra “logos” humano.

Partindo desse entendimento, podemos buscar uma compreensão do porquê de as pessoas ainda habitarem aquele lugar (entorno do córrego do Caju) mesmo ele estando poluído; e a partir de um projeto urbanístico, novo e ou renovado, desafiar os moradores a construir uma outra relação com o córrego, construindo um novo significado para a próprias vida deles na construção da existência naquele lugar.

Partindo da análise fenomenológica da facticidade investigaremos a formação do território Cuiabá e do lugar córrego do Caju. Nosso intuito é avaliar esses fenômenos que revelam e ocultam a essência do córrego a partir da análise de sua importante presença dele inserido no contexto urbano.

Nossa investigação dessa relação da população com o lugar, córrego do Caju, favorecerá uma análise crítica sobre seu papel como cenário no desenrolar da vida do cotidiano das pessoas em seu entorno. Sabemos que os lugares influenciam categoricamente no comportamento dos sujeitos, potencializando certas posturas em detrimento de outras, isso de acordo com o estereótipo ou condição social dos sujeitos imbricados no processo.

Nossa investigação se propõem construir um conhecimento do espaço urbano realizado pelo sujeito e seu papel na forma como este habita o lugar. Para isso o método que iremos utilizar é a fenomenologia como uma aplicação do olhar de um urbanista. Seguindo, portanto, a partir da orientação fenomenológica, buscaremos refletir sobre a importância das informações e relatos históricos consideradas necessárias ao processo de ocupação do território de Cuiabá e do lugar córrego do Caju no planejamento e crescimento da cidade.

Utilizaremos conceitos da fenomenologia de Edmund Husserl, Martin Heidegger e Merleau-Ponty consideradas pertinentes ao campo de estudo, porém sempre pautados por uma reflexão da compreensão da essência do ser, do desenrolar de suas histórias no tempo e sua presença no habitar do sujeito tendo por cenário o território de Cuiabá e o lugar córrego do Caju.

A partir das reflexões de Edmund Husserl sobre a fenomenologia, em nossa pesquisa utilizaremos a parte inicial de suas reflexões quando nos fala que existe um processo epistemológico científico que não abstrai a subjetividade da existência do ser, mas que o coloca como aquele único sujeito que pode retornar à reflexão em busca da construção de um conhecimento retornando as “próprias coisas do mundo natural”. Esta atitude fenomenológica baseia-se na observação e descrição detalhada dos fatos e acontecimentos que revelam, porém sem que se descarte outros meios possíveis de captar outras impressões, das disciplinas parcelares, como a História e a Geografia, que nos trazem seus conhecimentos.

Nossa abordagem fulcrada no método fenomenológico mostra-se fundamental para que o pesquisador investigue a relação entre o sujeito e o lugar ou território. Uma vez que, o sujeito que habita o lugar ou território questiona essa relação entre o ser e o mundo dado, vivido e experimentado, na construção de sua historicidade, não como uma dicotomia entre consciência e objeto, mas como uma atitude dialética e de troca incessante na construção de um conhecimento a partir da percepção do sujeito em sua facticidade. Portanto, trata-se de uma abordagem abrangente, que não ignora os aspectos subjetivos das experiências do sujeito que vive na cidade e no lugar, no cotidiano do ser, no desvelar do tempo, e nem dos diferentes aspectos objetivos dessa relação. Abarca toda e qualquer informação, ou narrativa capaz de auxiliar esse entendimento.

Visto que nossa percepção durante o processo de investigação é diferente entre o habitante do lugar e nossa como pesquisador, as sensações de compreensão da facticidade são diferentes quando se está à procura de algo e quando se tem um olhar desinteressado ou despreocupado. Assim, recai o desafio de superar as diferenças, nos sujeitos imbricados - morador do lugar e pesquisador – que estão em busca de um significado e de perceber certos detalhes e de possíveis ilegibilidades provocadas pelo hábito ou modo como se habita o lugar. Ademais temos ciência da necessidade de um certo afastamento do investigador em relação ao objeto pesquisado.

É característico da abordagem fenomenológica a atitude do sujeito do conhecimento de acordo com o método que nos possibilita a utilização de

conceitos de forma fiel à fenomenologia; por exemplo: o mundo vivido e experimentado na intencionalidade; e a eliminação da dualidade “ser e objeto”; a construção ou manutenção da atitude reflexiva, intuitiva, descritiva, hermenêutica, dialética; o reconhecimento de que o fenômeno não se esgota naquilo que ele mostra, revela, ou seja, a cada nova observação surgirão novos dados que transmitirão novas informações e possibilitarão a construção de novos conhecimentos. Por isso a necessidade de utilizar o método fenomenológico com o olhar, ou contribuição, de várias disciplinas parcelares; no nosso caso, com o olhar da história e da geografia e da arquitetura e urbanismo. Pois uma investigação contemplando todos esses olhares consegue perceber o visto e o não revelado, o desvelamento do fenômeno urbano no território de Cuiabá e no lugar córrego do Caju.

Sabemos que todos os sujeitos, envolvidos na trama social, na produção do tecido urbano na formação da cidade e na construção do lugar estão em constante transformação, bem como sua relação com o mundo vivido e sua percepção do lugar no processo de construção de sua existência.

Como investigador, nossa atitude na aplicação do método fenomenológico consiste na análise de fatos, imagens, mapas, narrativas, histórias, leis, notícias jornalísticas, como uma forma de “habitar” o lugar, com o intuito de entender a construção do espaço historicizado e lugar vivido; e perceber como os habitantes do lugar se veem e como suas vivências influenciam seu modo de habitar este espaço urbano próximo as margens do córrego do Caju, e como eles constroem o seu sentimento de pertencimento neste cenário ou paisagem, cidade de Cuiabá e córrego do Caju.

Os moradores são sujeitos do conhecimento e o próprio pesquisador também, mas ambos tem diferentes atitudes e sensações em relação ao fenômeno Cuiabá e córrego do Caju, suas impressões vivenciais do lugar se encontram e se afastam na análise fenomenológica e os coloca em atitudes diferentes e ou atitudes antagônicas, porém ambas visões e experiências trazem a luz, revela um conhecimento renovado e com possibilidades de provocar transformações no modo como percebem ou habitam o lugar.

A aplicação do método se dará com a observação e descrição, a partir do olhar de fatos e acontecimentos históricos, relatados por diferentes historiadores,

e por moradores do local, bem como de notícias veiculadas nos jornais locais referentes ao fenômeno Cuiabá e córrego do Caju, como espaço urbano habitado e como esses moradores / sujeitos se relacionam com ele. Também analisaremos acervo de fotografias livres, que nos apontam indícios da essência do lugar e a análise de reportagens veiculadas em jornais da época de formação do lugar CPA (Morada da Serra), onde se situa o córrego do Caju, bem como ouviremos moradores para sabermos de suas percepções e compreensões sobre a transformação do lugar.

Na visão da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (nos traz a reflexão de que o corpo do sujeito pode ser entendido metafóricamente como um veículo que possibilita sua experiência máxima do viver neste tempo e lugar. Para ele o tempo não é dividido em três partes, como passado, presente e futuro. Para Merleau-Ponty o tempo é constante e o que experimentamos é o agora. É nesse agora que analisamos o território Cuiabá e o lugar córrego do Caju. É neste agora e com os relacionamentos dos mais diferentes corpos / sujeitos neste lugar que se desvela o fenômeno pesquisado. É nessa facticidade que os sujeitos imbricados constroem suas vivências e desenvolvem sua cultura e historicizam o território usado.

Portanto, é com esses diferentes olhares da fenomenologia: Edmund Husserl de “retornarmos a percepção do mundo natural, início das coisas”, e com a contribuições de Martin Heidegger (2021) que nos fala que “essa dimensão do “ir sendo”, “do habitar”, “do aí”, configura a experiência de ser em relação direta e concreta com as coisas em um corpo, em uma determinada espacialidade e numa dada temporalidade”, e com a contribuição de Merleau-Ponty (2020) “o corpo como veículo” que nos coloca dentro do agora na construção de nossa história, vida e existência. E com a contribuição da história e da geografia que nos introduz no conhecimento do Homem como sujeito de sua própria historicidade, e formação de seu território e lugar.

CAPÍTULO 2

Sabe Moço

Sabe, moço que no meio do alvoroço tive um lenço no pescoço que foi bandeira pra mim. Que andei em mil peleias, em lutas brutas e feias, desde o começo até o fim.

Sabe, moço depois das revoluções vi esbanjarem brasões pra caudilhos coronéis, vi cintilarem anéis, assinaturas em papéis, honrarias para heróis. É duro, moço olhar agora pra história e ver páginas de glórias e retratos de imortais. Sabe, moço fui guerreiro como tantos, que andaram nos quatro cantos, sempre seguindo um clarim. E o que restou? Ah, sim! No peito em vez de medalhas, cicatrizes de batalhas, foi o que sobrou pra mim.

(Música Nativista Gaúcha, cantada por Leopoldo Rassier – letra composição: Francisco Alves.)

2.1 Território uma história da formação de Cuiabá uma ocupação urbana a caminho em 303 anos.

Para melhor compreendermos sobre como se deu a criação territorial e urbana de Cuiabá, faz-se necessário percorrer um caminho pela história da formação desse território e quais as relações imbricadas neste processo. O caminho para isso serão leituras em livros de história, de geografia e de documentos antigos, para poder estruturar uma figura urbana e vivencial do território de Cuiabá e posteriormente chegar até o lugar, dentro deste território, identificado como córrego do Caju.

É sabido que quem conta a história de um território ou povo, sempre o faz a partir de seu ponto de vista – geralmente, dos dominadores - e de interesses, nem sempre revelados. A história da formação do território denominado de Cuiabá tem várias versões, contadas por diferentes historiadores e outras pessoas que narram suas origens, e essas versões ora se aproximam, ora se afastam, em seus detalhes e fatos.

Também é sabido, que os livros de história que versam sobre a fundação da cidade de Cuiabá, sempre relatam a partir de uma visão ufanista de “grandes personagens”, que com bravura e determinação, conquistaram este território e com coragem iniciaram uma vivência neste local.

É curioso e triste perceber que poucos historiadores, quando relatam a conquista e formação deste território o fazem sempre do olhar do homem branco, europeu e dominador. Muitos se esquecem, ou tentam esconder, como se isso fosse possível, que neste território já vivia um povo cuja vivência suplantava a dos “conquistadores”, construindo a cada dia sua maneira de se relacionar com o espaço e meio ambiente, possuidor de uma cultura que expressava seu modo próprio de habitar o lugar.

Maria Adélia de Souza (2005) em sua apresentação no debate sobre a temática Território, mencionando Milton Santos sobre seu entendimento de território usado diz:

Para Milton Santos o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é o proposto por ele como sendo o *espaço do acontecer solidário*. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico (SOUZA, 2005, p 253).

Portanto, partindo desse viés que nos apresenta Milton Santos e confirmado por Maria Adélia já havia um território usado (SANTOS, 2006), pelo povo nativo Macro-Jê, “índios” (Bororos, Guató, Javaé, Karajá, Paraná, Rikbaktsa, Suya Tapayuna, Txukahamãe, Umutina e Xavantes) (SIQUEIRA, 2017), e que esse uso não era um uso no sentido de posse, mas sim um uso de pertencimento de sociabilidade. Pois o povo que habitava este território não verbalizava “essa terra é minha”, mas verbalizava “eu pertenço a esta terra”.

Toda esta comunidade Macro-Jê estabelecia uma rede de contatos guarnecidos pelos traços culturais, articulando novas e velhas relações de amizades, parentesco e viabilizando enlaces matrimoniais. Além disso possibilitando aos pertencentes dessa grande etnia a conquistar novos postos de trabalho e intercâmbio de novas técnicas de cultivo (MOREIRA DA COSTA, 2006). Uma cultura construída há milênios e que propiciava a articulação e manutenção da identidade das diversas representações étnicas fortalecendo assim uma configuração do território usado e da construção de um território cultural, forte e com profundo significado de habitar o lugar e deixar-se moldar por ele. Portanto, há toda uma complementariedade na vivência da comunidade Macro-Jê que mescla vida, realidade e mundo espiritual (MOREIRA DA COSTA,

2006; SIQUEIRA, 2017). Vivem todas as relações concomitantemente. Nessa concepção, o ser nasce parte da natureza e a natureza se vê expressa no Ser, e seu mundo fantástico coordena a sua realidade.

Toda essa experiência se traduzirá em uma ocupação do espaço de forma representativa em todos os traços culturais expressos na arquitetura de suas casas “malocas”, em suas aldeias, a exemplo do povo Bororo, que significa “pátio da aldeia”, um povo que habitava nas proximidades de córregos e que construíam sua aldeia e sua casa “bái” em forma circular; no modo como essas etnias representam seus sentimentos, sua fé sua experiência profunda com a natureza (PORTOCARRERO, 2010).

Não vamos nos aventurar aqui a contar mais uma versão da história da conquista e a formação do território de Cuiabá, mesmo porque é este o escopo desta pesquisa, mas deixamos claro que nosso interesse é conhecer, a partir de um elencado de versões, que se aproximam e se afastam, construindo um conhecimento sobre a história da formação do território de Cuiabá.

Essa busca da construção do conhecimento sobre a história do território de Cuiabá e do lugar córrego do Caju, será orientada pelo método fenomenológico, nesta primeira etapa, utilizando as orientações e aplicando, como exercício, o que nos sugere Edmund Husserl (2006, p. 33) que é “[...] buscarmos o conhecimento natural, o horizonte total de investigações possíveis [...]” para compreendermos a formação do território da cidade de Cuiabá.

A história da conquista e fundação desse território de Cuiabá, se confunde, no início, com a própria história da conquista e formação do território de Mato Grosso, pois a história da conquista, posse e formação do território de Cuiabá antecede a própria história da demarcação territorial do Estado de Mato Grosso que data de 271 anos atrás e de Cuiabá, reconhecida como cidade a 303 anos atrás, portanto, 32 anos de diferença de tempo de reconhecimento enquanto territórios (SIQUEIRA, 2017; CANAVARROS, 2020).

2.2 A formação do Território – Cidade de Cuiabá

Expõe-se, brevemente, as origens da cidade de Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso se situa no Centro Geodésico da América do Sul; esta localização, tão geograficamente centralizada, e certamente decisiva para sua

fundação, há 303 anos. Esta localização estratégica, não só influenciou categoricamente as incursões dos bandeirantes por estas terras, como também influenciou na formação do território do estado de Mato Grosso.

Os bandeirantes paulistas, nos idos de 1718, na monção comandada por Pascoal Moreira Cabral, na busca por ouro e por pedras preciosas e principalmente por uma “mercadoria”, que segundo os bandeirantes, abundava nos sertões brasileiros, os índios (SIQUEIRA, 2017), seguiu rio acima (ver Figura 1 e 2). No mesmo trajeto empreitado pela expedição de Antônio Pires de Campos, adentrando no sertão da Capitania de São Paulo, iniciava pelo rio (Anhembi) ou rio Tietê, seguindo pelo rio Taquari até a altura de Corumbá, seguindo até o rio Cuiabá, chegando assim até as margens do rio Coxipó Mirim onde:

Localizou os índios nativos das margens do rio Coxipó-Mirim, chamados, pelos bandeirantes, de Coxiponés. A bandeira de Pascoal Moreira Cabral seguiu ao encaço desses índios, dando-lhes violenta guerra, na qual foram perdidos (mortos) muitos homens, de lado a lado. Depois de serem socorridos por outra bandeira capitaneada pelos irmãos Antunes Maciel, resolveram seguir para o Arraial de São Gonçalo Velho, ou Aldeia Velha, onde haviam deixado alguns homens acampados. Logo após uma das refeições, alguns integrantes dessa bandeira, lavando os pratos nesse rio, encontraram, casualmente, pepitas de ouro. Estava descoberta as minas em território mato-grossense (1719) (SIQUEIRA, 2017, p 30).

Figura 1 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DE CUYABA



Fonte - SIQUEIRA, 2017 p 33 (adaptada).

Figura 2 - CICLO DE CAÇA de Índios e MINERAÇÃO



Fonte - Atlas Geográfico de Mato Grosso

Com a descoberta de pepitas de ouro e em abundância no Arraial de São Gonçalo Velho, os bandeirantes deixam de ser preador de índios para tornarem-se mineradores de ouro (SIQUEIRA, 2017).

Quando as minas de ouro próximas ao rio coxipó começam a dar menos recursos, os bandeirantes saem em busca de novas minas em direção ao córrego da prainha, e em outubro de 1722, o bandeirante Miguel Sutil descobre nova mina de ouro nas suas margens, denominando-as de Lavras de Sutil. Era ouro como nunca se havia achado antes (SILVA, 2000).

Esta mudança radical de objetivo, houve a necessidade substancial de reestruturar e gerenciar essa nova etapa, sendo necessário reforço de homens, de armas, de ferramentas próprias para a mineração e mantimentos. Dessa forma, inicia-se em São Gonçalo Velho um novo processo para consolidação como aglomerado humano (SILVA, 2000; SIQUEIRA, 2017).

Silva relata que nesta etapa dos eventos:

Foi despachado Antônio Antunes Maciel para São Paulo, com a finalidade de comunicar o novo achado às autoridades da Capitania. Nesse mesmo arranchamento de São Gonçalo Velho, os bandeirantes ali reunidos resolveram institucionalizar o Arraial que haviam estabelecido. Assim, acharam por bem lavar uma ata e fundar um povoamento. Tal fato ocorreu em 8 de abril de 1719, ocasião em que

Pascoal Moreira Cabral, foi eleito pelos bandeirantes presentes como Guarda-Mór das lavras então descobertas. Com a notícia das novas minas do Cuiabá, em poucos meses chegou ao Arraial uma grande quantidade de pessoas buscando a riqueza fácil. Os ranchos improvisados feitos de pau-a-pique abrigavam toda a espécie de gente, de todas as profissões, das mais diversas camadas e oriundas de vários e diferentes locais do Brasil. O pequeno ponto situado nas barrancas do Rio Cuiabá, bem em frente ao Arraial, era cada vez mais movimentado. Canoas carregadas com sacos, caixotes, armas, pólvora, ferramentas e mercadorias de toda a espécie. Homens, Mulheres, crianças, escravos e índios, no maior fluxo migratório jamais ocorrido no Brasil colonial. Num trabalho estafante, as incipientes autoridades procuravam acomodar os chegantes com a carga que traziam nos ranchos precários. Todo esse movimento tinha um único objetivo: o ouro cuiabano (SILVA, 2000, p 18).

É claro, que com toda esta movimentação de chegada de novos grupos para a exploração do ouro, nas novas minas recém encontradas, os índios que viviam na região, totalmente insatisfeitos com esse aglomerado de gente estranha em suas terras investiram fortemente contra o grupo formado por Pascoal Moreira Cabral. Houve um levante dos índios da etnia Macro-Jê de tal forma, que o grupo de Pascoal necessitou do auxílio dos bandeirantes para controlar a situação. Muitos indígenas mortos, e os sobreviventes escravizados obrigados a garimpar nas minas de ouro recém-descobertas. Com essa experiência “desagradável” para a equipe dos bandeirantes de Pascoal Moreira Cabral, levou-o a ter que reestruturar o modo como as minas seriam administradas; com a decisão tomada, iniciou negociações para fundar, naquele lugar, o Arraial do Cuiabá (SIQUEIRA, 1990).

Passados um ano após a descoberta de minas de ouro, chegaram mais bandeirantes trazendo em suas monções, entre várias mercadorias, destaca-se banha, charque, ferramentas para a mineração, e negros (SILVA, 2000). Assim começa o Arraial de São Gonçalo Velho, a tomar novas formas em sua pequena estrutura “urbana” e o seu crescimento leva a fundação, pelo bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral, do Arraial de Cuiabá, em 08 de abril de 1719.

Como marco regulatório da posse do território de Cuiabá, foi firmada uma ata de fundação de Arraial do Cuiabá, que transcrevemos abaixo como nos relata (SIQUEIRA, 2017):

Ata de Fundação do Arraial do Cuiabá
Aos 8 dias do mês de abril da era de 1719 anos neste Arraial do Cuiabá fez junta o Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros, e ele requereu a eles este termo de certidão para notícia do descobrimento novo, que achamos no ribeirão do Coxipó invocação

de Nossa Senhora da Penha de França, depois que foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras, que levou do ouro ao Senhor General com a petição do dito Capitão-mor; fez a primeira entrada, aonde assistiu um dia, e achou pinta de vintém, e de dois, e de quatro vinténs, a meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias ele, e todos os seus companheiros às suas custas com grandes perdas, e riscos em serviço de Sua Real Majestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros, e para que a todo o tempo vá isto a notícia de Sua Real Majestade, e seus governos, para não perderem seus direitos, e por assim ser verdade nós assinamos todos neste termo, o qual eu passei bem, e fielmente de meu ofício, como Escrivão deste Arraial. Pascoal Moreira Cabral, Simão Rodrigues Moreira, Manoel dos Santos Coimbra, Manoel Garcia Velho, Baltazar Ribeiro Navarro, Manoel Pedroso Lousano, João de Anhaia de Lemos, Francisco de Sequeira, Afonso Fernandez, Diogo Domingues, Manoel Ferreira, Antônio Ribeiro, Alberto Velho Moreira, João Moreira, Manoel Ferreira de Mendonça, Antônio Garcia Velho, Pedro de Godoi, José Fernandes, Antônio Moreira, Ignácio Pedroso, Manoel Rodrigues Moreira, José Paes da Silva. (Fonte: "Relação das povoações do Cuiabá, e Mato Grosso desde os seus princípios até ao presente tempo", fólho 119. Transcrição de trecho do manuscrito original, de José Barbosa de Sá, com data de produção de 1719 a 1775, depositado no Arquivo Nacional Torre do Tombo em Portugal. (SIQUEIRA, 2017, p 32).

A Figura 3, a seguir apresentada, retrata uma pintura, obra do Arquiteto Moacyr Freitas, cuiabano, uma imagem interpretativa sobre a leitura da Ata de fundação do Arraial de Cuiabá.

Figura 3 – Figura representativa de leitura da Ata de Fundação do Arraial de Cuiabá



Fonte – Quadros históricos de Mato Grosso – Período Colonial – Pintura: Arquiteto Moacyr Freitas

O crescimento do Arraial do Cuiabá teve seu inchaço a cada novo ano devido a chegada de grande contingente de pessoas para se fixarem neste lugar,

a procura de ouro e posse de terra; o espaço “urbano” se modificava em sua paisagem, não só das minas de ouro, mas também pelas choupanas de pau-a-pique que se espalhavam pela margem direita do córrego, formando assim várias ruelas tortuosas e sem nenhuma preocupação com a urbanização (ver o mapa da região, na Figura 4 abaixo) (SIQUEIRA, 2017; OLIVEIRA, 2018).

Temos, portanto, uma amostra de como o espaço urbano era orgânico, seguindo as curvaturas do córrego da prainha, com ruas estreitas, que possibilitavam passar burros carregados de lenha, e pepitas de ouro retiradas das minas que ficavam às margens do córrego da prainha (OLIVEIRA, 2018).

Figura 4 - Mapa de Cuiabá entre 1770 a 1775



Fonte - Cópia do original do Arquivo Histórico do Itamaraty - Rio de Janeiro

Diante desse fato da criação do Arraial do Cuiabá, é necessário comentar que ele constituiu a base para a conquista territorial da região oeste, considerada sertão da Capitania de Mato Grosso, que era de domínio da Capitania de São Paulo. Isto nos faz perceber que há uma relação muito bem definida entre os objetivos geopolíticos do governo no reinado de Dom João V em relação à

conquista e expansão do domínio português em terras brasileiras (CANAVARROS, 2019).

Percebe-se que, esse evento da fundação do Arraial do Cuiabá, considerado como gatilho para dar início à instalação do poder metropolitano do recém fundado Arraial.

Relata-nos Canavarros (2019) que no ano de 1748, o então Arraial do Cuiabá elevou-se à categoria de vila, e isto faz toda uma alteração na geopolítica da região da Capitania de Mato Grosso,

A elevação do povoado de Cuiabá à categoria de Vila Real, a criação de várias provedorias e a transformação da área em Capitania Geral no ano de 1748 são marcos políticos cujo alcance surpreendeu as autoridades espanholas do Alto Peru e Paraguai, imobilizadas por sérios conflitos entre os colonos no período da expansão cuiabana (CANAVARROS, 2019, p 27).

Reproduzimos abaixo, a ata da elevação do Arraial do Cuiabá à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá:

Ata da fundação da Vila de Cuiabá

Ao 1º dia do mez de janeiro de 1727, nesta Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sendo mandado por S. M., que Deus guarde, a creal-a de novo o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general desta capitania, e que o acompanhasse para o necessário, o Dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto, ouvidor geral da comarca de Paranaguá, sendo ele eleitas as justiças, juizes ordinários, Rodrigo Bicudo Chacim, o thesoureiro coronel João de Queiroz Magalhães, e vereadores Marcos Soares de Faria, Francisco Xavier de Mattos, João de Oliveira Garcia e procurador do conselho Paulo Anhayá Lima, servindo de secretario da comarca (sic) Luiz Teixeira de Almeida, almotacé o brigadeiro Antonio de Almeida Lara, e o capitão-mor Antonio José de Mello, levando o estandarte da villa Mathias Gomes de Faria, foi mandado pelo dito Sr. Governador capitão-general que com o dito Dr. Ouvidor, todos juntos com a nobreza e povo, fossem à praça levantar o pelourinho d'esta vila, a que em nome d'El Rei deu o nome de Villa Real do Bom Jesus, e declarou que sejam as armas de usasse um escudo dentro com o campo verde e um morro ou monte no meio todo salpicado com folhetas e granitos de ouro, e por timbre, em cima do escudo uma phenix; e nomeou para levantar o pelourinho ao capitão-mor regente Fernando Dias Falcão, e todos sobreditos com o dito Dr. Ouvidor, nobreza e povo foram à praça desta villa, aonde o dito Fernando Dias Falcão levantou o pelourinho, do que para constar a todo o tempo fiz este termo, que assignou o dito Sr. General com todos os sobreditos. E eu Gervasio Leite Rabello, secretário deste governo, que escrevi, dia e era ut supra. Rodrigo César de Menezes- Antonio Alves Lanhas Peixoto – Rodrigo Bicudo Chacim – Marcos Soares de Faria – Francisco Xavier de Mattos – João de Queiroz Magalhães – João de Oliveira Garcia – Luiz Ferreira de Almeida – Antonio José de Mello – Paulo de Anhayá Lemes – Antonio de Almeida Lara – Mathias Soares de Faria – Fernando Dias Falcão – João Pereira da Cruz – Manoel Dias de Barros – Luiz de Vasconcellos Pessoa – Manoel Vicente Neves – Salvador Martins Bonella (CANAVARROS, 2019, p 182 – 183).

Figura 5 - Representativa da Elevação do Arraial de Cuiabá à Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá



Fonte - Quadros históricos de Mato Grosso - Período Colonial - Pintura: Arquiteto Moacyr Freitas

Na Figura 6, há uma iconografia, representativa da fundação da Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, conforme está expresso na ata, anteriormente descrita: “[...] e declarou que sejam as armas de usasse um escudo dentro com o campo verde e um morro ou monte no meio todo salpicado com folhetas e granitos de ouro, e por timbre, em cima do escudo uma phenix; [...]”

Figura 6 - Escudo definido pela Regência de Portugal e Gov. da Capitania de São Paulo



Fonte - Prefeitura de Cuiabá - Símbolos oficiais de Cuiabá

A iconografia acima, representativa da Villa Real de Bom Senhor Jesus de Cuiabá, perdura até aos dias de hoje. Demonstrando pleno e total aceite da dominação, inculturação e domínio pelo governo português e paulista e governos que se sucederiam a partir deste evento, e o modo de se reconhecer como um povo. Um território que tem um dominador, possuidor e controlador inclusive de sua Figura. E esta Figura se repete, em sua essência, no brasão representativo do Estado de Mato Grosso até aos dias atuais:

O **brasão** do estado de Mato Grosso foi instituído, inicialmente, em 14 de agosto de 1978, por iniciativa do governador Dom Aquino Correia. No Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso destaca-se uma frase em latim: "*Virtute Plusquam Auro*", uma mensagem de honra e dignidade. A sua tradução corresponde a "*Pela virtude mais do que pelo ouro*". (<http://www.mt.gov.br/simbolos-oficiais>)

Veja a (Figura 7) a seguir:

Figura 7 - Brasão representativo do Estado de Mato Grosso



Fonte <http://www.mt.gov.br/simbolos-oficiais>

Entre a fundação do Arraial do Cuiabá e a elevação à categoria de Vila Real passaram-se 29 anos. Este destaque é para que, posteriormente, compreenda-se como a evolução do perímetro urbano da atual cidade de Cuiabá tem saltos temporais de aproximadamente 10 anos, entre eles, e esse ícone irá acompanhar essa evolução sem sofrer grandes transformações.

Relata-se alguns fatos da história de Cuiabá, apenas para que chegássemos a este ponto, que a Cuiabá atual contemporânea porta-se, como todas as cidades brasileiras, mergulhada em sucessos e problemas, principalmente problemas relacionados a habitação, trabalho, segurança e mobilidade.

A história de Cuiabá, comentada, resumidamente, serviu para introduzirmos os passos seguintes da pesquisa. A formação da cidade de Cuiabá se deu no início do século XVII, quando os bandeirantes chegaram nesta região a caça dos índios, mas encontraram também minas de ouro, que começaram a explorar. Dessa exploração e com a aglomeração de novas gentes chegando para a mineração do ouro, houve a necessidade de se transformar o então acampamento dos bandeirantes, em um Arraial, e posteriormente com o crescimento da exploração e as novas exigências dos regentes, tanto de Portugal como da própria Capitania de São Paulo, o Arraial do Cuiabá foi elevado a vila, recebendo o nome de Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

A vila prosperou e novamente elevou-se outra vez a uma nova categoria, no século XIX foi elevada à categoria de Capital do Estado de Mato Grosso. No contexto geopolítico da época, na primeira metade do século XIX (1801/1850), na América Latina, já havia ocorrido a independência de várias colônias como: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai entre outros (SIQUEIRA, 2017).

Em termos de Brasil e mais especificamente em relação a situação da capitania de Mato Grosso, as mudanças do eixo econômico estavam pressionando as relações políticas e econômicas; a atividade de exploração de ouro e de minerais entrava em decadência e o agrupamento populacional era bastante rarefeito e distribuído de forma desigual entre as “cidades” povoadas na época, isso em 1820 (CANAVARROS, 2019; SIQUEIRA, 2017).

Devido às elites políticas e hegemônicas se concentrarem na região central de Mato Grosso, gozando de maior prestígio. Por possuir uma expressiva ala de comércio, situada em ponto estratégico da região central/sul da Capitania de Mato Grosso e seu porto considerado estratégico para o futuro comércio internacional, Cuiabá em março de 1821 foi elevada a Capital da Capitania em detrimento da, agora antiga capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (SIQUEIRA, 1990).

No quadro 1, a seguir mostraremos como era a realidade da ocupação do espaço territorial no início do século XIX e o contingente populacional na época da elevação de Cuiabá à capital da Capitania de Mato Grosso.

Quadro 1 - Quadro representativo da realidade das Cidades e Lugares na Capitania de Mato Grosso

Situação	Camacua	Norte	Ocidente	Leste	Oeste	Centro/Sul
Lugar - Cidades	Ponto de passagem	Grupos indígenas não pacificados e aventureiros	Fortificações de: Miranda – Coimbra – Príncipe da Beira – Albuquerque Casalvasco	Insua - Rio Grande	Capital: Vila Bela da Santíssima Trindade; Registro – Jauru	Cuiabá – Cocais – Poconé – Vila Maria – Santo Antônio do Rio Abaixo – Rosário do Rio Acima – Serra Acima
Edificações	2 sobrados	Não havia, apenas malocas dos indígenas	Poucas edificações, em estilo de choupanas	Sítios (poucos)	Poucos arraiais	Já contava com uma rede de habitações significativa
Habitantes	300 moradores, predomínio de negros	+/- 1500 indígenas	3.000 habitantes, sendo 10% de brancos	100 habitantes aproximadamente	6.000 habitantes	20.000 habitantes
Comércio	Sem índice de comércio	Sem índice de comércio	Comércio rarefeito	Pouco comércio, ligado a subsistência	Dificuldades de comércio, distante do porto de Cuiabá	Porto de Cuiabá – facilitador do comércio de importação e exportação

Fonte - Adaptado do livro: O Progresso Histórico de Mato Grosso, p 45

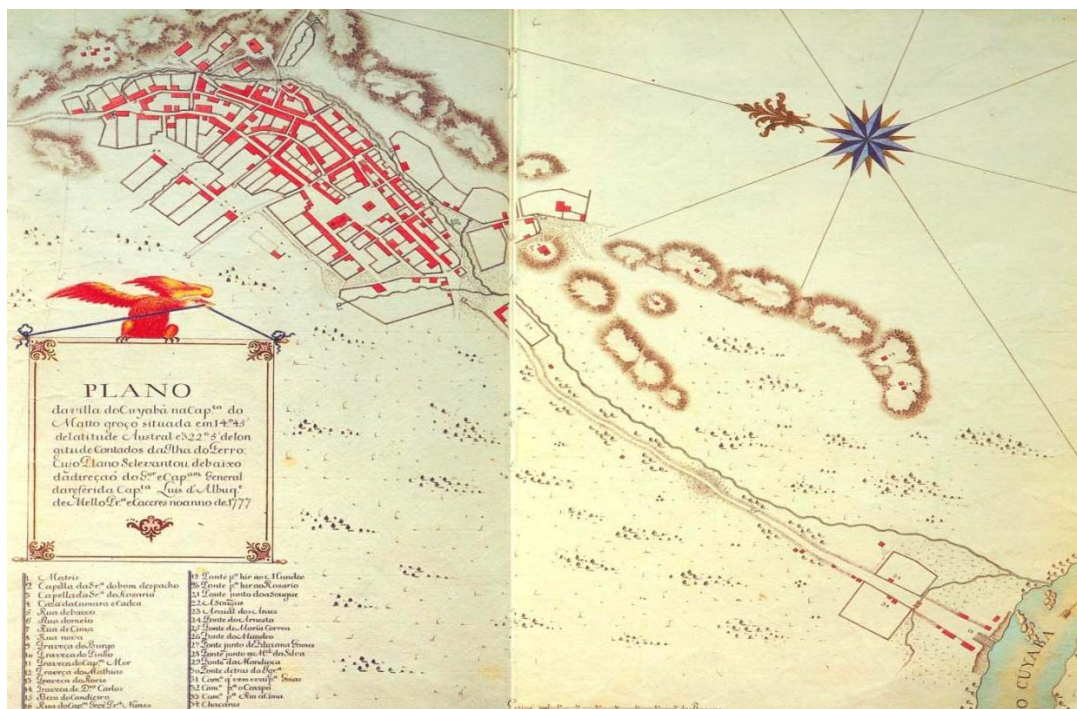
Apesar de Cuiabá ser uma Vila com uma aglomeração de 20.000 habitantes (por causa das minas), sequer constava corretamente em mapas da região, por estar tão encravada no sertão oeste brasileiro, com dificuldade de acesso. Sendo que os portugueses, os bandeirantes e os aventureiros, seguirem o período das monções, para acessar seu território, mesmo assim, os Colonizadores Portugueses viram-na como ponto estratégico, e a elevaram à condição de Capital, pois tinham uma política de aparelhar as já existentes vilas, para continuar sua exploração e expansão das fronteiras para demarcação de seu território e completar sua dominação e posse (SIQUEIRA, 2017).

Devido a esta realidade apresentada anteriormente, também pelo fato das autoridades da época entenderem que Vila Bela da Santíssima Trindade, à época, Capital de Mato Grosso, fora considerada insalubre, pelas autoridades e

por estar muito distante do porto, para facilitar o comércio assim, por pressão da elite política de Cuiabá, a Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, elevou-se à categoria de capital da Capitania de Mato Grosso em março de 1821 (CANAVARROS, 2019; SIQUEIRA, 2017).

Com o objetivo de demonstrarmos, que houve poucas mudanças espaciais no perímetro “urbano” de Cuiabá, desde o período da fundação do Arraial do Cuiabá e até a sua elevação a Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e posteriormente sua elevação como Capital da Capitania de Mato Grosso, vejamos a Figura 8 a seguir:

Figura 8 - Plano da Villa do Cuyaba - Capital da Capitania de Mato Grosso - 1777



Fonte - Casa da Insua, Castendo, Portugal

Percebemos com este fato, a pouca expansão do perímetro urbano de Cuiabá, faz com que houvesse poucas modificações durante muitos anos, e chegar ao século XIX com características de vilarejo, mostra-nos que havia um certo controle, por parte dos administradores, para que se mantivesse a

população do local reduzida a qualquer custo, e que, apesar desse controle, havia um comprometimento com um certo desenvolvimento planejado e controlado em relação ao centro oeste brasileiro.

Diferentes autores que versam sobre a história de Cuiabá (CANAVARROS, 2019; RODRIGUES, 2018; SIQUEIRA, 2017 e SILVA, 2000) escrevem que havia um controle tão rigoroso que era exigido das autoridades registro de censos populacionais, de tempos em tempos, para manter a expansão populacional sob controle. Relatam ainda os historiadores que o contingente demográfico de Cuiabá foi muito instável no desenrolar de sua história, tanto que do período da descoberta das minas de ouro - 1722 até 1727, ou seja, por um período de 5 anos seguidos -, Cuiabá contava com um contingente de 3.000 habitantes, entre bandeirantes, índios, negros e aventureiros e só houve uma explosão demográfica chegando a atingir em 1791 um contingente de 14.543 pessoas, distribuídos entre 9.018 homens e 5.435 mulheres (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

No censo demográfico do século XVIII, no ano de 1872, depois da guerra do Paraguai e de enfrentar uma epidemia de varíola, a população de Cuiabá chegou a 35.987 pessoas. Com o novo censo realizado em 1890, Cuiabá consta com 17.815 habitantes, revelando um decréscimo populacional de 50% em relação ao ano de 1872. Em 1900 a população tem um novo salto e dobra chegando a 34.339 habitantes. Este contingente perdurou com poucas variações e a instabilidade populacional ficou estagnada, (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Neste momento, é interessante descrever a composição populacional na época em que o Arraial do Cuiabá, elevado à condição de Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, afinal esta configuração populacional irá perpetuar por séculos, até chegar aos nossos dias; pois é, também, a partir dela que o plano urbano da Villa foi sendo definido e se repetirá nos planos diretores que serão pensados e aplicados na cidade de Cuiabá. Relata Siqueira (2017) que o contingente da população negra na vila na época da colonização e império português era significativo. Trabalho fundamental para a formação do espaço territorial, não só de Cuiabá como dos arredores da vila,

[...] A data precisa do ingresso de africanos em Mato Grosso é de difícil demarcação, porém sabemos que, nos primeiros tempos da mineração, ainda quando ela se restringia às minas do Cuiabá, o número de escravos já era significativo. [...] Em Mato Grosso (Cuiabá), os negros africanos exerciam atividades diversas, que iam desde os trabalhos de mineração, passando pelos agrícolas (plantio de feijão, milho, café, mandioca e cana-de-açúcar), feitura de toucinho, condução de tropas, cargueiros e carretos. Ligados diretamente ao sistema produtivo, eles eram chamados de “escravos de eito”, morando nas fazendas e residindo em senzalas. Aqueles ligados à venda da produção eram chamados de “escravos de ganho” e residiam nas cidades (Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade). Muitos senhores utilizavam esses escravos para comercializar, nos centros urbanos, a sua produção. Por outras vezes, alugavam-nos a outrem, a fim de servirem de vendedores aos pequenos comerciantes. O comportamento desses escravos de ganho era muito especial, pois alegravam e movimentavam as cidades: Perambulavam também pelas ruas, os escravos de ganho, vendendo frutas, quitutes, carregando água, carregando lenha ou cumprindo alguma tarefa. [...] Além dos escravos de eito e ganho, existiam os “escravos domésticos”, ou seja, aqueles que se dedicavam exclusivamente às tarefas da casa dos senhores. As principais Figuras eram as amas-de-leite, [...] que amamentavam os filhos das sinhazinhas. [...] Outra Figura típica da casa eram as cozinheiras, que preparavam desde o café da manhã, passando pelo almoço, lanche, jantar e ceia. [...] Seu trabalho era fatigante, pois, tinham sobre suas feitorias o abate de animais, moagem de café, ralar coco e queijos, preparar massas, incluindo pão, biscoito e macarrão que eram confeccionados nas cozinhas das casas. Assim a cozinha era o local de maior e mais constante agitação dentro das residências, pois, além dos alimentos, se prestava de espaço para aquecer água dos banhos, preparar remédios, compressas, emplastos etc. Outras personagens escravas adornavam as casas, como aquelas que serviam as mesas, chamadas mucamas; as pajens, que brincavam e distraíam as crianças; e os moleques de recado, crianças (negras) que tinham como função levar e trazer recados. Existiam, ainda, no interior das residências, os escravos que faziam os serviços gerais, como encanadores, pedreiros, carpinteiros, encarregando-se do transporte de água e de lixo. Dentre eles, destacavam-se os que iam buscar água junto ao chafarizes, locais onde era precariamente encanada (água potável), que servindo toda a população. Era nesses espaços que os escravos citadinos se reuniam, conversavam, dançavam, cantavam, namoravam e brigavam. Em Cuiabá, a reunião dos escravos se dava principalmente, ao redor do chafariz do Mundéu, um dos mais centrais (SIQUEIRA, 2017, p 120, 121 e 122 – o texto em *bold*, destaque nosso).

Relata-nos Siqueira, 2017, que nesta época também, surgiram vários quilombos, próximo ao vilarejo de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade. Damos destaque para o quilombo Quariterê, mais conhecido como Piolho por se situar próximo ao rio Piolho, na região do rio Guaporé, distante a trinta dias de caminhada da vila do Cuiabá,

[...] erguido entre os anos de 1770/1771. Era construído de uma ladeia composta de negros escravizados, índios, crioulos e caburés. [...] Governava o quilombo Piolho (Quariterê) a rainha Tereza de Benguela, viúva de José Piolho, antigo rei (quilombola), falecido antes de sua destruição. [...] Outros quilombos, desde 1850, foram erguidos na região da Chapada dos Guimarães, conhecida como Serra Acima, [...] Um dos mais importantes quilombos [...] estava situado às margens do rio do Manso, recurso hídrico de grande extensão que atravessa todo o interior do atual município de Chapada dos Guimarães, e que no século XIX, integrava como freguesia, o distrito de Cuiabá (SIQUEIRA, 2017, p 122).

Com relação aos indígenas, estes haviam sido praticamente expulsos da vila/cidade e ou então eram, à força, empurrados para os arrabaldes das vilas ou então se juntavam ao negros nos quilombos (CANAVARROS, 2019; SIQUEIRA, 2017). Atualmente, no perímetro urbano de Cuiabá, existem bairros que têm sua origem nos quilombos que surgiram na cidade no final do século XVIII e início do século XIX. Exemplo disso o bairro Araés e o bairro Quilombo.

A partir dos relatos históricos vistos acima percebemos que o plano urbano de Cuiabá distribuía os espaços públicos e os acessos seguindo um ritual de exclusão social e de etnias;

Num local plano um pouco acima ao lado esquerdo de quem sobe o córrego da prainha, próximo ao centro da vila, foi construída a Igreja Matriz, para os brancos, dedicada a Bom Jesus de Cuiabá, e os escravos, que eram proibidos de frequentar a igreja dos brancos, eles mesmos construíram a sua igreja, nas proximidades das minas, no morro do Rosário. A capela Nossa Senhora do Rosário foi também dedicada a São Benedito, e até hoje mantém as mesmas características da época. Tempos depois, ainda nas proximidades das minas, construiu-se outra, para os mulatos, e recebeu o nome de Nosso Senhor dos Passos. A cidade tinha como limites na época, a leste o Morro do Rosário, a Oeste a colina da Boa Morte, a sudeste, o “morro da luz”. Distante 1,5 km das lavras, as margens do rio Cuiabá, foi construído o Porto geral, criando um novo eixo de expansão rumo ao sudoeste, ao passo que seguindo as curvas de nível do córrego (da prainha), como era comum nas cidades coloniais da época, surgiram ruas paralelas. O Porto era o único meio de contato com a civilização, por ele chegavam Monções – mercadores que traziam tudo que se podia comprar nas cidades mais litorâneas – o transporte de pessoas, do ouro e outras extrações também eram realizados via fluvial, sendo a navegação, feita pela bacia do Paraguai e do Rio da Prata, o tempo de viagem era de quatro meses aproximadamente, até Porto Feliz em São Paulo (SIQUEIRA, 1997).

A construção do Porto Geral de Cuiabá, 1825, influenciou dinamicamente a configuração da estrutura urbanística, constituiu-se edifícios públicos que, de certa forma, enriqueceram o patrimônio arquitetônico da nova capital. Já em meados do século XIX, o bairro do Porto se desenvolvia profundamente com edificações voltadas ao comércio, pousadas e pequenas hospedarias (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume IV, 2010), (OLIVEIRA, 2018).

Na chegada do século XIX, com a política nacional do Estado Novo, Cuiabá entra no rumo do Brasil principalmente pelas políticas do então Presidente Getúlio Vargas, que, em programa de povoar o Oeste brasileiro lança uma campanha com o nome: “Marcha para o Oeste”, porém, devido às dificuldades encontradas, principalmente porque Cuiabá, que ainda mantinha

praticamente as mesmas características da época do sua fundação, muitos dos que chegavam a estas terras, logo se desiludiam ao perceber que as promessas de enriquecimento fácil dava lugar às dificuldades de toda a ordem, e acabavam retornando para seus locais de origem. Novamente, Cuiabá enfrentou um decréscimo de sua população (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

O desenvolvimento de Cuiabá começa a dar suas caras a partir da década de 40, do século XX. Nesta década, por intervenção governamental, no governo de Júlio Müller, criou-se uma grande avenida, que recebeu o nome de Av. Getúlio Vargas, uma singela homenagem ao então presidente. A avenida citada cortou Cuiabá no sentido oeste e promoveu um crescimento urbano para esta área da cidade. Nesta região foram construídas repartições públicas, o Grande Hotel, o Cine Teatro, o colégio estadual Liceu Cuiabano e mais adiante a um quilômetro foi erguido o prédio do Batalhão de Infantaria Motorizada (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Na mesma região, mais a noroeste, foi construído a primeira estação de tratamento de água. E próximo a Av. Presidente Marques, distante a um quilometro e meio, nas imediações da vila militar, um campo de aviação. O crescimento urbano continuou e na região do Porto Geral, construiu-se a primeira ponte, totalmente de concreto, ligando Cuiabá a Várzea Grande, recebendo o nome de Ponte Júlio Müller, que facilitaria o transporte para a região norte. Nos anos de 1945, prolongou-se a Av. Getúlio Vargas chegando até a Praça 8 de Abril, facilitando assim o crescimento urbano nesta região, principalmente com a doação de lotes para a elite cuiabana, que ergueram as primeiras residencias de alto padrão na cidade (SIQUEIRA, 2017; Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

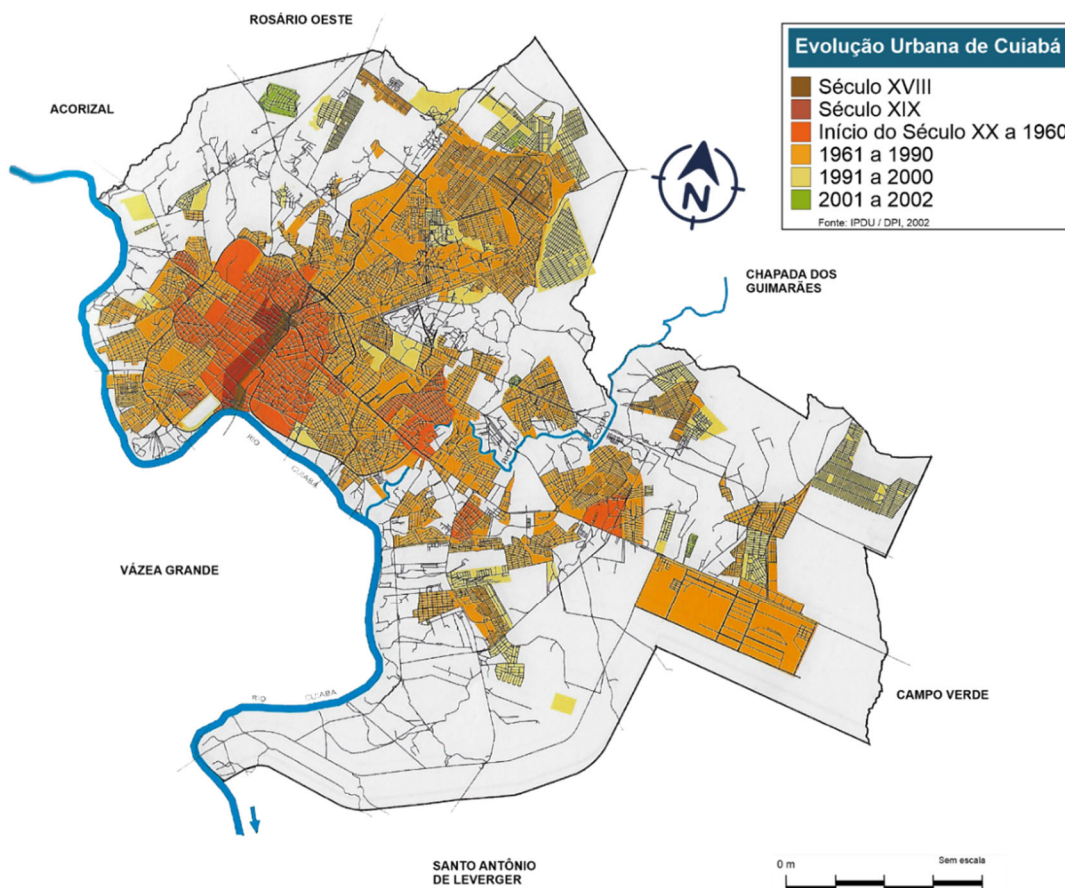
No ano de 1948 por iniciativa do poder público municipal, promulgou-se a Lei nº 11, autorizando doação de terrenos para a Fundação Casa Popular com o objetivo de construção de casas populares, sendo este o primeiro conjunto habitacional construído em Cuiabá. Assim, se consolida a ocupação no entorno da Av. Getúlio Vargas, tendo sido iniciada no governo do interventor Júlio Müller (SIQUEIRA, 2017; Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Depois desse período extenso de crescimento no perímetro urbano de Cuiabá, dos anos 1940 até 1948, Cuiabá novamente entra em estagnação no

seu crescimento urbano. Mas, com os eventos nacionais: da construção de Brasília e da rodovia ligando Cuiabá a Porto Velho/RO, novo impulso desenvolvimentista ocorre em Cuiabá, na esteira do Plano do Governo Federal em desenvolver a Região do Centro-Oeste brasileiro. Assim Cuiabá assume papel de importância no cenário nacional como centro impulsionador, captando e distribuindo recursos para a economia do centro-oeste e norte do País. Deixa de ser vista como cidade fim de linha e passa a despontar principalmente com o advento do agronegócio, e ficou conhecida, nacionalmente, como a capital do agronegócio e novo crescimento do seu perímetro urbano estava a caminho (SIQUEIRA, 2017; Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

No mapa da Figura 9, apresentamos uma amostra da evolução do perímetro urbano de Cuiabá, do século XVIII até o século XXI. Temos, portanto, que no século XVIII, seu crescimento se deu, serpenteando o córrego da prainha, tendo ao sul o rio Cuiabá, e a leste o morro da luz. A partir do século XIX, o eixo de crescimento se dá em relação a oeste, e ao final do século XIX e início do século XX seu crescimento acontece em relação ao norte:

Figura 9 - Mapa da evolução urbana de Cuiabá



Fonte - Prefeitura de Cuiabá - IPDU - 2004 p. 44 - adaptado pelo autor

2.3 A formação do Lugar – CPA (Morada da Serra) – córrego do Caju

Relata-nos Siqueira (2017), que a cidade de Cuiabá passou por três fases cruciais e complementares para a formação determinante de seu território, sendo elas descritas a seguir:

Primeira fase registrada como sendo a descoberta de ouro e instalação do Arraial do Cuiabá, a descoberta de novas minas de ouro e o crescimento populacional do Arraial, levando as autoridades luso-brasileiras a elevarem o Arraial à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Segunda fase consolidou a expansão do território da capitania de Mato Grosso, por participação efetiva de Dom Antônio Rolim de Moura, e com sucessivas alterações na estabilidade do poder político da época e por declínio da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1817, Francisco de Paula Magessi de Carvalho, tendo sido nomeado por carta régia, transfere,

provisoriamente, a capital para Cuiabá, com todo o estafe administrativo; e para dar justificativa a este ato, eleva Cuiabá da categoria de vila à categoria de cidade, decretando por lei e com reconhecimento do príncipe Regente Dom João VI.

Apesar deste decreto de transformar a vila em cidade e capital da Capitania de Mato Grosso, a sociedade formada, na agora capital estava muito empobrecida devido ao declínio das minas de ouro e ao endividamento da população, de modo geral (SIQUEIRA, 2017). No transcurso desta segunda fase, a composição da população da capital Cuiabá estava composta por escravos e homens livres (Siqueira, 2017, p 58):

Quadro 2 - Descrição das categorias de homens livres e escravos

TIPOS		Descrição das categorias representativas
Homens livres	Fazendeiros	Homens livres, bem-sucedidos que haviam recebido grande extensões de terras pelo sistema da sesmaria, também eram proprietários de grande contingente de escravos, de algumas minas e também de fazendas de produção de açúcar. Ocupavam também postos em comandos político-administrativo na cidade e região.
	Grandes Comerciantes	Ligados ao comércio de importação e exportação. Comandavam gerencialmente o pequeno porto existente na cidade de Cuiabá.
	Burocratas do estado	Políticos de carreira, alto clero e funcionários públicos que ocupavam cargos elevados.
	Camada média	Formada por profissionais liberais, baixo clero, professores, funcionários públicos, militares de baixo posto ou de nenhuma patente e pequenos comerciantes. Mineiros, e pequenos agricultores.
Escravos	Escravos	Composta por uma significativa parcela da população da sociedade cuiabana. Era constituída por negros africanos e seus descendentes e por índios (conhecidos por negros da terra). Eram tidos como mercadoria e podiam ser vendidos ou mortos por seus proprietários.

Fonte - SIQUEIRA, Elizabeth Madureira - 2017 - quadro elaborado pelo autor

Relatamos esta composição acima para compreendermos que a constituição de um grupo social irá influenciar diretamente a composição da estrutura social de uma cidade e influenciará diretamente a organização da ocupação do espaço urbano. Isso se traduzirá na fragmentação social e distribuição do território e lugares na cidade.

Terceira fase quando Cuiabá entra no declínio da extração de ouro em suas minas, sendo obrigada a intensificar a produção do agronegócio, intensificando a criação de gado, e a produção de açúcar. Devido a proclamação da Lei Áurea, a libertação dos escravos, a crise no abastecimento de água e as diversas crises geopolíticas, Cuiabá entra novamente num período de declínio.

Nesta terceira fase, irá precisar se recompor para entrar no século XIX, a fim de enfrentar os novos desafios que se avizinhavam.

A necessidade de se modernizar, apesar do declínio ao final do século XVIII, para adentrar ao século XIX e se constituir como uma cidade influente e estratégica na região em que estava instalada. Aproveitou a esteira da abertura da navegação pelo rio Paraguai, que possibilitou a Mato Grosso, e Cuiabá se interligarem ao comércio internacional, como nos diz Siqueira, 2017 p 126 “a modernidade começa a chegar ao território do extremo oeste”.

Cuiabá tornou-se uma cidade com capacidade de impulsionar o crescimento do Centro-Oeste brasileiro, principalmente influenciada pelo agronegócio. E a partir da década de 60, novamente, entra num período de crescimento populacional, na década de 70 em diante ocorre intenso movimento migratório, que ocasionou uma explosão demográfica no crescimento urbano. Esse crescimento provocou intensa demanda por habitação / moradia e necessidade de implementar nova infraestrutura de serviços públicos (SIQUEIRA, 2017; CANAVARRO, 2019; Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Ainda na década de 60, Cuiabá será impactada diretamente pelo Programa de Integração Nacional e pelas políticas públicas do governo nacional brasileiro que intencionava a ocupação da Amazônia, segundo a Prefeitura de Cuiabá – IPDU:

Os programas Polamazônia, Polocentro, Prodepan e Finam, entre outros, estimularam a ocupação dos chamados vazios territoriais. A construção da rodovia Cuiabá-Santarém e da Cuiabá-Porto Velho implicou estruturas físicas de grande impacto na ocupação urbana da capital. Em fins da década de 60, Cuiabá experimentou grande alteração no seu curso evolutivo. Com os incentivos fiscais e creditícios, concedidos pela SUDAM, grandes empresas agropecuárias estabeleceram-se no Norte do Estado (de Mato Grosso), intensificando a ocupação da Amazônia mato-grossense. Cuiabá se fortaleceu como centro de apoio à ocupação, admitindo fluxos migratórios cada vez mais intensos em demanda de novos espaços e de equipamentos urbanos. Cuiabá manteve certa estabilidade como cidade de crescimento populacional vegetativo (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 171).

Já no transcurso dos anos 70, a maioria dos serviços públicos constituíam-se como ineficientes e não atendiam às demandas da população, principalmente nas questões ligadas à habitação, ao saneamento, à segurança e à educação. As instalações do governo, suas secretarias e autarquias eram

espalhadas pela cidade, instaladas em vários prédios alugados e outros de propriedade do governo, mas que já demonstravam desgaste pelo tempo. Devido aos problemas de habitação, muitos bairros clandestinos foram surgindo, na periferia da cidade, em terras “griladas”, e muitas habitações precárias estavam sendo erguidas (SIQUEIRA, 2017; Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Ainda nos anos 70, devido a intensificação da chegada de migrantes sulistas, e, na esteira da implementação do programa do Governo Militar do Brasil com a promulgação do (Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 - Programa de Integração Nacional – PIN e criação da SUDAM e SUDENE), para a interiorização do Brasil, principalmente para o Centro-Oeste e Norte do Brasil, visando fortalecer o processo de crescimento econômico, ligados ao agronegócio, avolumou, mas ainda havia o problema habitacional em Cuiabá. Quando estes migrantes, chegavam e prosperavam economicamente, tinham dificuldades para encontrar moradias em locais urbanizados. Além disso, o preço do mercado imobiliário em Cuiabá havia disparado (SIQUEIRA, 2017; Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Diante dessa realidade e dificuldade de habitação, agora nesta nova fase de ampliação do território de Cuiabá e devido ao crescimento populacional no perímetro urbano ter se intensificado, a urbanização da cidade de Cuiabá se dispersa formando um novo eixo de expansão.

Esse problema habitacional, espalhava-se em todos os centros urbanos do Brasil, isso não foi diferente em Cuiabá. E seguindo na esteira da política habitacional nacional, deflagrada pelo Governo Federal, com a criação da COHAB e do Banco Nacional de Habitação (Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964), o governo de Mato Grosso, cria a COHAB-MT vinculando-a ao BNH, institucionalizando desta forma a habitação como uma das prioridades públicas do Estado, no desejo de ofertar e melhorar as condições de vida, tanto dos migrantes que chegavam à Cuiabá, quanto aos moradores, dessa cidade, que enfrentavam grandes problemas na questão habitacional (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Neste sentido, Cuiabá entra para o século XIX em direção ao século XX, promovendo nos anos de 1966 na participação definitiva do programa nacional

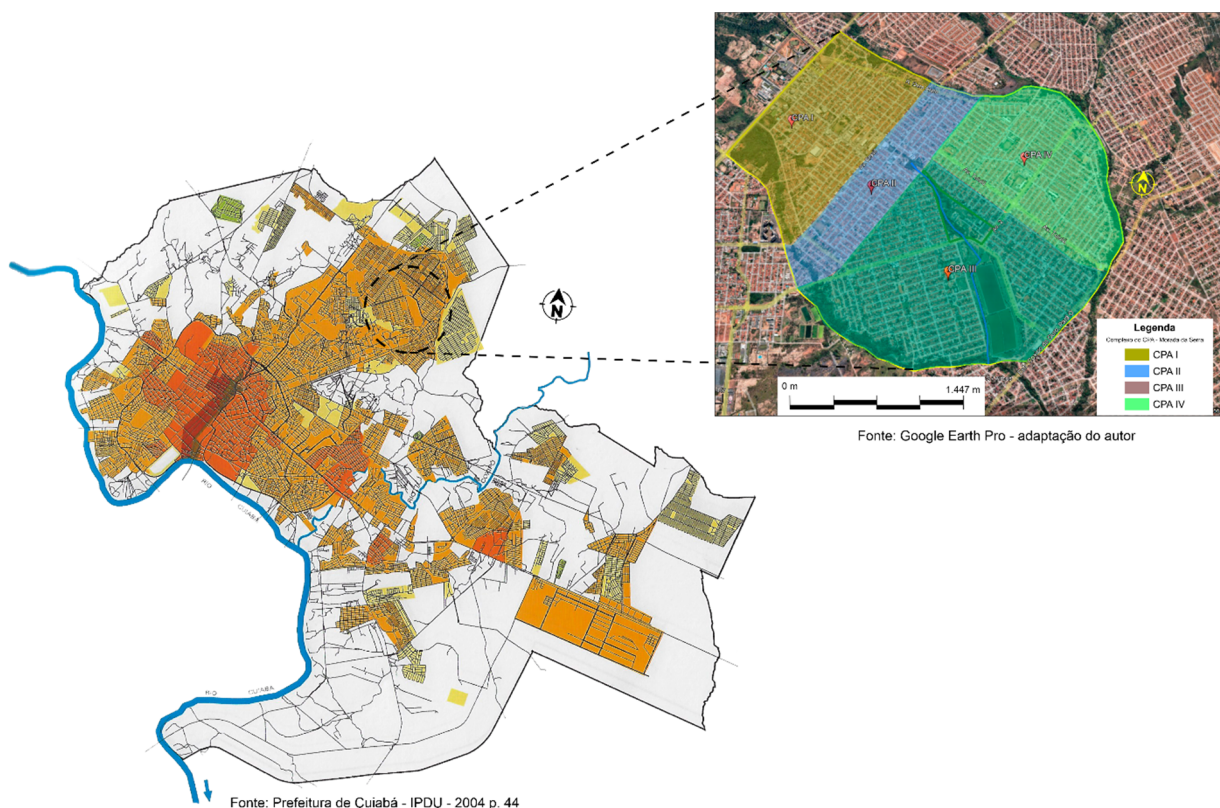
de habitação promovido pela COHAB-MT e com financiamento do BNH, na construção de seu primeiro núcleo habitacional denominado Cidade Verde, hoje conhecido como “COHAB Velha”. Isso será o impulso inicial para outros núcleos habitacionais que serão desenvolvidos na cidade de Cuiabá.

Em se tratando do ano de 1969 em diante, com o governo de José Manuel Fontanillas Fragelli, que havia sido indicado pelo então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, foi “eleito” pela Assembleia Legislativa, como governador do Estado de Mato Grosso, tomando posse em março de 1971, e governou este estado até março de 1975 (SIQUEIRA, 2017).

Neste período, Cuiabá se encontrava novamente em situação complicada em relação a habitação, e seu perímetro urbano expressava uma demografia exagerada para sua realidade. E, novamente, se espelhando nos planos de interiorização dos migrantes rumo ao norte do Brasil e do centro-oeste, e com o problema de ter as secretarias de governo separadas em diversos prédios pela cidade de Cuiabá, trazendo grandes transtornos para os habitantes da Capital Mato-grossense, conforme relatado anteriormente, pois não eram atendidos adequadamente, e também inspirando-se na criação de Brasília, Fragelli inicia um processo interno, na capital, de expansão para o norte da cidade (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Assim, inicia-se o processo de planejamento e edificação do conjunto de prédios que iriam abarcar as secretarias e autarquias do estado num complexo denominado de Centro Político Administrativo – CPA. Nesta esteira de crescimento urbano, criou-se, também, um novo bairro, que em seu início recebeu o nome de CPA, devido a sua proximidade ao então Centro Político Administrativo do governo estadual, e por ter em seu objetivo a função de disponibilizar moradia para os trabalhadores, principalmente da área de segurança do governo. Assim surge o Núcleo Habitacional do complexo do CPA, e nos anos seguintes, outras unidades habitacionais, dentro da mesma área, serão criados em sequência até compor os IV CPA's, então temos, CPA I, CPA II, CPA III e CPA IV (Figura 10) a seguir.

Figura 10 - Composição de mapas - COMPLEXO DO CPA - MORADA DA SERRA



Fonte - Adaptação de mapas - pelo autor

Ao analisarmos os mapas da evolução urbana de Cuiabá, temos por certo que o evento da fundação dos conjuntos habitacionais do complexo do CPA foram categóricos para a completude do processo de expansão para o norte da cidade. Pois, essa expansão seguiu, em termos ideológicos, a partir da proposta do II Plano de Desenvolvimento Nacional, que era o de interiorização do Brasil, provocando uma migração para o centro-oeste e norte brasileiro.

O processo de produção e territorialização se deu seguindo uma agenda: a região do CPA I teve, 944 unidades habitacionais construídas entre 1974 a 1978; esta primeira etapa se destinava a moradia de servidores públicos, principalmente servidores da área de segurança do estado, já a região do CPA II, com a construção de 2.654 unidades habitacionais, destinava-se a população empobrecida, principalmente os descendentes de escravos e indígenas, que moravam precariamente nos quilombos; e CPA III, com a construção de 4.600 unidades habitacionais, destinadas aos migrantes e população empobrecida em

geral. O CPA II e III tiveram sua construção efetivada entre os anos de 1980 a 1985, respectivamente. No caso do CPA IV, foi construído em 5 etapas, totalizando 3.912 unidades habitacionais, finalizadas em 1987 (AQUINO, 2009).

Para a criação desse complexo habitacional do CPA foram utilizadas diferentes tipologias unifamiliares tradicionais aos conjuntos habitacionais planejados pela COHAB nacional. A COHAB-MT apenas aplicou essas tipologias no território escolhido. O que diferencia entre as tipologias aplicadas no Complexo Habitacional do CPA's se encontra na região do CPA I, onde os lotes tinham uma metragem diferente das demais regiões do CPA's, por exemplo, um lote no CPA I tinha a metragem de 15 m de testada e 10 m de fundos, possibilitando às famílias manterem um quintal avantajado diante da edificação que na sua totalidade não passava de 46 m² e em outros lotes de mesma metragem havia construções de 30 m² (AQUINO, 2009). Além disso, possibilitava aos habitantes expandirem sua edificação.

A seguir, Figura 11 uma das primeiras unidades habitacionais no CPA I:

Figura 11 - Primeira habitação no CPA I



Fonte - Foto arquivo do autor

Abaixo, Figura 12 viu-se uma vista aérea, das unidades habitacionais no complexo do CPA nos idos de 1986.

Figura 12 - Vista aérea do Complexo Habitacional do CPA



Fonte 1 - Foto de Freire - em Jornal Gazeta – 1992

A seguir, figura 13, outras tipologias habitacionais, além da apresentada na figura 10, utilizadas na edificação de unidades habitacionais principalmente no CPA II, III e IV.

Figura 13 Foto de tipologia habitacional no CPA II



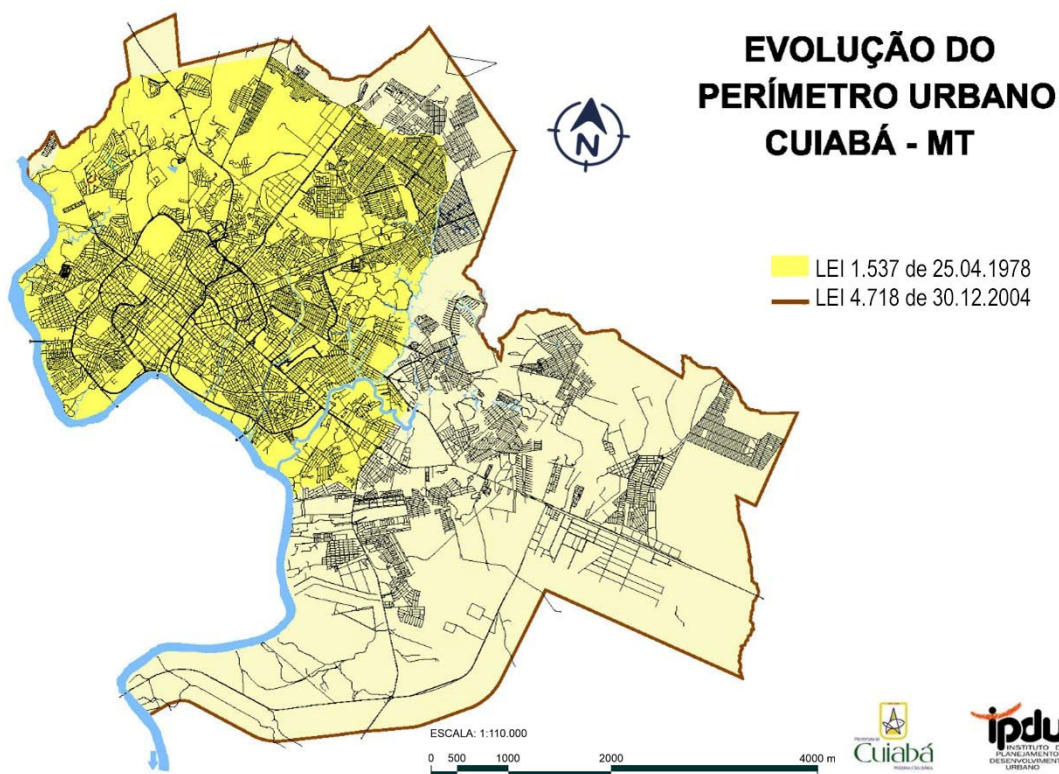
Fonte 2 - Foto de arquivo do autor

Percebemos, neste modo, de ocupar o lugar e a produção do território e, conseqüentemente, a territorialidade, que acontece, sempre, por interesse de partes envolvidas no processo ou então por necessidade de fazer parte ou por

imposição dos que, em nome da conquista, invasão, grilagem, posse e tomada de poder, assumem o papel de produtores do território e lugar.

Outra curiosidade em relação a formação do território é o fato de que muitas vezes se conquista, toma-se posse e constroem-se edificações e bem posteriormente se formulam as leis, para legitimar essa posse. Ao observarmos os mapas da Figura 14, perceberemos como evoluiu o perímetro urbano de Cuiabá, e comparando com o período da promulgações das Leis municipais que lhes dão guarida, percebe-se que, primeiro se ocupa o espaço / território ou lugar, e depois as Leis são promulgadas para justificar o uso do solo e garantir legalmente a ocupação do espaço geográfico e a formação do território.

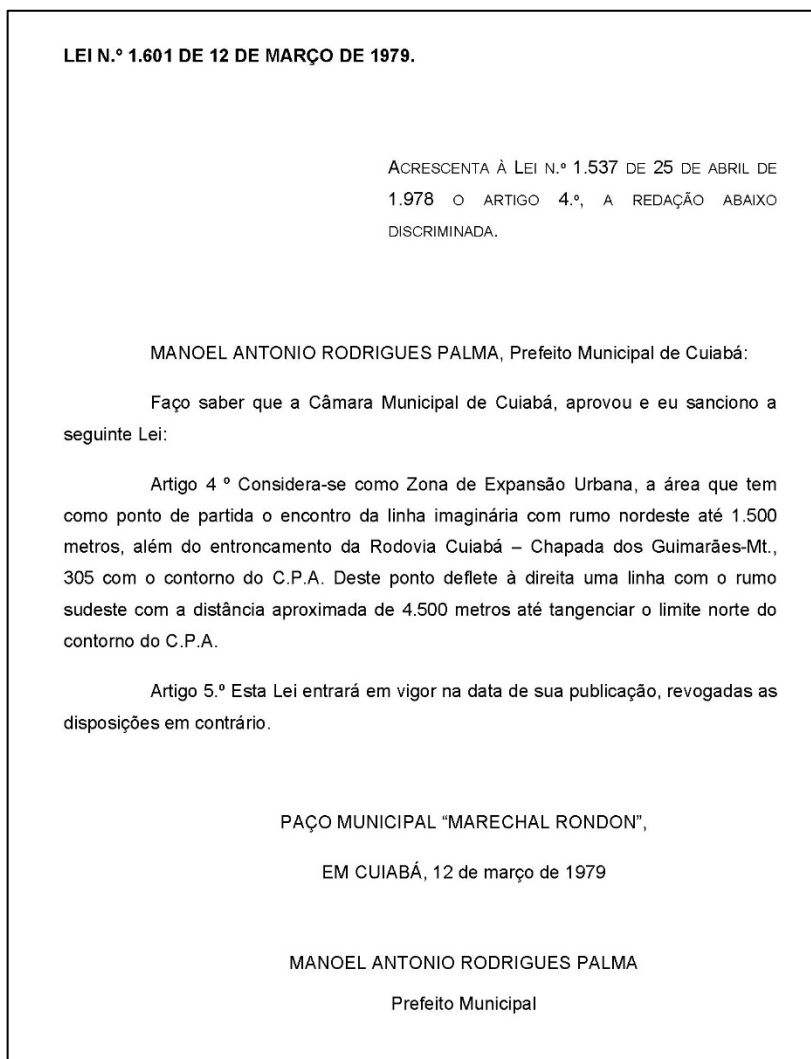
Figura 14 - Evolução do perímetro urbano de Cuiabá



Fonte - Prefeitura de Cuiabá - IPDU - 2012

As construções dos Núcleos habitacionais do Complexo do CPA tiveram início em 1974 e somente em 25 de abril de 1978, é que foi reconhecido essa expansão, com a promulgação da lei nº 1.537 pela Câmara de Vereadores do Município de Cuiabá conforme figura 15, a seguir.

Figura 15 - Lei número 1.537 de 25-04-1978 - Câmara Municipal de Cuiabá



Fonte 3 - Prefeitura Municipal de Cuiabá - IPDU - 2012 p. 31

2.4 População do Complexo do CPA I, II, III e IV (Hoje com o nome Morada da Serra)

Na Figura 16, podemos acompanhar a densidade demográfica no Complexo do CPA I, II, III e IV, desde 1985 o Complexo do CPA, recebeu o nome de Morada da Serra.

Figura 16 - Densidade Populacional por Região

População, Domicílio e Densidade Populacional por Região											
Região Norte											
Bairros ⁽¹⁾	Área ⁽²⁾ (há)	2000					2010				
		População ⁽³⁾	Dom. ⁽³⁾		Pessoas/ Dom. Oc. ⁽⁴⁾	Dens. Pop. ⁽⁴⁾ (hab/há)	População ⁽³⁾	Dom. ⁽³⁾		Pessoas/ Dom. Oc. ⁽⁴⁾	Dens. Pop. ⁽⁴⁾ (hab/há)
			Total	Ocup.				Total	Ocup.		
1. Centro Pol. Adm.	731,67	1.485	572	392	3,79	2,03	5.434	2.128	1.654	3,29	7,43
2 Jardim Florianópolis	71,54	4.438	1.499	1.185	3,75	62,04	4.834	1.586	1.415	3,42	67,57
3 Jardim Vitória	118,00	8.833	2.689	2.193	4,03	74,86	8.966	2.746	2.472	3,63	75,98
4 Morada da Serra	743,80	59.535	16.253	14.740	4,04	80,04	56.066	17.190	16.049	3,49	75,38
5 Morada do Ouro	231,00	4.916	1.857	1.318	3,73	21,28	5.824	1.976	1.745	3,34	25,21
6 Nova Conquista	15,00	786	262	213	3,69	52,40	855	280	234	3,65	57,00
7 Paiaguás	66,60	3.827	1.796	1.342	2,85	57,46	4.743	1.920	1.702	2,79	71,22
8 Paraíso	97,73	4.022	1.322	1.021	3,94	41,15	5.655	1.788	1.619	3,49	57,86
9 Primeiro de Março	134,00	6.996	2.225	1.818	3,85	52,21	7.457	2.423	2.123	3,51	55,65
10 Três Barras	127,29	6.482	2.115	1.638	3,96	50,92	9.926	3.531	2.796	3,55	77,98
11 AEU ⁽⁵⁾	733,37	3.216	1.501	933	3,45	4,39	11.164	5.711	3.562	3,13	15,22

Fonte - Prefeitura de Cuiabá – IPDU – vol. V, p.224 – 2012 – adaptado grifo nosso

Como podemos perceber na Figura 16 anterior, e com base no censo demográfico de 2000 e 2010 – (IBGE), podemos perceber que o Bairro Morada da Serra, configura como o bairro com mais adensamento populacional da região norte de Cuiabá. Este bairro teve um crescimento intenso iniciando em 1975 e chegando até 2010 com índice populacional bem maior na comparação com outros bairro da região norte. Hoje, o bairro se caracteriza por ser o maior bairro da região norte de Cuiabá.

O conjunto habitacional do CPA destinou-se no início de sua formação aos servidores públicos, porém, devido às condições de baixa renda, nem todos os servidores conseguiram ficar com a casa, e posteriormente o governo local pôs a venda para a população em geral. O Conjunto habitacional do CPA foi ocupado gradativamente, e outras áreas fora do conjunto habitacional foram aos pontochos sendo invadidas e ou griladas e um contingente considerável tomou posse do lugar (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

No ano de 1979, iniciou-se nova ocupação do território do CPA, criando o CPA II e III; região em que se situa o córrego do Caju, nesta mesma época iniciou-se a instalação de infraestrutura na área do CPA.

Já nesta época da fundação desses conjuntos habitacionais, havia, o Código Florestal Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que em seu segundo artigo definia como área de preservação permanente – APP,

Art.2º Considera-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja: 1. de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; 2. de

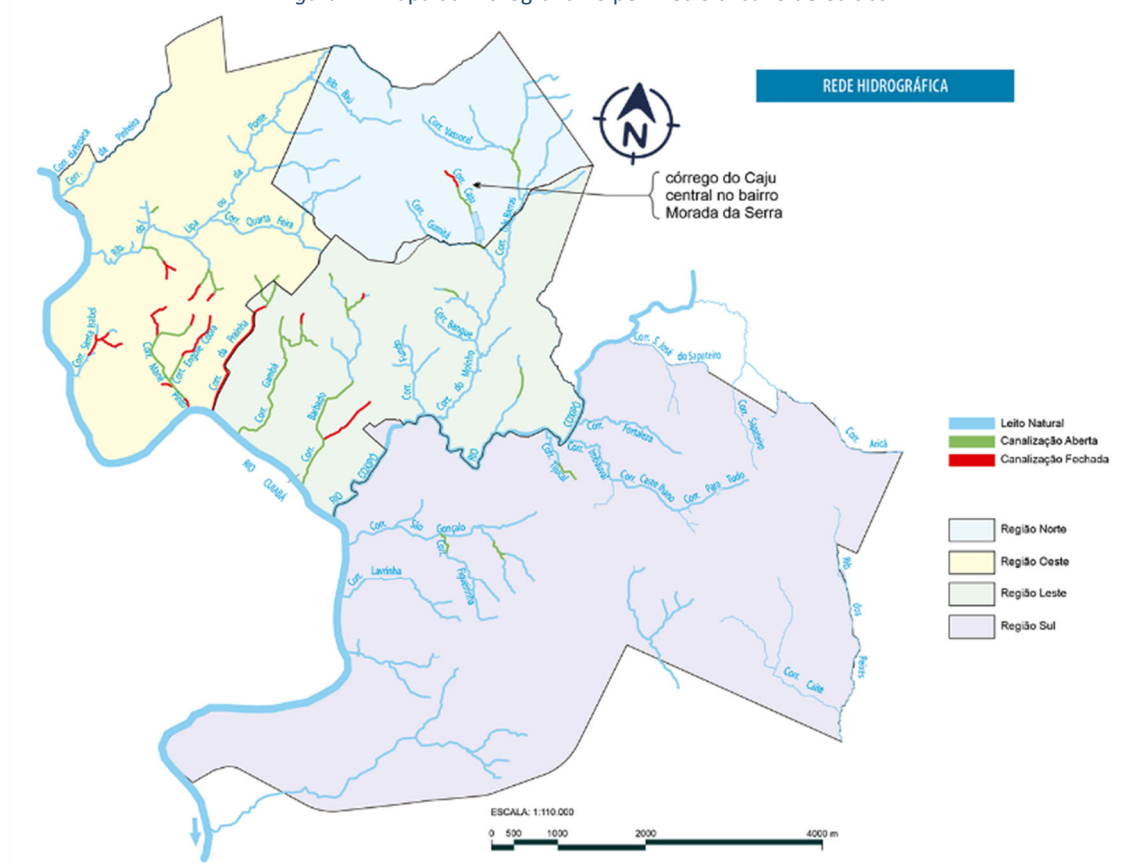
50 (cinquenta) metros para cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; [...].

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; [...].

Parágrafo único: No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitando os princípios e limites a que se refere este artigo (Código Florestal Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965).

Como podemos verificar no texto da Lei 4.771, e, em se tratando de córrego urbano e no caso do córrego do Caju, este já se encontra em perímetro urbano e sua largura é de aproximadamente 8 metros de margem a margem; portanto deveria ser considerado APP, e as construções no seu entorno deveriam respeitar um distanciamento de 30m de cada lado das margem. A seguir na Figura 17 percebemos a centralidade do córrego do Caju em relação ao bairro Morada da Serra.

Figura 17 Mapa da Hidrografia no perímetro urbano de Cuiabá



Fonte Perfil Socioeconômico de Cuiabá Volume V, p 67 - IPDU, 2012 – adaptado pelo autor

A fundação dos conjuntos habitacionais com a finalidade de solucionar parte do problema da habitação em Cuiabá, trouxe para a população novas condições de moradia. Contudo, apesar de fazer parte de projeto de urbanização, talvez, para a década de 70 representasse um avanço na urbanização e modernização da cidade. Mas construção dos conjuntos e a posterior grilagem de terras deixou um rastro de problemas urbanos, de infraestrutura e ambientais, haja visto que no entorno do córrego do Caju muitas moradias foram construídas distantes 3 metros do córrego.

Ao lado do córrego, distante a 3 metros e em alguns trechos menos que isso, foi aberta uma rua lateral que, sinuosamente, beira todo o córrego, como destacado, em linha amarela, na Figura 18.

Figura 18 CPA - MORADA DA SERRA - Área de Estudo - Córrego do Caju



Sem escala

Rua 76 a 80

Área de estudo
córrego do Caju

Fonte Google Earth Pro 2022 - Adaptado pelo autor

Em reportagem de jornais da época, explicam sobre o projeto de fundação do bairro como tendo sido idealizado para ser a Brasília de Mato Grosso/Cuiabá. Chegam a falar que é uma outra cidade dentro do perímetro urbano de Cuiabá, por sua grandiosidade na região norte da cidade com a união do complexo dos bairros do “Grande CPA” (Jornal Diário de Cuiabá, 1978, p B1).

Falamos, anteriormente, que muitos que contam a história de um lugar, às vezes, falam de forma ufanista, assim são os relatos na maioria das vezes sobre o bairro do CPA. Mas também tem os que, com lucidez relatam os problemas urbanos que percebem no bairro.

Identificamos que os conjuntos habitacionais, os quais deram origem ao bairro e que sufocaram o córrego do Caju, adotaram tipologias tradicionais unifamiliares, isoladas no lote, alternando tipologias verticais, ainda que em pequena quantidade, se comparadas às tipologias tradicionais. Além desses conjuntos habitacionais, ocorreu quase que simultaneamente a grilagem de lotes, situação essa que chegou até ao ano de 2022 para ser parcialmente solucionado,

Governo entrega nova remessa com 900 títulos aos moradores do CPA no Mato Grosso. A cerimônia de entrega está marcada para às 18h, na Escola Estadual Victorino Monteiro da Silva. O governador Mauro Mendes e o presidente do Instituto de Terras, Francisco Serafim, vão entregar mais uma remessa com um total de 969 títulos definitivos aos moradores do bairro CPA I, CPA II, CPA III e CPA IV, nesta terça-feira (15/03), em Cuiabá. A cerimônia de entrega está marcada para às 18h, na Escola Estadual Victorino Monteiro da Silva. O resultado desta nova remessa de entregas na região do CPA conta com investimento de R\$ 9 milhões, por meio de parceria entre MT Par e Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que se uniram nessa ação para agilizar o processo de regularização urbana com entrega de títulos 100% gratuitos (JORNAL CONTÁBIL, De Gabriel Dau, março, 2022).

Mas, os problemas continuam e se avolumam, não somente em relação a habitação como problemas de preservação do ambiente. Nas imagens abaixo mostraremos a realidade do córrego do Caju, as imagens apresentadas a seguir foram fotografadas antes do período da pandemia.

Figura 19 Composição de imagens - Realidade no entorno do córrego do Caju



Fonte 4 Imagem central Google Earth Pro - fotos de arquivo do autor

Apresentamos na (Figura 19), de forma resumida e por meio de algumas fotos, a realidade em que se encontra o córrego do Caju, espremido entre os conjuntos habitacionais erguidos ao seu entorno; cada foto nos revela um dos tipos de problemas socioambientais, que ocorrem no entorno do córrego do Caju.

Foto A – Início do córrego do Caju, completamente contaminado com esgoto cloacal. O esgoto é despejado *in natura* no córrego. A nascente do córrego dista uns 20 m acima deste ponto apresentado na foto e é cercada por árvores nativas.

Foto B – Parte externa, Rua 78 que beira o córrego, percebemos que tem uma coleta de águas pluviais para o seu leito.

Foto C – Rua 79, ela tem uma distância aproximada de 5 metros do leito do córrego, e percebemos lixo jogados no leito do córrego.

Foto D – Ponto que mostra o lugar em que houve ocupação pelo lado esquerdo do córrego e vemos uma estrutura feita de tijolos, para servir de coleta de esgoto, porém está depredada e caída no córrego; muito lixo urbano, percebemos a presença de esgoto cloacal *in natura*.

Foto E – Início do lado esquerdo do córrego, outro local que está ocupado ilegalmente, ergueram-se várias pequenas construções comerciais. Estas construções fazem fundo para o córrego numa distância aproximada de 5m.

Foto F – Presença de uma das construções comerciais, que invadiu o local e fica ao lado do córrego à 4m de distância. Nesta construção, funciona uma borracharia, e o proprietário despeja resíduos sólidos, dejetos de borracha e pneus velhos no córrego.

Foto G – Entrada para o espaço urbano entendido com APP. Ao seu lado esquerdo há uma construção que serve como abrigo de idosos e logo ao lado uma construção da Polícia Militar estadual, que está abandonada, e em seu lado direito, algumas construções do conjunto habitacional, construído em 1982, dista das margens do córrego uns 100 metros.

Foto H – Vemos presente uma das tipologias de construção habitacional vertical, construídas também no ano de 1982, composta por um grupo de 8 edificações, de dois andares, sendo quatro apartamentos por bloco. Estas edificações distanciam-se do córrego a 20 m. Totalmente fora do que define a legislação.

Foto I – Uma ocupação do vazio urbano, ergueu-se um templo religioso, em lote grilado e distante à 20m das margens do córrego.

Foto J – O prédio que aparece, construído pela prefeitura do município de Cuiabá para abrigar uma “empresa” de coleta de lixo seletiva em 1995. Porém, encontra-se abandonado e servindo como abrigo para indigentes e traficantes.

O córrego do Caju, faz parte da sub-bacia do Ribeirão do Lipa e este é considerado o principal vetor e eixo da expansão urbana que ocorreu para a região norte da cidade de Cuiabá ao longo da década de 70. Esta expansão do perímetro urbano se deu principalmente à margem esquerda do córrego do

Ribeirão do Lipa onde fica situado os bairros que compõem o complexo do CPA (Morada da Serra):

A área da bacia é de 68,8 km², que abrange o espaço rural e urbano. Na zona urbana é composto por 15 bairros, parte do bairro CPA e uma extensa Área de Expansão Urbana, onde se encontram muitos vazios urbanos, loteamentos e condomínios novos ou ainda em fase de ocupação. A cabeceira da bacia, porém, é localizada na Zona Rural do Município (AQUINO,2020, p 67).

Faz parte da sub-bacia do Ribeirão do Lipa, o córrego do Caju, que é central no bairro CPA (Morada da Serra), compõem com mais doze bairros dessa sub-bacia que não são providos por serviços públicos de coleta de esgoto, tanto que o próprio córrego é usado pelos moradores como coleta de esgoto, e pelas fotos que apresentamos anteriormente, percebemos que o próprio poder público tem usado o córrego para passar tubulação de algum tipo de coleta, que não se sabe ao certo qual tipo, pois em alguns trechos esta tubulação está rompida ou aberta, colocando ainda mais em risco à saúde da população (AQUINO, 2020).

Segundo Milton Santos (1988),

[...] Em nossos dias, como já dizia há anos, o grande geógrafo francês Maximilien Sorre, “o fato capital é a ubiquidade do homem”, capaz de habitar e explorar os mais recônditos lugares do Planeta. Poder-se-á, sem dúvida, lembrar as viagens interplanetárias e o passeio do homem sobre a Lua, como conquistas recentes do gênio da espécie. Mas a terra segue sendo a morada do Homem. A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. Podemos assim acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado. (SANTOS, 1988, p 14).

Portanto, Milton Santos nos traz a conceituação de território como uma composição de variáveis, como interesse ideológico, do Homem no sentido de ser social, pelo lugar ou território com o objetivo de saciar seu jeito exploratório de habitar o espaço geográfico. E no modo como habita este espaço cria-se o território historicizado e constrói-se o lugar a seu modo, com suas coisas e tenta dar respostas para as suas mais diversas necessidades.

Milton Santos (1988), busca superar a dicotomia entre geografia física versus geografia humana, quando, a cada nova reflexão sobre o território e lugar,

reconhece os componentes naturais e sociais do território e do lugar como sendo algo interdependente e como um sistema único e integrado, que possibilita ao Homem construir sua existência e sua cidadania.

Quando olhamos, lemos ou estudamos sobre a formação do território de Cuiabá e do bairro Morada da Serra, percebemos esse movimento humano, na conquista, domínio e posse do território, já historicizado pelos habitantes naturais do lugar, porém desrespeitados pelos próprios moradores, quando não cuidam do lugar e uma nova inscrição de realidade insalubre para a própria vida se instala.

CAPÍTULO 3

3.1 Marco regulatório da formação do lugar córrego do Caju

Temos, por referencial histórico, que o desenvolvimento urbano industrial inicial ocorrido na década de 30, nas principais cidades, tidas como capitais no Brasil, aumentaram a disparidade regional dessas ao adensar o problema da habitação, e segmentou o espaço urbano dessas cidades. Restando assim para a camada mais pobre da população, ocupar as áreas mais afastadas do centro urbanizado, formando assim uma periferia nas franjas dos perímetros urbanos; tanto nas grandes cidades como em cidades com pouco desenvolvimento industrial, como era o caso de Cuiabá (RODRIGUES, 1988).

Ao final da década de 30, em pleno desenvolvimento das políticas do Estado Novo (1937-1945), Cuiabá se encontrava em estagnação de seu crescimento urbano. Neste período, Mato Grosso ou o Centro-Oeste do Brasil, havia sido elencado pelo governo federal, como alvo de um conjunto de políticas públicas, objetivando o reordenamento da ocupação do espaço urbano, com fortes incentivos à migração e ocupação do território do centro oeste brasileiro e, políticas públicas foram implantadas com a intenção de aproximar o desenvolvimento, que já ocorriam nas cidades litorâneas do Brasil, vistas como (modernas e civilizadas), no intuito de aproximar o “sertão brasileiro” visto como “provinciano, atrasado e incivilizado”. Este conjunto de políticas, apresentadas em 1938 (da era Vargas conhecido como Estado Novo), foram denominadas “Marcha para o Oeste” (BUZATO, 2017).

Na esteira dessas políticas públicas, de integração nacional, estabelecidas pelo Estado Novo, a situação de Cuiabá modificar-se-ia substancialmente. E seu espaço urbano terá modificações em sua paisagem. Essas políticas públicas de integração nacional tinham por fundo ideológico interiorizar as relações capitalistas e expandir o capital internacionalmente acumulado, objetivo este que chegou a Cuiabá em curto prazo, manifestou-se pela ocupação de “espaços vazios”, num processo de urbanização e pela supervalorização do solo urbano, expresso em uma especulação imobiliária com

base no sistema capitalista de tornar o solo uma mercadoria de consumo. (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 24).

Semelhante ao que ocorreu desde seu reconhecimento como cidade e posteriormente qualificada como capital da Capitania de Mato Grosso, Cuiabá passou por diferentes fases em seu crescimento urbano e territorial. Durante esses momentos de expansão e posterior estagnação, na década de 30, teve algumas alterações em seu perímetro urbano, chegando ao final da década como uma cidade isolada e estagnada no tempo devido ao declínio da produção de cana-de-açúcar, da exportação da borracha e ao declínio “[...] da navegação do rio Cuiabá e pela falta de estradas [...]” (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 33).

Além dessas questões, postas anteriormente, conforme nos relata Freitas, 2011, havia uma certa rivalidade entre Cuiabá e Campo Grande, no sentido de que a classe política e a elite cuiabana pensava que a cidade de Campo Grande se enriquecia e se modernizava, enquanto Cuiabá ficava para trás, também se comparava com Goiânia e percebia que esta havia se tornado uma referência de cidade moderna no centro oeste, fazendo com Cuiabá “[...] sentisse mais diretamente os ‘desconfortos do antigo’ (FREITAS, 2011, p.212).

Continuando nas reflexões de (FREITAS, 2011), ...

Cuiabá não possuía edifícios para instalar o governo nem mesmo um hotel para receber visitantes; por isso, a preocupação dos políticos locais e da Interventoria, que tinha como objetivo principal “remodelar a cidade”, foi investir de forma incisiva na reurbanização e na introdução de construções que se faziam necessárias para facilitar a vida e o cotidiano da população, com o objetivo de manter a situação de capital do Estado, pondo fim ao movimento “mudancista” (FREITAS, 2011, p. 212).

Essa retomada do crescimento urbano somente ocorreu nos primórdios dos anos 40 do século XIX, período este que foi marcado pela intervenção governamental de Júlio Müller, intervindo inclusive no poder público municipal, provocando alterações na paisagem urbana de Cuiabá. Esta intervenção se fez

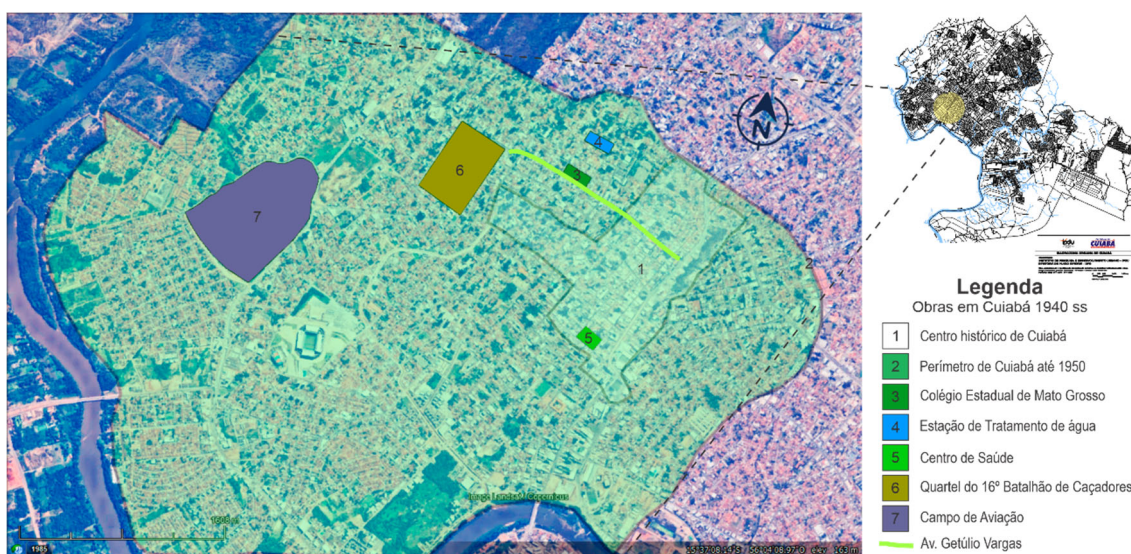
...

Direcionando o crescimento da cidade no sentido norte, realizou-se, na Avenida Getúlio Vargas, série de importantes construções, como o Colégio Estadual de Mato Grosso e, adiante, cerca de 1 km da atual Rua Batista das Neves, o Quartel do 16º Batalhão de Caçadores, hoje 44º Batalhão de Infantaria Motorizada, além da Estação de Tratamento de água, na rua Presidente Marques e o Campo de Aviação nas imediações da atual Vila Militar, localizada na Av. Miguel Sutil, como também, na Rua 13 de Junho, um Centro de Saúde. No final do governo

de Júlio Müller executou-se o levantamento da Planta Cadastral e o Plano de Expansão e Urbanização da Cidade. Depois de 1945, prolongou-se a Avenida Getúlio Vargas até o final, na Praça 8 de Abril, havendo sua urbanização sido completada com a doação de lotes à elite local, que nela ergueu residências de alto padrão. Em 1948 o poder público municipal, pela Lei nº 11, autorizou a doação de terreno à Fundação da Casa Popular para a construção de moradias, sendo este o primeiro conjunto habitacional construído em Cuiabá, consolidando a ocupação do espaço no entorno da Av. Getúlio Vargas, iniciada no governo Júlio Müller. (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 33).

No mapa da Figura 20, podemos ver os pontos onde ocorreram a intervenção urbana a partir da década de 40, estabelecendo uma expansão do perímetro urbano de Cuiabá.

Figura 20 Obras em Cuiabá - década de 40



Fonte Google Earth - adaptação autor

Denota-se que essas intervenções na paisagem urbana da cidade de Cuiabá, não foram, a princípio, para dar solução ao crescimento demográfico, mas sim intervenções realizadas com o objetivo de concretizar um modelo capitalista de produção do espaço urbano que percebe o solo como uma mercadoria que inviabiliza o acesso à cidade às pessoas impossibilitadas de adquirir, no mercado imobiliário “legal”, um terreno/lote para construir sua habitação.

Ocorreu apenas em 1948, a partir da Lei nº 11, instituída pelo poder público municipal “doação” de terreno com o objetivo de construção de moradias populares criando assim o primeiro conjunto habitacional de Cuiabá, fundando dessa forma a institucionalização de políticas públicas municipais para

responder as demandas por habitação popular (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 33).

Essa construção do conjunto habitacional, nas proximidades da Av. Getúlio Vargas, ocorre após um período de profundas alterações no tecido urbano de Cuiabá, e por sua localização privilegiada, afastada do centro, e como havia sido previsto, o crescimento da cidade para o oeste, naquela época, foram construídas casas populares, com apoio da legislação municipal, a lei nº 15, que desapropriava vários terrenos limítrofes da Av. Getúlio Vargas, e na Figura 21 podemos observar como ficou a conformação do espaço urbano da cidade no perímetro da avenida em questão, permitindo-nos uma visão de como se configurou o espaço urbano ocupado no município de Cuiabá na década de 40 (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004).

Figura 21 - Conjunto Habitacional - Construídos em 1948 as margens da Av. Getúlio Vargas



Fonte - FREITAS, 2011 - pg 256-257

Acompanhando a ideologia da intervenção no estado e no espaço urbano de Cuiabá, e em comemoração aos 03 anos de governo do interventor e secretário geral do estado, Júlio Müller, no dia 04 de outubro 1940, a classe alta de Cuiabá, conclamada a homenagear os feitos, ou as obras, promovidas pelo

interventor no espaço urbano de Cuiabá. A homenagem chega a tal ponto que o então prefeito de Cuiabá, Sr. Isác Póvoas, decreta feriado municipal o dia 04 de outubro de 1940, bem como o próprio secretário geral, define como ponto facultativo nas repartições públicas, para ilustrar nossa fala vejamos nas Figura 22 e 23.

A referida homenagem ocorrerá, no Novo Hotel, mesma data de sua inauguração. O texto continua fazendo uma referência a mais outra obra, que naquele momento estava incompleta, do cine teatro de Cuiabá. Todas elas se concentram na Av. Getúlio Vargas.

Figura 22 - JORNAL - O Estado de Mato Grosso



Fonte 5 - Hemeroteca do Arquivo Público Estadual

Figura 23 - Grande Hotel - uma das obras para modernizar Cuiabá

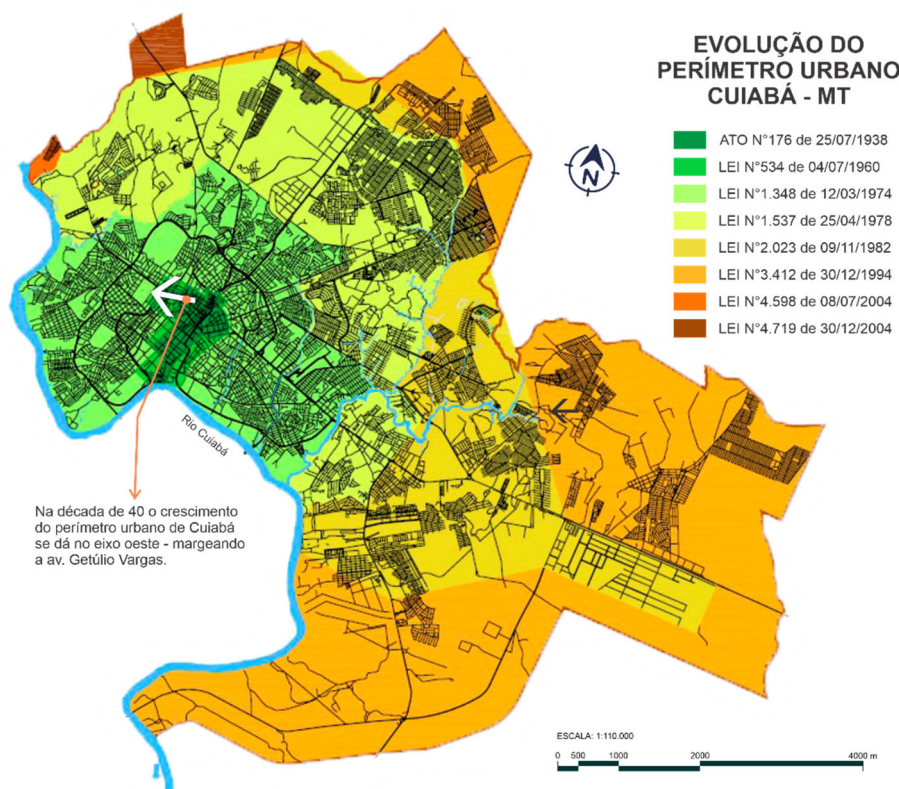


Fonte 6 - in Cuiabá Imagens da cidade dos primeiros registros à década de 1960, p 139 - Foto: Arturo (Acervo: Ademar Pappi/C&C)

Portanto, temos a alteração no espaço urbano de Cuiabá na década de 40, no eixo oeste da cidade, centrada nas proximidades da Av. Getúlio Vargas. A maioria das grandes obras do poder público ocorrem neste eixo. Atualmente, este trecho da Av. Getúlio Vargas é um dos trechos mais valorizados no mercado imobiliário da capital matogrossense.

Na Figura 24, temos um mapa mostrando essa evolução do espaço urbano que teve seu início em 1938 com o ATO n° 176 de 25/07/1938 e seguiu, evoluindo até 2004, com as respectivas leis municipais que lhe dão suporte legal confirmando essa evolução do perímetro urbano do Cuiabá.

Figura 24 - Evolução do perímetro urbano de Cuiabá de 1938 a 2004 - MT



Fonte 7 - IPDU - Evolução do Perímetro Urbano de Cuiabá - 1938 a 2007 p. 73 - adaptação do autor

Ao finalizar as observações com relação ao período da década de 40, que foram decisivos para uma alavancada no crescimento e uso do espaço urbano de Cuiabá, Canavarros (2019) nos diz que:

As grandes e imprescindíveis obras públicas construídas em Cuiabá durante o longo período do interventor Júlio Strübing Müller à frente do governo do Estado no decorrer do Estado Novo do presidente Vargas contribuíram para o fortalecimento de Cuiabá. Inauguradas no decorrer da década de 40, as mesmas certamente foram decisivas para que a Assembleia Estadual Constituinte de 1947 os deputados assegurassem a continuidade de Cuiabá como capital do Estado (CANAVARROS, 2019, p 23).

Essa narrativa de Canavarros (2019) se situa num contexto em que nesta época havia grande discussão, entre a classe política e a elite local, em mudar a capital do estado de Mato Grosso da cidade de Cuiabá para a cidade de Campo Grande, que ficava mais ao sul do estado e por este fato, ficar mais próximo das outras capitais e atraia grandes investimentos econômicos para aquela região.

Na avaliação de Canavarros (2019) é possível concluir que:

Inegavelmente pode-se afirmar que, levando em conta a época em que as obras de urbanização da capital, de excelente qualidade, foram

empreendidas pelo governante Júlio Müller, as mesmas não têm similar na história do nosso Estado.

Ao final da década de 40, principalmente no ano da constituinte estadual, 1947, foi fundamental para a capital Cuiabá, pois a partir da aprovação da nova Constituição Estadual, foram traçadas as nova Leis Orgânicas dos municípios, bem como o novo Código Tributário estadual o Código de Organização Judiciária e demais reformas que não haviam sido contempladas nas constituições anteriores a esta de 1947 (SIQUEIRA, 2017).

Assim, Cuiabá entra na década de 50, não mais preocupada em desenvolver grandes obras públicas e nem obras de interesse social, centrando suas discussões em esforços políticos. A elite econômica e política estava mais preocupada com as questões e disputas políticas no ano eleitoral que percorria toda a nação brasileira. Neste ano de 1950, sagra-se presidente do Brasil, o ex-presidente Getúlio Vargas, desta vez eleito pelo voto direto da maioria dos eleitores brasileiros (CANAVARROS, 2019; SIQUEIRA, 2017).

Desta forma temos, uma amostra das principais preocupações dos governadores que findam a década de 40 para entrar na década de 50 levando o Estado de Mato Grosso e sua capital Cuiabá para algumas realizações e para enfrentar novos problemas que surgiam (SIQUEIRA, 2017).

Começamos pelo final da década de 40, mais especificamente no ano de 1947 em que a partir de 08 de abril assume o governo do Estado o Sr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, e seu governo ficou baseado no binômio: transporte e colonização. Tendo por base ideológica um estudo que havia sido realizado pela Assembleia Legislativa Estadual sobre o potencial econômico do estado, iniciou processo de colonização; atraindo para o estado de Mato Grosso e para Cuiabá e para Campo Grande, considerável leva de migrantes; esses, ao chegarem ao estado e à capital, e na cidade de Campo Grande, puderam comprar terras e lotes a preços irrisórios (SIQUEIRA, 2017).

No campo dos transportes, Arnaldo Figueiredo, implanta a Comissão Estadual de Estradas de Rodagem (CER), esta comissão centrou seus esforços políticos para viabilizar o Plano Rodoviário Estadual, com o objetivo de atender aos interesses das elites do sul do estado de Mato Grosso, foi desenvolvido um distrito rodoviário, dando margem para um crescimento, modernização e

progresso da região sul do estado de Mato Grosso, em detrimento do crescimento de Cuiabá, sua capital (SIQUEIRA, 2017).

Ainda no campo dos transportes, Cuiabá, não teve muito progresso nesta época, veja o que nos relata Siqueira, 2017:

Considerando que Cuiabá não havia sido beneficiada pelos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Arnaldo Estevão de Figueiredo projetou viabilização política para estender os trilhos dessa ferrovia, de Campo Grande até Cuiabá, projeto que não chegou a se concretizar (SIQUEIRA, 2017, p 203).

No início do ano de 1950, Arnaldo Estevão, abdica de seu cargo de administrador do Estado de Mato Grosso para concorrer ao cargo de Senador da República e a administração do Estado de Mato Grosso passa para o Sr. Jary Gomes, que governa este estado por mais de um ano e meio, período em que foram realizadas as eleições e assim o estado de Mato Grosso passa a ser governado pelo eleito: Fernando Corrêa da Costa (SIQUEIRA, 2017).

O governo do eleito Fernando da Costa, teve sua base de propostas de governos centrada na reforma na administração pública, com vista a modernizar e agilizar as ações de governo no âmbito estadual. Durante sua administração também ocorreram obras públicas como: a construção da usina Hidrelétrica de Casca Il com o objetivo de novo incremento na hidrovia, no estado de Mato Grosso, organizou-se a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai. Mantendo a missão de ampliar a colonização o Gov. Fernando Corrêa também dinamizou a questão da colonização. Pelo fato de ser médico, redobrou esforços juntamente com a diretoria do Hospital Geral, para a criação de uma escola de Enfermagem (SIQUEIRA, 2017).

Na sequência da administração pública de governos estaduais, no final da década de 50, e que influenciaram, a partir de seus planos de governo, em ações que provocaram alterações no espaço urbano da cidade de Cuiabá, capital do estado, o governo de João Ponce de Arruda, priorizou a construção de estradas de rodagem, e o reforço na alteração do eixo de poder na cidade, com a construção do Palácio do Governo na praça Alencastro conforme nos afirma SIQUEIRA, 2017:

[...] na reequipagem da Comissão de Estradas de Rodagem. Essa instituição foi responsável pela expansão de longos trechos rodoviários interligando cidades e municípios, tanto do Norte quanto do Sul de Mato Grosso. Além das estradas, Ponce de Arruda investiu também na construção e reconstrução de pontes. O seu governo foi marcado, dentre outras obras, pela construção do Palácio Alencastro, sede do

Governo Estadual, projetado na Praça Alencastro e que hoje sedia a Prefeitura Municipal de Cuiabá (SIQUEIRA, 2017, p 204).

É importante destacar que a alteração do eixo de poder na capital do estado, iniciado no governo de Júlio Müller, quando este centraliza a maioria das construções públicas para o oeste da cidade, dando prioridade a Av. Getúlio Vargas, como vimos anteriormente. Isso será retomado no governo de João Ponce, na construção do Palácio Alencastro nas proximidades da Av. Getúlio Vargas, podemos verificar isto na Figura 25.

Figura 25 - Catedral e Palácio Alencastro - Centro de Cuiabá na década de 50 e 60



Fonte - Foto Pierre \ Acervo família Freitas et al Cuiabá imagens da cidade dos primórdios à década de 1960

Na década de 60, nas eleições que ocorreram no início da década, volta ao governo, Fernando Correa da Costa. Seguiu sua política de governo semelhante ao que havia feito no seu primeiro mandato, investindo novamente no setor de energia elétrica, com novo incentivo e fortalecimento da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (SIQUEIRA, 2017), com vista a exploração do potencial energético do rio Paraná, com isso iniciou a construção da Usina Hidrelétrica Casca III.

Aqui é bom salientar que com essas construções o agrupamento de trabalhadores nas cercanias da cidade de Cuiabá, era grande; e muitos desses trabalhadores, especializados, acabavam por fixar residência em Cuiabá (SIQUEIRA, 2017). Tendo em vista, que ainda nesta época o Estado de Mato

Grosso e Cuiabá, não possuíam mão de obra especializada, e que muitos trabalhadores migravam de outras regiões do país para a capital a fim de participarem dessas obras públicas.

Outras ações de governo que influenciaram no crescimento populacional de Mato Grosso e Cuiabá, incrementos do Governador Fernando Correa, como instalação de duas usinas de açúcar, principalmente no sul do estado, e a promoção da constituição da Companhia de Armazenagem e Silos do estado de Mato Grosso. Pelo fato de ser médico, promoveu também, no campo educacional a criação dos cursos de odontologia e farmácia, esses dois cursos foram criados no sul do estado na cidade de Campo Grande.

Destacamos que no transcurso do ano de 1964, durante o governo de Fernando Correa da Costa, ocorre o golpe militar, porém, apesar disso, ele finalizou seu governo e em substituição, no ano de 1965, foi eleito o engenheiro Pedro Pedrossian, que trouxe novas expectativas de desenvolvimento para o estado e principalmente para Cuiabá. No campo educacional, fomentou a criação da Universidade Federal de Mato Grosso; isso motivou novo aumento populacional na cidade de Cuiabá (SIQUEIRA, 2017).

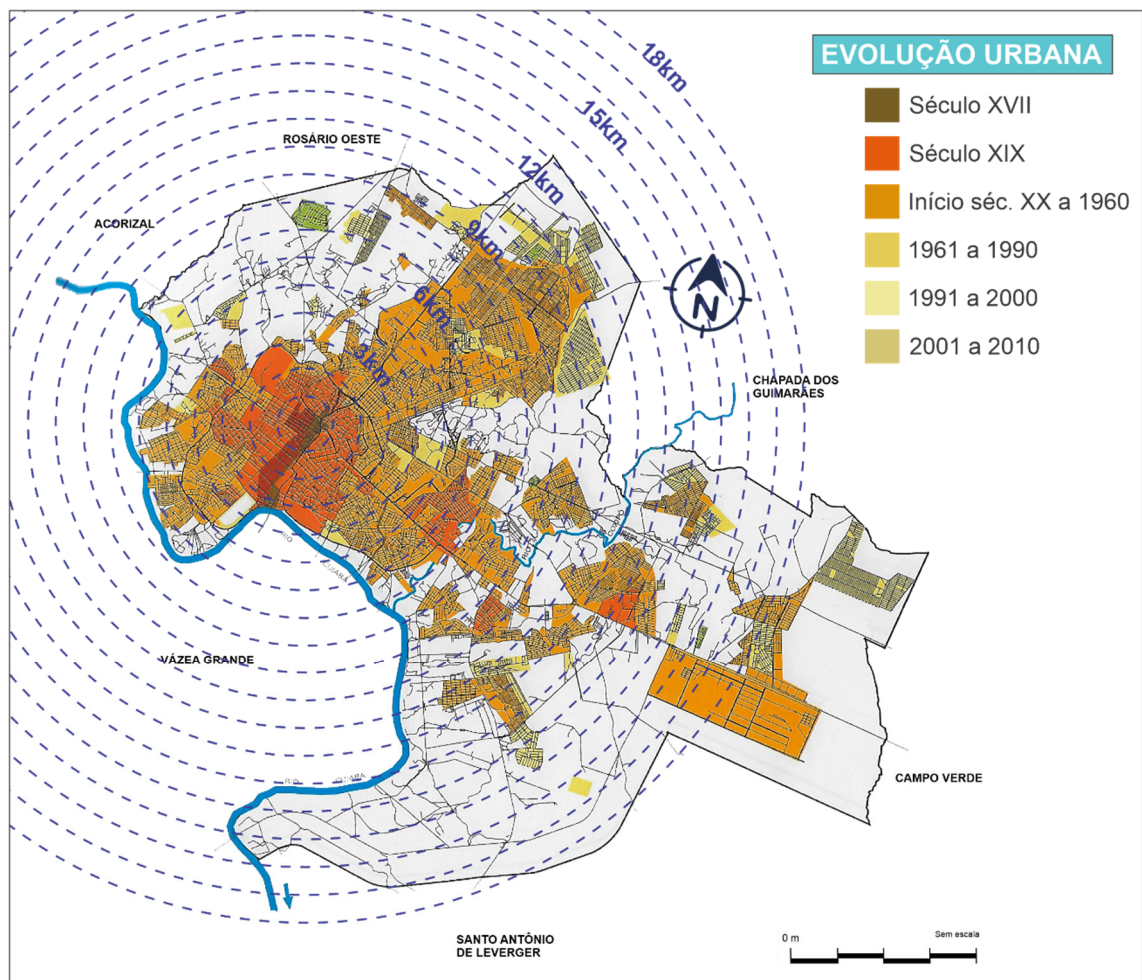
Seguindo seu plano de governo, Pedrossian também investiu no setor de transporte, construindo rodovias vicinais interligando às rodovias maiores, colocando Cuiabá em destaque na questão de transporte, pois, até a década de 40, Cuiabá era vista como o fim do mundo, agora, na década de 60 ela começa a ter maior projeção no âmbito nacional, pois várias rodovias lhe dão acesso e a ligam as outras capitais do país, facilitando o comércio e o fluxo de pessoas para o oeste brasileiro (SIQUEIRA, 2017; CANAVARRO, 2020). Assim, Cuiabá começa a ser preparada para ingressar na década de 70 com mais visibilidade para o restante do país.

Na esteira do Programa de Integração Nacional (PIN), na década de 70, Cuiabá foi inserida neste contexto do PIN, por ser a capital do estado de Mato Grosso e por ter sido eleita pelo governo militar, para ser o estado do agronegócio. Com isso posto, ocorreu um processo de migração de sulistas para o estado provocando, no caso de Cuiabá, a necessidade de expansão do seu perímetro urbano. E objetivando dar solução para a explosão demográfica, que já vinha ocorrendo desde o final da década de 60, alguns núcleos habitacionais

foram surgindo. Pois durante a década de 60 o Governo tanto Estadual quanto Municipal, apenas se ocupavam na expansão de vias e locais de moradia para a população de classe alta na cidade de Cuiabá (CANAVARROS, 2020; FREITAS, 2011; GONÇALVES, 2019).

Na Figura 26, temos uma representação, com uma adaptação do Mapa da Evolução Urbana de Cuiabá (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 44) de Cuiabá partindo de uma centralização no perímetro urbano do século XVIII até o ano de 2010. Percebemos que a evolução urbana trouxe profundas modificações na paisagem da cidade estas se dão a partir da aceleração no crescimento econômico que Cuiabá teve na década de 70.

Figura 26 - Mapa da Evolução Urbana de Cuiabá do Século XVIII a 2010



Fonte - IPDU - Volume II (adaptação do autor)

Essa aceleração do crescimento afetou toda a extensão hídrica de Cuiabá, desde o rio, que possibilitou o surgimento da cidade e que lhe emprestou o nome, até os demais cursos d'água que cortam o município, rios como: Cuiabá,

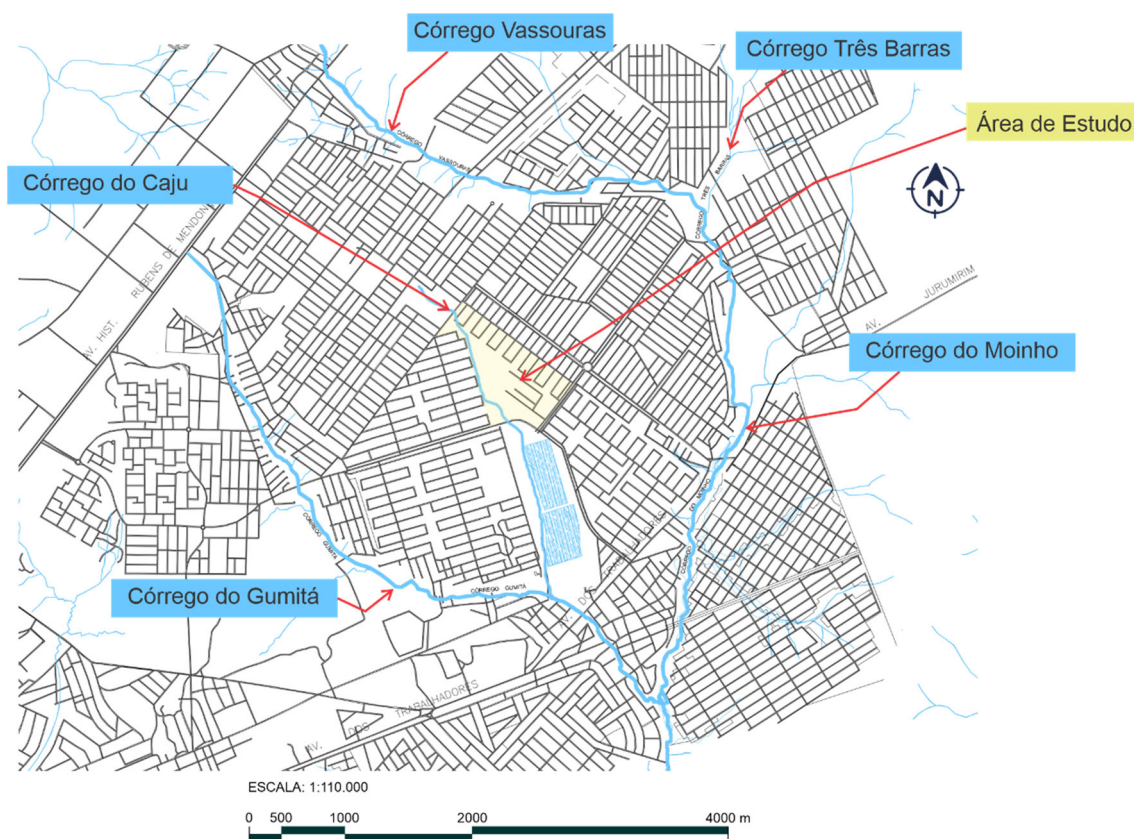
Coxipó Mirim, Bandeira, Coxipó-Açu, Claro, Aricá-Açu, Mutuca, Machado, Aricazinho, dos Peixes (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 54).

Além desses, temos os Ribeirões como: Baú, Forquilha, Soberbo, Ribeirão da Ponte, Coelho, Formoso, do Couro, Cágados, Taquaral. E além desses ribeirões; Cuiabá é servida por mais de 86 córregos, muitos dentre eles se encontram canalizados ou em profundo estado de poluição. Citaremos os principais córregos: do Moinho, Raizama, Salgadeira, Três Barras, Sucuri, Barbado, Prainha, da Pinheira, Mané Pinto, Gambá, Gunitá (Prefeitura de Cuiabá – IPDU – Volume II, 2004, p 55).

Todos esses córregos se encontram dentro do perímetro urbano da cidade e todos enfrentando sérios problemas pois se encontram espremidos neste crescimento e adensamento que ocorre na cidade de Cuiabá, tendo sua intensificação iniciada na década de 70 e seguido até aos dias de hoje.

Dentre esses córregos, queremos destacar o córrego do Caju, que é central no Bairro Morada da Serra, bairro cortado, em suas margens, pelos córregos do Moinho, Gunitá e Três Barras. Na Figura 27 podemos ter uma visão sobre os córregos e como eles cortam e margeiam o bairro.

Figura 27 - Mapa dos Córregos que margeiam o bairro Morada da Serra



Fonte 8 - Mapa: Macrozona Urbana de Cuiabá - IPDU/DPD 2004 - adaptado pelo autor

O fato do bairro Morada da Serra ser margeado por córregos faz com que o clima seja mais ameno na região, contudo todos se encontram poluídos e com ação antrópica tão negativa que faz com que os moradores se sintam abandonados pelo poder público em relação ao cuidado dos córregos.

Por outro lado os próprios moradores, pelo menos os que residem um pouco mais distante dos córregos, percebem que não há por parte da maioria dos moradores mais próximos aos córregos, um dever de cidadão no sentido de cuidarem dos córregos.

Seguindo a linha de pensamento de Merleau-Ponty, em sua fenomenologia da percepção, expressa-se

[...] Ora, se a percepção reúne nossas experiências sensoriais em um mundo único, não é como a coligação científica junta objetos ou fenômenos, é como a visão binocular apreende um único objeto. [...] O objeto binocular absorve as imagens monoculares, e é nele que se faz a síntese, é em sua clareza que elas enfim se reconhecem como aparência desse objeto. A série de minhas experiências apresenta-se como concordante e a síntese tem lugar não enquanto elas exprimem todas um certo invariante e na identidade do objeto, mas enquanto elas são todas recolhidas pela última delas e na ipseidade da coisa (MERLEAU-PONTY, 2018, p 310-313).

Portanto, cada morador, do lugar onde ele se encontra em relação ao córrego, terá sua própria experiência e percepção dele, apesar de serem todos entes urbanos que convivem no mesmo espaço e tempo, essas experiências e percepções serão diferentes e por vezes antagônicas. Também é importante destacar que o fato dos moradores, que margeiam o córrego do Caju, terem uma percepção e experiência, por vezes negativa com o córrego, não conseguem perceber que parte do problema do córrego é provocado por eles mesmos.

Mostramos na composição de fotos formando a Figura 28 a situação em que se encontra o córrego do Caju:

Figura 28 - Fotos do córrego do Caju



Fonte 9 - fotos de arquivo do autor

Em uma visita aos pais de uma colega de mestrado, num almoço que tivemos, pude ouvir deles a sua percepção em relação ao córrego do Caju. A residência deles dista do córrego do Caju uns 1300 m e o trajeto que eles fazem para o seu local de trabalho passa a 100 m do córrego do Caju.

Em suas falas escutei deles que não sabiam que existia um córrego nas proximidades, que não conheciam o córrego do Caju. Mas que sentiam o mau

cheiro de coisa podre quando chegava a época das chuvas, que em Cuiabá ocorrem com mais proeminência nos meses de outubro a dezembro.

Quando perguntamos se eles sabiam sobre como o bairro foi fundado, nos responderam que havia sido construído pelo governo militar na década 70. Seguindo a conversa chegamos ao ponto em que perguntei desde quando moravam neste lugar, ambos mencionaram que quem recebeu a moradia, no CPA I, ou seja, as primeiras moradias que haviam sido entregue para os trabalhadores do governo estadual, havia sido a mãe da senhora Evanete, a senhora Enildes. E Evanete lembrava que naquela época, em 1975, com 6 anos de idade, as moradias, apesar de novas e muito bem construídas, ainda não haviam recebido energia elétrica e nem água encanada. No caso da água era utilizado água de poço artesiano que havia nas proximidades. E que transporte público não havia.

Hoje, após a morte de sua mãe, ela mora na residência, pois recebeu por herança, juntamente com seu esposo e sua filha a arquiteta Victória. A percepção que ela tem sobre o bairro é que, hoje, ele é um excelente bairro para morar, pois tem de tudo o que precisa, e que muitas vezes nem precisa se deslocar até a cidade de Cuiabá para, por exemplo, ter algum atendimento médico. Evanete nos relatou que sabe que há muitas pessoas, ligadas a compra e venda de lotes no CPA, que há interesse de grandes empresas em adquirir os lotes, visto que veem no bairro um grande potencial econômico, afinal, hoje, a maioria dos moradores, na visão dela, são de classe baixa e ou média. E ainda há pessoas que moram lá e trabalham nas secretarias do governo estadual.

Ao conversarmos com a senhora Maria, uma senhorinha de 79 anos, nos relata que mora na mesma casa que recebeu no sorteio, que o senhor Fragelli fez, e seu marido, hoje falecido, era escriturário na secretaria de fazenda do governo estadual, foi sorteado. Anteriormente moravam de aluguel no bairro Araés, se mudaram no mesmo dia para a casa nova no CPA I. Quando chegaram lá, a casa não tinha luz e nem água, mas pertencia a eles agora, e era melhor morar lá do que pagar aluguel.

Entrou na conversa um senhor de nome Bruno, que estava almoçando conosco, amigo da família da Victória, e nos relatou que morava nas proximidades do córrego do Caju. Ele disse que não tinha nem ideia de que

aquele lugar era uma área de preservação. Pois, desde menino, ele sempre viu construções serem erguidas naquele lugar. Relatou que quando menino brincava de pescar peixinhos no córrego, mas que hoje, não tem nem coragem de chegar lá perto pois o cheiro de coisa podre é muito forte. Diz que quando dá chuva e vento o cheiro ruim chega invadindo tudo, até parece que as roupas, que são postas no varal, ficam com mau cheiro. Naquela época, nos idos de 1980, ele e seus amigos jogavam bola nas proximidades do córrego do Caju, mas hoje aquele lugar está tomado por gente muito estranha, suspeita ele que sejam de alguma facção criminosa, mas que não gosta de falar sobre isso, pois o lugar é muito perigoso atualmente.

Estava conosco um senhor de nome Francisco, nos fala que tem um pequeno comércio dentro do espaço conhecido como córrego do Caju, mora lá desde 1979. Seu pai ganhou a casa onde ele mora com sua família. Diz que já fez bastante reformas e que hoje a casa nem se parece mais com a casa que ganhou de herança. Nos relata ainda que comprou mais duas casas nas laterais direita e esquerda da sua abriu um comércio, um bar, para sustentar sua família. Neste bar, aos sábados, faz feijoada e vende tudo para os jogadores que vem jogar num campo novo que o prefeito de Cuiabá construiu naquele lugar, bem em frente de seu bar. Diz ele que foi uma benção este campo de futebol ser aberto ali, pois ampliou os negócios do bar, que já estava caidinho devido aos péssimos moradores que vieram morar naquele lugar. Assim, após a abertura do campo de futebol as coisa começaram a melhorar.

Ele mesmo, seu Francisco, não se importa mais para o mau cheiro do córrego do Caju, que tem conversado com outros moradores para irem até a subprefeitura para pedir que haja despoluição do córrego. Pois, muitas vezes ele tem de matar escorpiões que aparecem em seu bar, vindo dos lixos que a população joga no córrego.

Mencionaremos, neste momento, outra percepção sobre o bairro do CPA (Morada da Serra), a partir de outros olhares, de pessoa que não moram no bairro, mas que, por sua participação profissional, tiveram grande influência em sua criação.

Nos idos de 1974, uma das principais avenidas da capital Cuiabá, foi criada com o objetivo de interligar a nova sede do governo do estado, o Centro

Político Administrativo, construído na década de 70, na administração de José Fragelli, então governador nomeado pelo governo militar, com o objetivo de interligar ao centro da cidade e à região onde seriam erguidos os conjuntos habitacionais, e, também para mudar o eixo do poder estadual e desafogar o centro da cidade de Cuiabá. Tal avenida do CPA é um prolongamento da Avenida Tenente Coronel Duarte, a Prainha, e sua construção serviu para expansão do perímetro urbano do município de Cuiabá, que havia se estagnado até a avenida Mato Grosso, nas proximidades da igreja São Benedito.

Relata o Arquiteto José Antonio Lemos, no jornal Mídia News (11/08/2019), que os conjuntos habitacionais construídos na região do prolongamento da avenida do CPA (Av. Historiador Rubens de Mendonça), faziam parte de uma estratégia de expansão do espaço urbano da capital, momento oportuno para a ocupação dos vazios urbanos que surgiram com a construção da então avenida. E a construção da avenida do CPA representava uma Figura de Brasília, no centro-oeste e para oportunizar a construção de moradias à baixo custo para a população local, que só aumentava seu crescimento, principalmente pela chegada de migrantes de várias partes do país.

Faz-se oportuno lembrar que nesta época, o Centro-Oeste brasileiro passava por um processo de reordenamento e de expansão da fronteira agrícola. Os conjuntos habitacionais nos CPA's I, II, III e IV, cujo nome original foi alterado para Morada da Serra, no ano de 1982, foram financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) para atender principalmente a população de baixa renda. Quando ocorre a alteração do nome para Morada da Serra, os novos conjuntos habitacionais que lá surgiram a partir da década de 80, destinaram-se para uma população de maior poder aquisitivo.

O senhor Alinor de Assumpção Silva, ex-funcionário do governo estadual, de formação universitária, formado em economia, um dos primeiros presidentes de bairro do CPA (morada da Serra), nos inícios de 1978, em seu livro editado por ele mesmo nos relata:

História – o melhor do bairro do CPA/MT – Centro Político Administrativo
Foi em 1974 que o governador de Mato Grosso Dr. José Fontanilas Fragelli, o estadista que deu início ao processo de mudança do Palácio do Governo, e suas respectivas secretarias para a região norte da cidade, local que foi denominado “Centro Político Administrativo”. Com a implantação desses prédios nessa região aconteceria o alívio do

“inchaço” que havia nos pequenos espaços das áreas centrais de Cuiabá. Surgiu também a ideia de solucionar os problemas de habitação com a construção de casas populares nessa região.

Naquela época o projeto foi desenvolvido pela COHAB sob a presidência do Dr. Luiz Portela e com o financiamento do BNH – Banco Nacional de Habitação, órgão federal de viabilização dos projetos os quais utilizavam o dinheiro das poupanças. O BNH de início expressou grande receio do projeto habitacional não dar certo em função das moradias ficarem muito longe do centro da cidade. Apesar das ideias contrárias de várias pessoas da sociedade o Governo e a COHAB passaram ao procedimento da desapropriação de antigos proprietários na área desejada e deram início a implantação do 1º Núcleo Habitacional do CPA. Foram 944 unidades habitacionais denominadas mais tarde de CPA I.

As obras começaram em 1976, após a legalização da área. Enquanto isso a COHAB processava um levantamento cadastral das inúmeras pessoas que estavam inscritas para concorrer ao sorteio das casas. Sendo o número de inscrições bastante elevadas, a parte administrativa da COHAB já procurava elaborar projetos para a construção de novos núcleos, dando sequência ao programa de construção de moradias tendo como finalidade atender a grande procura por parte da imensa massa de novas famílias que aportavam em Cuiabá. Nasceria no futuro CPA II, III e quantas etapas fossem necessárias para o progresso.

Em 28 de fevereiro de 1975, o então Governador Dr. José Fragelli, inaugurou o Palácio do Paiaguas, e nele transferiria a sede do Governo juntamente com o gabinete e casas Civil e Militar, e também as Secretarias de Planejamento, Administração, Saúde e Viação e Obras; instalou em prédio próprio o Tribunal de Contas do Estado. Sendo assim em 1976, instalou em prédio próprio o Tribunal de Justiça. Esses foram os primeiros prédios construídos no CPA.

Em 1979 as obras do Núcleo Habitacional CPA I, foram concluídas e no mês de agosto do mesmo ano a COHAB programou a festa de entrega das casas aos contemplados por meio de sorteio. A equipe da COHAB tendo a frente o seu novo presidente o Engenheiro Dr. Haroldo Arruda, entrega simbolicamente a chave de um imóvel para um dos moradores que fora contemplado no sorteio que beneficiou 944 famílias. Depois da ocupação habitacional do CPA I, seguiu-se o projeto de habitação para todos. No final da década de 70 e início dos anos 80, o então Ministro Mario Amdrezza, do Interior, inaugurou o conjunto Habitacional CPA II; foram 2654 casas, e a previsão de abrigar 13 mil pessoas. Em 1981, as instalações para o CPA III já estavam em andamento.

Naquele tempo o núcleo só tinha como estrutura as casas. Elas não dispunham de outros benefícios como: energia, água, asfalto, e nenhuma árvore. Assim com a agitação do dia a dia a poeira era intensa e invadia as casas deixando muita sujeira em todos os lugares. A água era outro problema, pois nas imediações não existia opção poços ou córregos. Algumas pessoas que tinham carro traziam água em latões de 200 litros e ajudavam os vizinhos, outros comercializavam o precioso líquido.

Também não havia comércio para que a população pudesse adquirir gêneros alimentícios, não havia padarias, farmácias, mercados, escolas funcionando, transporte coletivo para suprir o núcleo e a longa distância que o separava do centro de Cuiabá. Muitas famílias desistiram da ideia de morar no CPA I “entregaram a troca de banana” e o direito de suas casas e retornaram para o centro de Cuiabá. Os muitos pioneiros que permaneceram enfrentaram todos os desafios e dificuldades para preservar seu “bem adquirido”.

O transporte coletivo era um caos, apenas um ônibus para atender a população, o qual parava suas funções às 21:00, o que prejudicava os estudantes e trabalhadores que somente poderiam retornar depois das 22:00. Certo dia vários trabalhadores e estudantes cansados de esperar uma atitude por parte das Empresas de Transporte; tomou de surpresa o ônibus no centro da cidade e obrigaram o motorista a trazê-los para o núcleo. Chegando no CPA I, todos desceram e pediram para o motorista descer também, em seguida apedrejaram o ônibus e quase atearam fogo em forma de protesto por melhorias no transporte coletivo. O tempo foi passando ... Sr. Mario Coreolano foi o primeiro comerciante

a vender pães, saía montado em uma bicicleta com duas grandes cestas. Numa das ruas do núcleo Sr. Aquiles Nassardem montou em seu quintal um pequeno comércio coberto com lona de plástico, onde vendia cervejas, refrigerantes e outras bebidas, também salgados e bolos, este local por um tempo virou ponto de encontro dos jovens que curtiam jogar bozó e truco espanhol.

A vinda dessas 944 famílias para esta região, distante do centro de Cuiabá, formando um contingente de mais de seis mil pessoas, ofereceu perspectivas de avanço no processo habitacional do Estado, porque os governantes puderam constatar que as famílias instaladas ali em 1979, desenvolveram um trabalho de perseverança, criando um polo centralizado para a emancipação de novas moradias. Nos dias de hoje o CPA se tornou o “GRANDE CPA” que é etapas 1, 2, 3 e 4 e ainda bairros adjacentes, que surgiram através de “grilos”, mas se tornaram efetivos, embora muitos ainda sofram com a falta de infraestrutura. Toda essa região é dotada de um comércio forte e em expansão; em sua estrutura existem hospitais; maternidades, postos de derivado de petróleo, ambientes de lazer, drogarias, laboratórios, lotéricas, hot-dogs, bancos, casas de materiais de construção, sorveterias, estádio de futebol, escolas de 1º e 2º graus ... e uma infinidade de outras categorias que tornaram esse bairro “o melhor da cidade” SILVA, ALINOR DE ASSUMPÇÃO – Cuiabá (1947-1996, p 35).

O texto acima citado *ipsis litteris*, retrata, por parte do autor, num primeiro momento um certo relato que beira a realidade dos fatos, à época, ocorridos na ação do governo em mobilizar as instituições legais para fazerem frente a demanda por habitação. Traz-nos à luz o modo como a população, articulada e organizada, reivindica seus direitos e conseguem, a partir da união em prol de um bem comum terem atendidas, mesmo que parcialmente, suas necessidades.

É interessante, que o autor relata de forma simples e direta como alguns moradores, diante das necessidades de alimentação, fornecimento de água potável e lazer se articularam, e viram nestas necessidades oportunidades de criarem pequenos negócios. Mas neste caso, não se trata de negócios para a exploração capitalista de consumo, mas sim de negócios que atendessem diretamente às necessidades da população, até mesmo podemos entender como uma ação solidária diante das dificuldades que todos os primeiros moradores enfrentavam neste novo lugar, inventado e criado pelos governantes.

Passados mais de 40 anos da fundação do bairro Morada da Serra, e de Cuiabá ter chegado aos 303 anos, percebemos que alguns problemas ligados às questões sociais e de posse dos lotes ainda permanecem; bem como, novos problemas, estes ligados as questões ambientais, surgiram e se avolumam.

Caminhando pelas ruas do bairro Morada da Serra, é possível observar como os moradores usam este espaço urbano. Encontramos várias adaptações

das casas, que ainda mostram resquícios dos primeiros conjuntos habitacionais e muitas delas já foram totalmente alteradas ou até mesmo demolidas e no seu lugar novas edificações foram erguidas. Assim, este espaço urbano foi paulatinamente sendo significado e ressignificado pelas pessoas que nele foram morar e habitar. Como nos diz Milton Santos (2020, p11 e 12)

[...] na medida em que sugerimos que o espaço assim definido seja considerado como um *fator* da evolução social, não apenas como uma condição. [...] Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *conFiguração geográfica* ou sua *conFiguração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em dado momento. (SANTOS, 2020, p 11 e 12).

Portanto, quando lemos ou ouvimos os relatos, e as ações dos moradores, percebemos claramente, que apesar deles não terem, necessariamente consciência desse fenômeno de entender o espaço urbano como uma instância da sociedade, eles agem e reagem diante das novas realidades que vão enfrentando e ao mesmo tempo, com uma ação política, vão habitando o lugar embebidos de uma ideologia político-cultural que aos poucos faz surgir um espaço urbano que se torna diferente de como eles receberam mas ao mesmo tempo igual, não enquanto espaço, mas como instância social como outras que estão envolvidas na mesma vertente ideológica do capitalismo, que vê e se reinventa a cada momento da construção da história. Por isso, o bairro Morada da Serra, com todos os elementos naturais que o compõem é único e ao mesmo tempo semelhante a outros bairros espalhados pelo país, que surgiram a partir de conjuntos habitacionais construídos pelos governantes e “sorteados” entre a população de baixa renda.

O bairro Morada da Serra, e o lugar no entorno do córrego do Caju tornam-se representativos de uma realidade histórica construída a várias mãos e por vários atores sociais, embebidos nos mesmos imbróglis ideológicos capitalistas de uso e ocupação do espaço urbano, muito embora esses atores sociais se

encontram em lados opostos oprimidos e opressores, explorados e exploradores; a construção do lugar se dá de forma representativa nos traços culturais, políticos e econômicos.

CAPÍTULO 4

4. Conclusões, novo ponto de compreensão da formação do território

Compreender o processo de formação de um território e de um lugar ou entender o processo de produção do espaço urbano de Cuiabá, capital de Mato Grosso, do bairro Morada da Serra e, principalmente, do modo como os moradores habitam e se percebem habitando o entorno do córrego do Caju, requereu olhar acurado e a seleção de autores como, por exemplo, historiadores, professores, moradores, para que com essa múltipla visão, pudéssemos construir um conhecimento capaz de conceber de que forma ocorreu essa formação e posterior transformação do espaço urbano e qual o envolvimento dos elementos e dos atores sociais imbricados nessa formação.

Para nosso intento, escolhemos a fenomenologia, como um método possível de orientar nossa reflexão. A orientação fenomenológica, segundo três filósofos Edmund Husserl, Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty, que estabeleceram os paradigmas desse método.

O primeiro, Edmund Husserl, nos propõe retornar ou resgatar a origem do fenômeno a fim de compreender a essência dele, isso fará que o compreendamos o processo de produção do território urbano; e desse modo perceberemos que a realidade das coisas existentes depende da consciência.

Pensando dessa forma, fizemos uma visita ao passado pelo olhar e o contar da história da formação do território de Cuiabá de autores e autoras que nos relataram esse processo de formação no decorrer da história. Assim nos apegamos aos relatos da historiadora Elizabete Madureira Siqueira, bem como do engenheiro químico Otacílio Borges Canavarros, que brilhantemente narraram fatos históricos desse processo de formação do território de Cuiabá, também, no decorrer dos estudos, nos associamos a muitos outros narradores dessa história, para que pudéssemos, utilizando o método fenomenológico, de forma estrutural, como nos sugere Edmund Husserl, que para compreendermos um fenômeno se faz necessário retornar ao início do fenômeno.

O segundo, Martin Heidegger, nele encontramos a proposição de que o fenômeno do habitar pode ser entendido inicialmente como o ser, o *ente*, que tem seu corpo como o primeiro habitar e com ele é que habita os lugares e constrói sua existência. Corpo, dessa forma, compreendido enquanto instrumento, como transporte e interação com o mundo. Aquele que o introduz na realidade das coisas e na formação ou construção de sua existência, sendo esta possível quando esse ser/sujeito começa a ter consciência do mundo e dos outros entes em seu entorno. Desse modo, fortalece a si mesmo, constrói seu mundo e nele habita.

O terceiro, Maurice Merleau-Ponty, nos traz a fenomenologia da percepção. O modo como nós nos percebemos e como apreendemos o mundo em nosso entorno, possibilita-nos construir uma consciência de pertencimento e de parte integrante do processo de construção do nosso mundo, do nosso espaço geográfico, da nossa paisagem e do nosso lugar.

Embebido dessa fundamentação fenomenológica, adotamos critérios elementares como a periodização histórica, da formação do território de Cuiabá e do lugar córrego do Caju, bem como a interferência dos modelos trazidos pelos conquistadores bandeirantes e europeus para a produção dos espaços da cidade. Iniciamos na fundação da cidade de Cuiabá até a contemporaneidade, baseando-nos em referenciais históricos, teóricos, metodológicos. Utilizamos historiadores locais, que nos versaram diferentes histórias, quando analisaram a produção do espaço urbano cuiabano e a produção do lugar, Morada da Serra, tendo presente o córrego do Caju.

Nesse ponto, cabe destacar a primeira conclusão: só é possível compreender o processo de formação do território e do lugar partindo da compreensão de como os sujeitos / seres / entes, para usar as terminologias dos filósofos, se relacionam com todos os demais entes em seu entorno, e de que forma, a partir dessa relação, definem ou selecionam e formam o território e o lugar em que irão habitar.

Considera-se nesse momento, que o habitar ultrapassa o sentido de morar. Habitar é criar-se como sujeito e se perceber como ser ativo nesta construção exercendo assim o seu papel de cidadão, ou seja, se compreender como sujeito político responsável por seus atos e pela construção da cidadania.

Visto que não há território construído isoladamente, não há lugar em que o sujeito possa se isolar. O território, o lugar, é uma construção coletiva; e isso se transforma na construção da própria existência.

E quando pensamos a formação do território onde a cidade surge, pensamos a partir do ponto de vista da ocupação e vemos a cidade como uma prática socioespacial, pois a cidade é uma prática, uma produção humana, por isso que concluímos que a cidade ou o lugar da realização da vida. A cidade ou o lugar é fundamentalmente uso, isso significa dizer que a vida se refere ou se realiza como uso. E o sujeito habita o espaço e usa este espaço através do corpo. O corpo é a materialidade do sujeito do indivíduo e é através do corpo que o sujeito se apropria dos lugares da vida.

A cidade de Cuiabá, desde o início de sua formação até aos dias de hoje se produz e se reproduz, muitas das vezes, eliminando os lugares de uso, eliminando os lugares de encontro entre as pessoas e ou produzindo outros lugares e deslocando pessoas para ocuparem esses novos lugares, a exemplo na mudança de eixos de seu crescimento, forçando com que as pessoas ocupem e ou habitem espaços novos. As vezes as pessoas se submetem a ocupar novos lugares por necessidade de habitar e de continuar a construir sua existência. Se pensarmos na mudança de eixo na expansão do perímetro urbano da cidade de Cuiabá até as proximidades do córrego do Caju, veremos que foram criados outros espaços de uso, e apesar de ser uma forma de “transformação da paisagem”, muitas vezes acaba por subtrair o corpo, porque subtrai o uso anterior dos espaços anteriormente ocupados e historicizados.

A cidade, subtrai alguns indivíduos e a outros joga para as franjas do perímetro urbano. O lugar, é sempre um lugar de encontro e de convivialidade (CAILLÉ, 2011), pois esta é a capacidade de uma sociedade conviver harmoniosamente, com favorecimento ao respeito, à total tolerância e troca recíprocas entre os diferentes entes e seres humanos e entre os seres/ sujeitos/ indivíduos e o meio ambiente.

Ao pensar as condições da realidade atual da cidade de Cuiabá, no que tange ao seu crescimento, expresso na realidade da expansão territorial e ao impulso dado pelo agronegócio (SIQUEIRA, 2017; CANAVARROS, 2019), ao desenvolvimento agrícola, e à imigração de pessoas que vieram para trabalhar

na região, na década de 70. Em consequência desses eventos, que estudamos e compreendemos a produção de um território, ocupação de um espaço urbano e lugar que circunda e inclui o entorno do córrego do Caju – pensando os rios como elementos fundamentais para o bem-estar da população do entorno, e nas cidades com seus córregos.

Um destaque para registrar que Cuiabá, em todo seu perímetro urbano, há mais de 83 córregos (Figura,17; IPDU, 2012), e repesando os rios, por meio dos córregos urbanos, e a importância das águas que levam as impurezas urbanas, se a princípio, os rios eram metáfora da terra; hoje, sua poluição é uma dura realidade, que transformou os rios e os córregos em canais de esgoto.

O preço do progresso a “qualquer custo” sacrificou as águas limpas, transformando-as em águas lamacentas e sujas, como um aspecto moral – negativo – da modernidade progressista. Como consequência do progresso, o esgoto escorreu pelo espaço urbano tendo por canais de escoamento os seus córregos. A cidade suja, cheia de fumaça e malcheirosa tornou-se um exemplo de cidade progressista, que surgia à beira de rios límpidos, e que com seu crescimento sujava-os – essa foi a ação das grandes cidades, como Londres, Paris, Portugal e São Paulo, por exemplo, que tiveram seus rios considerados mortos e fétidos.

Em nossas divagações, tendo a água como uma das grandes metáforas urbanas, que permite o devaneio e o descanso do cidadão quando a contempla, quando contempla a placidez do lago, da fonte, da poça d’água, ou o movimento das águas dos rios, córregos e nascentes, foi que se considerou a reconstituição da área adjacente ao córrego do Caju, bem como o próprio córrego, como fator fundamental para a requalificação do espaço urbano e a reconstituição da qualidade de vida dos moradores do entorno, e dos frequentadores do lugar córrego do Caju.

Portanto, quando pensamos sobre o fenômeno da formação do bairro Morada da Serra e do lugar no entorno do córrego do Caju, percebemos que o bairro surgiu como consequência de uma expansão territorial do perímetro urbano da cidade de Cuiabá; e percebemos também que, os sujeitos/ indivíduos/ população, de um lado não se percebem ‘usados’, pelo poder público, induzidas pelo progresso que surge expulsando-as do primeiro lugar de existência, criando

espaços inóspitos, eliminando o verde, jogando-as para a periferia, esse novo habitar, por outro lado, pode ser entendido como uma maneira do sujeito/ indivíduo/ população, reinventar seu modo de vida como uma insurgência a esta tendência progressista.

Apesar de toda essa evolução do território e formação do lugar com um novo uso, que seus habitantes fazem percebemos que esse novo uso do lugar passa a ser seu modo de habitar e expressar plenamente sua cidadania, pois o ser humano não é só passividade, ele busca inúmeras formas de se apropriar dos espaços e lugares da cidade, de usar esta cidade e lugar. O espaço onde pode andar, se encontrar, os lugares onde vão marcando a vida cotidiana, e esses referenciais urbanos, na formação do território e lugar, são produtos dessa atividade prática, nesse sentido e que se constrói a identidade do indivíduo com o lugar, como diz Walter Benjamin “habitar é deixar rastros”, porque o sujeito/ indivíduo ou população vive nos espaços em que os referenciais não mais os referenciais produzidos pelo sujeito, com sua vida, mas eles são dados para os sujeitos, eles vem de fora, são impostos; mas o sujeito se realiza na contra mão, na contradição, quando o sujeito resolve produzir a outra coisa, e é nesse momento que o lugar Morada da Serra e córrego do Caju, ganha ou deve ganhar vida.

O espaço urbano, no entorno do córrego do Caju, e o próprio córrego é pensado como um elemento transformador/gerador de um espaço, cuja intenção é que esta área urbana se torne um lugar de convivialidade (CAILLÉ, 2011) e socialidade (MAFESOLLI, 1984). Quando se trata destes conceitos, não significa tratar o grupo social, com todas as representações de seus diversos atores sociais, como uma unidade coletivista, mas, antes, entender o coletivo como um jogo das potencialidades de cada um, formando um conjunto.

A realidade do indivíduo no grupo é uma forma de fortalecimento do próprio grupo social, pela diferença imposta a partir das singularidades e idiosincrasias de cada indivíduo. Aqui temos por certo que o direito inalienável à diferença faz de todos os partícipes de uma ideia ou ideal, possibilitando a complementariedade do grupo, quando se tem as trocas como elemento estruturador da sociedade, que por sua vez, implica a solidariedade e a ética, bem como um querer-viver social, uma vontade de pertencimento, religando o

sujeito ao próprio sujeito e este sujeito ao lugar. É assim que a sociedade se expressa

[...] nos ambientes afetuosos das relações de amizade, na viscosidade das aderências religiosas, sexuais, culturais, todas as coisas que precisam de imagens que lhes sirvam de catalisador (MAFFESOLI, 1995, p. 103).

Nesse sentido, se entende a sociedade, a formação de um território e lugar, como um conjunto de práticas cotidianas que escapam ao controle social, constituindo a base da vida social; tais práticas podem ser compreendidas como o hedonismo, o tribalismo, o presenteísmo etc. como um conjunto de experiências múltiplas calcadas no imaginário do grupo – privilegiando as diferenças -, mais do que na homogeneização do grupo.

Só para reafirmar, as diferenças consentem e partilham o pertencimento e a fenomenologia da percepção, de como o sujeito se percebe no lugar e como se constrói enquanto sujeito e sua própria existência e cidadania. Daí para a convivialidade o passo a ser dado é muito menor, considerando que a convivialidade, conforme Caille (2020), que pensa em encontrar uma solução para a lógica dominante do *status quo*, deste mundo pós-neoliberal, que assola os nossos dias, opondo-se, mas sem massacrar, permitindo a convivência das diferenças, priorizando a comunidade e a economia cívica.

Assim, o convivialismo é uma ideia-força que abre espaços para acolher nossas lutas antirracistas, feministas, ecológicas e indígenas numa chave propositiva. Com certeza temos que derrotar as políticas da morte e respeitar os princípios basilares da vida em comum, revigorando a declaração de interdependência assinalada no subtítulo do *Primeiro Manifesto*. (Segundo Manifesto Convivialista, 2020, p. 17).

Na concepção do convivialismo há uma intensão clara em responder a duas principais questões que são: a primeira, a questão dos excessos, de uma onipotência e a subordinação a uma força moral maior que os próprios homens; a segunda, ao aceitarem essa subordinação, ter em troca o reconhecimento de quem lhes importe e a esperança de uma vida com sentido e que faça sentido. O atendimento a essas duas condições deve ser ao que o convivialismo deverá responder (CAILLÉ, 2011).

Facilmente, percebe-se que socialidade e convivialismo aproximam-se conceitualmente. Bem como a fenomenologia da percepção que nos leva a termos consciência de como nos percebemos no lugar ou espaço urbano em que estamos exercitando nosso habitar e construindo nossa existência. Este é o

sentido que se busca, se tem por base, ao se pensar, ao se refletir sobre o fenômeno da formação do território urbano de Cuiabá e espaço urbano e no lugar ao entorno do córrego do Caju.

Esse processo empírico, que toma a vivência como base do conhecimento, não ausenta e nem isenta o observador – responsável pela narrativa -, que é parte importante para a compreensão do fato observado, no *agora*, para usarmos uma expressão de Merleau-Ponty (2020), já que as apreensões desses fatos passam pelos filtros dos sentidos e da consciência. Assim, o envolvimento pleno no exercício da cidadania e na construção efetiva de seu habitar o lugar é fundamental. O conhecimento do lugar como fenômeno é primordial.

O córrego do Caju nunca deixou de ter sua importância na simbolização do espaço urbano, considerando a força da tradição de seus habitantes, os primeiros nativos, os índios da etnia Macro Gê, representada pelos Bororos e os descendentes de escravos, que primeiramente habitavam o lugar, hoje território e espaço urbano, da cidade de Cuiabá. Outras gentes, com outras tradições e costumes chegaram para a ocupação da área, mas traziam a formação cuiabana, que é uma amálgama que tem a cultura indígena e africana como traços preponderantes. O córrego do Caju, da sub-bacia do Coxipó, (Figura, 17), testemunhou a alteração do lugar, às suas margens, e teve as suas próprias águas transformadas pela força da modernização, que comprometeu o meio ambiente.

O córrego do Caju outrora limpo ficou poluído. Sua corredeira a céu aberto, enterrou-se para a expansão da área urbana. O pouco do córrego que está descoberto, mostra a agressão à que foi submetido, causada pelos novos habitantes em seu entorno, a poluição tomou conta. Ainda assim, a Figura do córrego permanece como se ele estivesse intacto nos relatos dos habitantes do entorno. O imaginário dos habitantes do lugar reconstituiu um espaço ideal; talvez seja isso que faz com que, independentemente do mal cheiro, exalado de suas 'águas' em lodo cloacal, as pessoas ainda permanecem habitando suas imediações.

O encontro das pessoas do lugar, no entorno do córrego do Caju, cria a possibilidade de trocas sociais e da construção de uma sociedade, que

fundamenta a convivência desse grupo social, até permitindo o sentido de pertencimento, pela formação de um território, que não é somente um espaço geográfico, urbano, mas um espaço de vivências – permitindo assim o sentido de territorialidade e de pertencimento.

Em nossa segunda conclusão, temos a consciência de que o processo de produção de um território ou de um espaço urbano está alinhado ao processo de urbanização experimentado pela maioria das civilizações e pelas grandes cidades brasileiras, tal como escrito e caracterizado pelas autoras e pelos autores selecionados nesse trabalho de mestrado para construção de uma interpretação.

A história contada pelas diferentes autoras e autores é aquela que nasce da coletividade, em que vários atores sociais se envolvem no processo construtivo de um território e lugar. Porém, temos ciência de que cada autor ou autora relata fatos históricos, com base em pesquisa e com base nos interesses de quem domina ou de quem quer construir uma versão dos fatos. Sabemos ainda que, quem conta a história o faz de seu lugar e a partir de suas idiossincrasias.

Identificamos uma terceira conclusão, a cada década histórica, contada pelas diferentes autoras e autores pesquisados nos faz identificar o problema social apresentado no decorrer das décadas. Por exemplo, os conquistadores que aqui chegaram traziam em suas mentes claramente a intensão de tomada de posse de um território, já habitado por povos nativos. Esses conquistadores, por terem técnicas e instrumentos, diferentes dos nativos, acabavam por escravizar e por desterrar o povo que aqui estava.

Ao analisarmos as narrativas históricas do processo de formação do território de Cuiabá, por exemplo, no período Colonial/Imperial, os historiadores nos revelam uma construção que se apresenta para nós como uma identidade territorial, visto que eram habitações marcadas pela escolha dos locais para a edificação de moradias. Estas seguiam o aspecto natural do terreno, segundo sua topografia, sem executar movimentos de terra, respeitando assim o tipo de solo e as margens naturais do rio Cuiabá e de seus afluentes, bem como seguindo serpenteando o córrego da prainha.

O povoado configurava-se inicialmente, apesar das características tradicionais, com barracos a beira do córrego, e posteriormente, permanecem mesmo com o avançar da história. Há entaves do crescimento até início do século XIX, em que o eixo de desenvolvimento de Cuiabá se dá à margem direita do córrego da prainha, limitando-se ao leste pelo morro da luz e ao sul pelo rio Cuiabá.

O desenho das ruas seguia-se o contorno das curvas naturais do terreno, pois o objetivo era a extração do ouro e do transporte desse em mulas, não havia a necessidade de um desenho de arruamento, pois o existente bastava para o que era desejado. O transporte do ouro ocorria no lombo das mulas até às margens do rio Cuiabá, então após transportava-se em embarcações para São Paulo e posteriormente para Portugal (OLIVEIRA, 2018).

Referente à formação do território de Cuiabá, segundo a leitura das narrativas históricas, o processo de seu crescimento ocorreu com um atraso temporal significativo quando comparamos às cidades como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Vila Bela da Santíssima Trindade, esta última, primeira capital de Mato Grosso, serviu primeiramente para a formação da fronteira oeste do Brasil.

Apesar de sabermos que havia, na época um discurso do isolamento do interior brasileiro ou um certo desconhecimento dessa região e de interesse em expansão da fronteira do, ainda não formado estado de Mato Grosso, e do próprio estabelecimento da fronteira brasileira; já naquela época é possível observar que as primeiras modificações da paisagem em espaço urbano se deu a partir da conquista, posse e permanência no território e lugar por agentes sociais dotados de poder econômico e político, os quais expressavam em suas ações suas verdadeiras intenções, exploração e espoliação dos bens e das gentes desse território.

No decorrer das décadas seguintes, após a conquista e a posse do território de Cuiabá, este espaço urbano sofreu grandes e profundas transformações nas décadas de 20, 30, 40 e 50 conforme nos relatam os diversos historiadores. (CANAVARROS, 2020; FREITAS, 2011; OLIVEIRA, 2018; SIQUEIRA, 2017).

Ainda segundo os historiadores anteriormente citados, a formação desse território e a produção do espaço urbano ganhou novo impulso, principalmente nas décadas de 40, 50 e 60, devido ao aporte econômico que a burguesia política e comercial passou a contar mediante a produção de monoculturas e o desenvolvimento de indústria primária.

Relata-nos Mendes (1977):

A velha Cuiabá dos tempos provinciais de ruas estreitas e vielas tortuosas, mal calçadas uma com lajes de cristal outras cheias de valos e buracos, vai se transformando aos poucos. O modernismo do cimento armado a originalidade do estilo das novas construções vai absorvendo a verdura dos quintais, escondendo envergonhada a triste vetustez da arquitetura do passado colonial, humilhada entre os edifícios de três e vinte andares (MENDES, 1977, p. 31).

Dessa forma, percebemos que o fenômeno da formação de um território é constituído por diversas nuances, baseados em interesses diversos, uma vez que no arcabouço das ações humanas o que importa é a tomada de posse e da construção final do lugar com características ideológicas, políticas, culturais próprias de quem toma posse e se percebe como dono, e como parte do território e lugar.

Nas palavras de Augustin Berque (2015), em seu livro: *Écoumène – Introduction à l'étude des milieux humains*, (Ecumene - Introdução ao estudo dos ambientes humanos) ele elucida uma expressão muito utilizada na França que diz:

Que l'être de l'humain est géographique, cette affirmation résume le propos des quelque cent mille mots qui suivent. Elle ne revient pas à dire, platement, que les gens sont toujours quelque part sur la terre, ou dans le cosmos. En termes philosophiques, c'est affirmer que nous devons à la fois reconnaître la nécessité, mais aussi l'insuffisance, de localiser les étants qui peuplent l'étendue; et cela, même au delà de la mise en lumière des raisons qu'ils ont d'être là où ils sont plutôt qu'ailleurs, comme dans l'exemple suivant: "Il y a un corbeau dans la rizière fraîchement repiquée. Ce qu'il fait là, c'est d'attraper des grenouilles." (BERQUE, 2015, p 11)⁵

Compreendemos, portanto que a formação de um território e de um lugar, ocorre por duas formas, interesse ou necessidade. Na dizer de Berque, nos explica, há um corvo no arrozal, apesar deste não ser seu *habitat* natural.

Tradução nossa: ⁵ Que o ser humano é geográfico, esta afirmação resume o propósito das cem mil palavras que se seguem. Não é o mesmo que dizer, categoricamente, que as pessoas estão sempre em algum lugar na terra, ou no cosmo. Em termos filosóficos, é afirmar que devemos reconhecer tanto a necessidade quanto a insuficiência de localizar os seres que povoam a vastidão; e isto, mesmo além de destacar as razões que os levam a estar onde estão e não em outro lugar, como no seguinte exemplo: "Há um corvo no campo de arroz recém-replantado. O que ele está fazendo ali é pegar sapos" (BERQUE, 2015; tradução nossa).

Salienta o autor, “corvo está no arrozal por necessidade, para saciar sua fome”. Isso ocorre também com as pessoas, representantes de qualquer extrato social, elas se fazem presentes em lugares, formam territórios com base em seus interesses e ou por necessidades.

Inferimos que muitas pessoas ocupam certos lugares, no espaço urbano, muito aquém de suas necessidades por hereditariedade. Percebemos isso nas narrativas de alguns moradores atuais do bairro Morada da Serra e do entorno do córrego do Caju.

Na década de 70, o espaço territorial urbano de Cuiabá, sofre grandes avanços no campo do planejamento urbano aplicado à cidade, o que incluía, atividades de promoção dos amplos espaços ocupados ilegalmente ao tecido urbano por meio de programas de Regularização Fundiária, com o objetivo de legalizar áreas de interesse social do município (OLIVEIRA, 2018).

Nesse período, viu-se uma mudança do eixo direcionador da expansão do perímetro urbano de Cuiabá, que até a década de 60 se efetivava no eixo leste / oeste, haja visto o crescimento da cidade centrado desde as décadas de 50 e 60 no eixo formado pela Av. Getúlio Vargas, com várias construções para atender a uma burguesia crescente. Ao chegar ao final da década de 70, com o grande crescimento demográfico, provocado pela migração e política pública nacional, devido ao Programa de Integração Nacional (PIN) o eixo de expansão do perímetro urbano e continuação da formação do território de Cuiabá alterou-se para o norte da cidade, com o novo eixo formado pela Av. Historiador Rubens de Mendonça, também conhecida como Av. do CPA.

A quarta conclusão nos remete ao fato de que essa mudança de eixo para o norte da cidade provocada pela construção do Centro Político Administrativo, futura sede do governo estadual no mandato de José Fragelli e o alargamento da Av. do CPA. Ações estas relatadas por um dos arquitetos partícipes deste projeto, de acordo com o arquiteto:

José Antônio Lemos, Cuiabá viveu estagnada durante muitos anos. No entanto, com a construção de Brasília e a marcha para o Oeste, o Governo do Estado percebeu que poderia crescer, na década de 60. “O pessoal já tinha visto o efeito de Brasília, a cidade estava crescendo, sofrendo o impacto”, diz. Além disso, a Capital também enfrenta o problema de superpopulação do Centro Histórico e o risco de sua decadência. Com isso, Fragelli percebeu que precisava pensar em uma maneira de preservar o Centro.

“Então surge a ideia na cabeça de alguns iluminados de fazer com que esse crescimento da cidade se desse de uma forma mais afastada do Centro Histórico, de maneira a permitir que o Centro fosse preservado e que a cidade crescesse de uma forma mais organizada. Foi um planejamento para o futuro”, afirma Lemos (SITE baixadacuiabana.com.br).

Portanto, inferimos que a avaliação da situação social da época, exerceu grande impacto na alteração da paisagem da cidade de Cuiabá devida a expansão do perímetro urbano, a ponto de fazer com que as autoridades da época buscassem soluções como, por exemplo, a criação de novo lugar, para fazer frente ao desafio do crescimento demográfico de Cuiabá. Essa formação de novo bairro provocou alteração no modo de habitar dos moradores do entorno do córrego do Caju.

Quando, participei de um almoço, na casa de uma colega de Mestrado, conversávamos com os comensais sobre vários assuntos, em determinado momento, surgiu a temática sobre o bairro “CPA”. O questionamento era: Por que ainda as pessoas se referiam ao bairro Morada da Serra de bairro do CPA? As pessoas ali presentes tinham a sua versão da história, baseadas em reminiscências do passado.

O relato que chamou a atenção foi sobre a história de Maria Assunção, moradora há 48 anos no bairro, que disse ter ido morar no bairro porque havia ganhado a casa por meio de sorteio no conjunto habitacional no CPA I, relatou ainda que ela e seu esposo, funcionário público estadual, ligado à secretaria da fazenda, havia sido contemplado. Eles que moravam de aluguel no bairro Araés, optaram por ir para este novo bairro, afinal haviam sido sorteados, e o bairro CPA era recém-formado, um privilégio. Mas quando chegaram lá, identificaram que as casas eram muito pequenas, e não havia estrutura como ruas calçadas, água encanada, energia elétrica e muito menos transporte público. Os recém-moradores identificaram que inexistia posto de saúde e nem armazém onde pudessem se prover de alimentos. Assim, tudo o que precisavam para o seu dia a dia, precisavam se deslocar até Cuiabá, para aquisição.

Relatou que a vida foi muito difícil no início. Contou ainda que muitos moradores, aqueles que haviam sido sorteados como ela, simplesmente abandonaram as casas. Mas ela, seu marido, com uma filha pequena, resistiram,

tanto que, seu esposo se tornou presidente do bairro e lutou muito junto com os demais moradores, que residiam e insistiam em morar no bairro no CPA. Segundo a moradora, somente depois de três a quatro anos houve melhorias para o bairro.

Neste relato, percebemos que a senhora, apesar de não fazer uma reflexão mais detalhada dos fatos, nos faz perceber que ela e seus familiares moraram naquele lugar “CPA” por “sorte”, visto que o esposo era funcionário do estado e fora sorteado. Também, fica claro e evidente, que continuou morar lá em função da necessidade. E, na construção do seu habitar, construiu, juntamente com seu esposo e demais moradores resistentes, uma cidadania plena e um habitar pleno, pois conseguiram construir o lugar e historicizá-lo. Hoje ela, tem ciência de que, mesmo não sendo reconhecida pelos historiadores, fez história no CPA.

Na continuidade dos relatos, nos chamou a atenção o relato da senhora Evanete, mãe de nossa colega, ao contar sua versão da história disse que morava no CPA desde a infância. Lembra-se de que sua mãe veio morar no bairro nos idos de 75 e que o lugar onde mora atualmente, herança recebida de sua mãe. Relatou-nos que se recorda quando chegaram para morar aqui no CPA, as ruas já tinham asfalto e calçada, mas faltava saneamento básico.

Não havia muitas árvores, recorda-se de seus pais falando que as árvores foram arrancadas, para que fosse construída a casa em que moravam. Soube, bem depois, que o bairro havia sido formado por determinação do governador José Fragelli e as casas construídas pela COHAB. A casa é bastante resistente, pois quando foram fazer uma reforma, perceberam as paredes bem duras e resistentes.

Na visão dela, casas construídas na época da ditadura militar foram mais bem construídas do que as casas de hoje do programa “Minha casa minha vida”. Disse que gosta de morar no bairro porque atualmente tem de tudo como, por exemplo, escola, posto de saúde, mercado, pertinho a dois quarteirões de sua casa, farmácia. E que pouco se desloca para Cuiabá para alguma atividade que se faça necessária. “Tem de tudo aqui no bairro CPA” relatou Evanete.

Quando retornei à pergunta sobre a questão do nome do bairro, mudado para Morada da Serra, Evanete e seu esposo nos relatam que houve uma votação em 1982, promovida por um radialista, “ela não lembra o nome”, para que o bairro do CPA mudasse de nome e adotasse a nomenclatura de Morada da Serra. Em nossa pesquisa, encontramos esta informação divulgada no jornal Olhar Direto:

Batizado de Morada da Serra em 1982, em votação direta da própria comunidade, promovida pelo radialista Dirceu Carlino, o bairro sobreviveu até os dias de hoje com duplicidade de nomes: CPA-I e Morada da Serra. Isso porque Morada da Serra, para a Prefeitura de Cuiabá e para os Correios (ECT), passou a englobar, também, o CPA-II. [...] A partir daí, a grande Morada da Serra deu origem ao CPA I e dezenas de outros bairros. Atualmente, a região norte possui 53 bairros, todos fundados depois que surgiu o CPA-I. O crescimento urbano da cidade favoreceu o aparecimento de “grilos”, que, são bairros efetivos, embora muitos ainda sofram com o descaso da Prefeitura de Cuiabá (Jornal Online OLHARDIRETO, 2022).

O fato de hoje ainda os moradores, mais antigos, continuarem denominando-o de CPA ao bairro, é um indício claro de que tem o sentimento de pertencimento e as histórias de suas vidas, encontra-se profundamente enraizadas na história e formação do bairro.

Nesse encontro, demos voz, ao Sr. Francisco, ele se autodenomina como presidente do bairro CPA II, possui comércio nas proximidades do córrego do Caju, nos contou que seu pai adquiriu uma casa no lugar e depois acabou recebendo por herança. Em momento posterior, comprou mais uma outra casa e algum tempo depois abriu um bar para servir a comunidade. Mas em sua fala seguiu relatando sobre os problemas que ele percebe no entorno do córrego do Caju.

Segundo o morador, a população é a culpada pela poluição do córrego, pois fazem dele um grande depósito de lixo. Diz ter consciência que, como o lugar, no entorno do córrego, não ter tubulação de esgoto, os moradores, que ocuparam a área, bem próximo do córrego acabam por despejar os dejetos de esgoto diretamente no córrego. Como presidente do bairro, diz que procura conscientizar e mobilizar os moradores, para irem até a prefeitura e exigir a limpeza do córrego. E sabe que, caso os moradores não conscientizem seus filhos, atuais moradores, esses continuarão a poluir o córrego.

Desta forma, percebemos que a urbanização contemporânea em Cuiabá, desde sua conquista, posse e formação de seu território urbano, até chegarmos ao lugar córrego do Caju, passou por diferentes fatos históricos e etapas, com a participação dos mais diferentes atores sociais, com os mais diferentes interesses.

Nossa reflexão sobre o fenômeno da formação de um território e lugar nos leva a perceber que a atual situação do córrego do Caju, faz com que ele se assemelhe à situação de todos os corpos d'água das grandes cidades, assoreamentos, canalizações, esgotos a céu aberto, enfim, poluição e mal tratos às águas urbanas, nas grandes cidades.

Essa situação do córrego do Caju não é nova e nem surpreende mais, dado que o crescimento desenfreado e pouco pensado – ou nada pensado – das grandes cidades e capitais brasileiras enterram seus rios e córregos para ganharem espaço impróprio para o fluxo de carros. Afinal pensam-se as cidades ou produzem-na para o automóvel e não para as pessoas, para os cidadãos (JACOBS, 2013; GHIEL, 2014), apontando um crescimento e uma utilização canhestra do espaço urbano, que afasta o cidadão do uso da cidade. O cidadão é computado como mão-de-obra, consumidor e pagador de impostos.

O direito à cidade (LEFEBVRE, 2013), é-lhe roubado peremptoriamente, sem qualquer resquício de moral. O cidadão que trabalha, não usufrui da cidade e é usado pelo poder constituído sendo jogado para as franjar da cidade.

A formação deste território, como espaço vivido e historicizado ainda continua sua história, na mente dos antigos moradores, que construíram seu habitat neste território, neste lugar significando assim este espaço urbano e conseqüentemente significando suas próprias vidas.

Este significar de suas vidas se traduz na cultura única e ímpar demonstrada no cotidiano dessa população. Observa-se também que, por parte dos moradores, há uma busca por alternativas de significação e até mesmo de ressignificação quando pensam nesta área urbanizada, que em um primeiro momento da história, foi destinado à classe baixa, desejam integrar plenamente a cidade de Cuiabá. Pois, identificamos na fala de alguns deles, que parecem que vivem em outra cidade e não a capital do estado.

Inferimos que neste cenário em que a população vive, quer por necessidade ou por determinação, situações estas capazes de efetivar a construção de seu sentimento de pertencimento e o seu efetivo habitar, todos tem, inconsciente ou conscientemente, o exercício do fenômeno da percepção.

Neste espaço urbano, vivido e historicizado todos os seres constroem sua cidadania. Assim, as políticas urbanas e as propostas de soluções urbanísticas e arquitetônicas surgem como fundamentais na produção de espaços públicos e privados, que favoreçam esse habitar pleno e saudável a vida humana.

Valendo-nos dessas reflexões sobre a urbanização contemporânea em Cuiabá conquista e formação do território urbano: o caso do córrego do Caju, como lugar de construção da cidadania num habitar pleno e na busca da compreensão de como os habitantes do lugar se percebem como atores sociais fundantes e ou manipulados, pelo poder público; desejamos contribuir para que se possa, juntamente com a participação da associação dos moradores do Bairro Morada da Serra, propor planejamento de intervenção urbanística para a reabilitação do espaço urbano no entorno do córrego do Caju.

Para finalizar, as palavras de Augustin Berque (2015, p.11): “Il y a un corbeau dans la rizière fraîchement repiquée. Ce qu'il fait là, c'est d'attraper des grenouilles”.⁶

⁶ Tradução nossa: “Que o ser humano é geográfico, esta afirmação resume o propósito das cem mil palavras que se seguem ...”

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola, **Dicionário de filosofia**; tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti - 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AQUINO, Adejá. **Habitação popular**. A penúria da moradia na periferia urbana (notas sobre regularização fundiária) - 1ª ed. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

AQUINO, Bruna Gonçalves. Análise da Gestão das Águas Urbanas: Estudo da Dinâmica por Sub-Bacias e a aplicação de Gestão Integrada a Partir de soluções baseadas na Natureza, Dissertação de Mestrado, UFMT, Cuiabá, 2020.

ARAÚJO, Renata. **Os Mapas de Mato Grosso**: o território como projeto. Editora Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 2015 – URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1230> . Acesso em março de 2022.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. “**BNH: projetos sociais**”. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho, 1979.

BACHELARD, Gaston – **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARROS, Manoel. Poesia **Prefácio** - <https://livrocafe.com/2020/04/19/13-lindas-poesias-de-manoel-de-barros/> - Acesso em 13 de janeiro/2022.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998b, p. 84 – 91.

BERTOLINI, Carlos Américo. **A visita de Getúlio Vargas à Cuiabá: júbilo cívico e culto à personalidade**. Cuiabá, *Revista UNICIÊNCIAS*, v. 4, n. 1, 2000, p. 131-143.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. Dispõe sobre a criação do Programa de Integração Nacional [...] com a finalidade de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua rápida integração à economia nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm Acesso em: março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.380**, de 21 de agosto de 1964. Dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.380%2C%20DE%2021%20DE%20AGOSTO%20DE%201964. Acesso em: março de 2022.

BUZATO, Gino Francisco. **Transformações urbanas em Cuiabá e a formação do cidadão moderno (1937-1945)**. 2017, 140f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá.

CAILLÉ, Alain – **Pour un manifeste du convivialisme**. Paris: Le Bord de l'Eau, 2011.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727 – 1752)**. Cuiabá, MT – Entrelinhas, 2019.

CASTOR, Ricardo Silveira. **Arquitetura Moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos**. 2013, 456 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CUIABÁ, Prefeitura Municipal – **Evolução do perímetro urbano de Cuiabá – 1938 a 2007**. Cuiabá, IPDU (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano), IPDU, 2007.

_____ – **Perfil Socioeconômico de Cuiabá, Volume II**. Cuiabá, IPDU (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano), Central de Textos, 2004.

_____ – **Perfil Socioeconômico de Cuiabá, Volume V**. Cuiabá, IPDU (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano), Central de Textos, 2012.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento**

Estratégico. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU. Cuiabá, MT, Entrelinhas, 2008.

CUIABÁ, Prefeitura. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU. Diretoria de Pesquisa e Informação - DPI – **Perfil Socioeconômico de Cuiabá, Volume IV** / Organização Adriana Bussiki Santos; coordenação Jandira Maria Pedrollo. Cuiabá, MT: Central de Textos, 2010.

CUIABÁ. **Lei complementar nº 328, de 20 de dezembro de 2013.** Cria o conselho municipal de meio ambiente - CMMA e dá outras providências. Cuiabá – MT.

CUIABÁ. **Lei n 389, 03 de novembro de 2015.** Disciplina o uso e ocupação do solo no Município de Cuiabá. Cuiabá, MT.

CUIABÁ. Plano Municipal de saneamento básico. Capítulo drenagem urbana e Manejo de Águas Pluviais. TERRANOVA. Cuiabá: Secretaria Municipal de Obras Públicas. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 3ª ed. – Curitiba: Positivo, 2004.

FREITAS, Maria Auxiliadora. Cuiabá: **Imagens da Cidade, dos primeiros registros a década de 1960.** Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2011.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais.** In: BAUER, M. W.; _____ . **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Figura E Som: Um Manual Prático.** Petrópolis: Vozes, 2002, p.64.89.

GATTI, B. A. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília: Plano, 2002. V 1 (Série Pesquisa em Educação).

GEHL, Jan – **Cidade para pessoas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014.

GONÇALVES, José Pedro Rodrigues. **Lava-pés: revisitando a história de Cuiabá e de alguns de seus personagens.** Ilustração: Moacyr Freitas. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora, 2019.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo.** Tradução revisada e apresentação de Marcia Sá Cavalcante; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão. 10ª ed. –

Petrópolis, RJ; Vozes; Bragança Paulista, SP. Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. **Construir, habitar, pensar**. Trata-se da Conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmastad”, publicada em *Vörtage und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Traduzida por Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em:

http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,habitar,pensar.pdf

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

HUSSERL, Edmund, 1859 - 1938. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Tradução Márcio Suzuki – Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006. (Coleção e Subjetividade Contemporânea).

JACOBS, Jane – **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JORNAL CONTABIL. Cuiabá, março 2022 -

<https://www.jornalcontabil.com.br/governo-entrega-nova-remessa-com-900-titulos-aos-moradores-do-cpa-no-mato-grosso/> . Acesso março, 2022.

LEFEBVRE, Henri – **O Direito à Cidade**. (1901 – 1991); Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.

MAFFESOLI, Michel – *A conquista do Presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAFFESOLI, Michel – *A Contemplação do Mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995.

MENDES, F. A. (1977). **Lendas e tradições Cuiabanas**. Cuiabá, Fundação Cultural de Mato Grosso, *apud* OLIVEIRA, Anna Luiza Garção de, **A produção do espaço urbano de Cuiabá, Mato Grosso**. 1ª ed. 2018 Editora Cia do eBook – Timburi/SP.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de MOURA. 5ª. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018, 2ª tiragem 2020, 662 p.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano** – Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

OLIVEIRA, Anna Luiza Garção de. **A produção do espaço urbano de Cuiabá, Mato Grosso**, Timburi/SP, 2018, Editora Cia do e-Book.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. **Tecnologia indígena em Mato Grosso: Habitação** – Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. Habitação e especulação o direito à moradia os movimentos populares. São Paulo: EDUSP, 1988.

RODRIGUES, Cândido e NETO, Vitale Joanoni (Organizadores). **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. Cuiabá, EdUFMT, 2018.

S.A. – **Segundo Manifesto Convivalista: por um mundo pós-neoliberal**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020.

SANTOS, Milton (1996). **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, 1926 – 2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____, 1926-2001. **Espaço e Método / Milton Santos**. – 5. Ed., 3. reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 120 p.; 14x21 cm – (Coleção Milton Santos; 12).

_____, **Território, Globalização e Fragmentação**. (Org.) SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. Hucitec – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo 1998.

_____, – 1988, **Metamorfose do espaço habitado**, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____, – 1996 – 2001, **O retorno do território, em Debates: Território y movimientos sociales** – Apresentação por Maria Adélia Aparecida de Souza. OSAL, Año VI nº 16 enero – abril 2005.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2ª ed., 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e FREITAS, Moacyr. **Quadros Históricos de Mato Grosso: período colonial** – Cuiabá, 2000. Editora Fundação Boiteux.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**, Cuiabá, 1997, Ed. IHGMT.

_____. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**, 2ª ed. atual e ampliada. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2017.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, COSTA, Lourença Alves da & CARVALHO, Cathia Maria Coelho, **O processo Histórico de Mato Grosso, Cuiabá**, 1990. Ed. UFMT SITE: <https://baixadacuiabana.com.br/cidade-dentro-de-cuiaba-bairro-do-cpa-chega-aos-40-anos/>, CPA – Cidade dentro de Cuiabá, Acesso em agosto de 2019.

SITE: <https://omelhordobairro.com/cuiaba-cpa/historia>, **História – O melhor do Bairro do CPA, Cuiabá MT**. Acesso em dezembro de 2019.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida, **Debates – Territorio y movimientos sociales – O retorno do território**, Revista OSAL, Año VI nº 16 enero – abril, 2005, acesso maio, 2022 - <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>